

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

WILLIAM BARBOSA RABELO

HIP-HOP E POLÍTICAS PÚBLICAS: um estudo sobre o Grupo “Por Ti Jesus” de Coronel
Fabriciano/MG

CORONEL FABRICIANO

2023

William Barbosa Rabelo

HIP-HOP E POLÍTICAS PÚBLICAS: um estudo
sobre o Grupo “Por Ti Jesus” de Coronel
Fabriciano/MG

Dissertação apresentada ao curso Maestria
Estado, Gobierno y Políticas Públicas da
Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
e Fundação Perseu Abramo, como parte dos
requisitos necessários à obtenção do título de
Magíster em Estado, Gobierno y Políticas
Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Gleidson Wirllen Bezerra Gomes

CORONEL FABRICIANO

2023

RABELO, William Barbosa

HIP-HOP E POLÍTICAS PÚBLICAS: um estudo sobre o Grupo “Por Ti Jesus” de Coronel Fabriciano/MG. Coronel Fabriciano: FLACSO/FPA, 2023.

105 f.

Dissertação (Magíster em Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Gleidson Wirllen Bezerra Gomes

William Barbosa Rabelo

HIP-HOP E POLÍTICAS PÚBLICAS: um estudo sobre o Grupo “Por Ti Jesus” de Coronel Fabriciano/MG

Dissertação apresentada ao curso Maestria Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster em Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovada em

Prof. Dr. Gleidson Wirllen Bezerra Gomes
FLACSO Brasil/FPA

Profa. Me. Victória Ester Tavares da Costa
NAVARREÂNCIAS/UFPA

Profa. Dra. Selma de Sousa Brito
FLACSO Brasil/FPA

“Mas lembre-se: aconteça o que aconteça, nada
como um dia após outro dia”

Racionais MC's

AGRADECIMENTOS

Ao considerarmos a relevância que esse momento tem para mim em particular, todos são importantes. Aqueles que nos acompanharam de perto, e aos de não tão perto.

Meus pais, José Vicente Rabelo (*in memoriam*) e Maria de Lourdes Barbosa Rabelo, (*in memoriam*). Ambos com pouco letramento foram fundamentais, os grandes incentivadores, pois via na educação e nos estudos um sólido caminho da riqueza que constrói o indivíduo.

Ao meu avô Alípio José Vicente com quem tive pouca convivência, mas foram momentos de relevância e de profundo aprendizado, principalmente aos valores da família.

Meu irmão Wilson, um vencedor que para mim é exemplo de alguém que perseguiu os sonhos até concretizá-los tendo por testemunha muitas lágrimas e decepções. Sua persistência muito colaborou e ainda colabora para que eu siga em frente, pois os desafios não se encerram aqui.

Minha irmã Cristina presente em diversos momentos em que me encontrei fragilizado financeiramente, se apresentou solidária não permitindo que eu retrocedesse diante das dificuldades impostas.

Minha esposa, Fátima Elizabeth e minhas filhas: Michelle Cristina e Kênia Carolina que em incontáveis momentos abriram mão de suas prioridades em prol da minha.

Minhas netas, Alice e Isabelly que renovaram minhas responsabilidades com as novas gerações.

Aos professores, verdadeiros mentores, amigos que a vida aproximou: minha profunda gratidão.

Ao amigo Paulo Amaral com quem tenho firmado inúmeras jornadas envolvendo políticas públicas e sociais.

Ao Rafael (Primo) e ao Warley (Baiano) do Grupo de *hip-hop* “Por Ti Jesus” que tive o prazer de conhecer e testemunhar atividades relacionadas ao *hip-hop* nacional. Especial agradecimento ao Grupo pela entrevista concedida que muito contribuiu à construção da pesquisa.

Aos espaços ecumênicos, casas de recuperação aos drogados Missão Resgate em Ipatinga e Hebron em Vargem Alegre bem como os espaços sociais liberados e os conquistados pelo *hip-hop* regional como as praças, quadra de esporte do Ideal em Ipatinga. A vivência social adquirida no *Freestyle* com os *manos e minas* em qualquer esquina.

A Flacso – Brasil e a Fundação Perseu Abramo pela proposição do curso e mediação permanente junto às questões burocráticas que tanto nos afligiam.

Aos teóricos que nos fazem compreender as diversas nuances em que estamos envolvidos como sociedade e propõe novos caminhos e outras trilhas a ser investigado sendo o movimento *hip-hop* um desses.

Aos colegas do curso, Turma Semi – Presencial de São Paulo (2020), hoje, amigos de jornada, integrantes às trincheiras sociais com quem espero encontrar no percurso da vida.

Ao meu orientador Prof. Dr. Gleidson Wrillen Bezerra Gomes que muito contribuiu com o curso das atividades e orientação. Foram várias as horas dedicadas aos teóricos a conversas exaustivas, mas proveitosas que auxiliaram ao sucesso das investidas que ousei realizar através do *hip-hop*.

Ao prof. Me. Bruno Marco Cuer dos Santos pela orientação fundamental no período do projeto de pesquisa, ocasião em que viabilizou vários teóricos e plataformas afins possibilitando que o projeto tivesse uma linha crítica que justificasse ser desenvolvida num Trabalho Acadêmico.

Aos demais professores do curso que tanto nos auxiliaram na técnica de escrita e da pesquisa.

Eterna Gratidão.

RESUMO

Esta pesquisa almeja identificar o posicionamento político e social de um grupo do Movimento *hip-hop* no município Coronel Fabriciano, Região Metropolitana do Vale do Aço– MG, a partir de atividades que dialogam com a realidade da periferia por meio da musicalidade do *hip-hop*. Intento com a iniciativa, compreender a relação entre o *hip-hop* do Grupo “Por Ti Jesus” em nosso município e as demandas representativas, no âmbito das políticas públicas que emergem naquele contexto. Nesse sentido, é uma necessidade problematizarmos os desafios apresentados pela ausência de políticas públicas direcionadas à juventude. Além da utilização do referencial teórico diretamente relacionado ao movimento *hip-hop* em relação a sua origem e expansão farei um recorte relacionado com o improviso musical tendo por referência a musicalidade do *jazz* através dos autores Hobsbawm (1990) e Adorno (1996). Através de agendamento programado entrevistarei o Grupo selecionado buscando identificar como se dá a interlocução entre os *rappers* regional, sua participação nas atividades regionais, o posicionamento político do Grupo “Por Ti Jesus” bem como analisar suas consequências, a luz do referencial teórico elencado. A metodologia da entrevista que adotarei agrega os conceitos de Yin (2021) que carregam um rigor acadêmico de coleta dos dados que serão fundamentais a compreensão e construção de subsídios conclusivos. Outro aspecto relacionado à pesquisa tem haver com as diversas formas de racismo que permeia nossa sociedade e que via de regra atinge diretamente a população de marginalizados sociais composta em sua grande maioria de negros/as e pardos/as. Foi possível, com isso, vislumbrar alguns motivos que fazem com que a população marginalizada, principalmente a juventude tenha preferência pela musicalidade trazida pelo *hip-hop* buscando na música uma forma de identidade social.

Palavras-chave: Movimento *hip-hop*. Cultura. Juventude. Participação política. Políticas públicas.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo identificar el posicionamiento político y social de un grupo del movimiento hip-hop en el municipio de Coronel Fabriciano, Región Metropolitana de Vale do Aço-MG, a partir de actividades que dialogan con la realidad de la periferia a través de la musicalidad del *hip-hop*. Con la iniciativa, pretendo entender la relación entre el *hip-hop* del Grupo "Por Ti Jesus" en nuestro municipio y las demandas representativas, en el ámbito de las políticas públicas que surgen en ese contexto. En este sentido, es necesario problematizar los desafíos que presenta la ausencia de políticas públicas dirigidas a la juventud. Además del uso del marco teórico directamente relacionado con el movimiento *hip-hop* en relación a su origen y expansión, haré un corte relacionado con la improvisación musical, teniendo como referencia la musicalidad del *jazz* a través de los autores Hobsbawm (1990) y Adorno (1996). A través de la programación programada, entrevistaré al Grupo seleccionado buscando identificar cómo se lleva a cabo el diálogo entre los *rapper* regionales, su participación en actividades regionales, el posicionamiento político del Grupo "Para ti Jesús", así como analizar sus *consecuencias*, a la luz del marco teórico enumerado. La metodología de la entrevista que adoptaré agrega los conceptos de Yin (2021) que llevan un rigor académico de recolección de datos que será fundamental para la comprensión y construcción de subsidios concluyentes. Otro aspecto relacionado con la investigación tiene que ver con las diversas formas de racismo que impregnan nuestra sociedad y que, por regla general, afecta directamente a la población de marginados sociales, compuesta en su mayoría por negros y morenos. Fue posible, con esto, vislumbrar algunas razones que hacen que la población marginada, especialmente los jóvenes, tengan una preferencia por la musicalidad traída por el *hip-hop* que busca en la música una forma de identidad social.

Palabras clave: *Movimiento hip-hop*. Cultura. Juventud. Participación política. Políticas públicas.

SUMMARY

This research aims to identify the political and social positioning of a group of the hip-hop movement in the municipality of Coronel Fabriciano, Metropolitan Region of Vale do Aço-MG, from activities that dialogue with the reality of the periphery through the musicality of *hip-hop*. I intend with the initiative, to understand the relationship between the *hip-hop* of the "Por Ti Jesus" Group in our municipality and the representative demands, within the scope of the public policies that emerge in that context. In this sense, it is necessary to problematize the challenges presented by the absence of public policies aimed at youth. In addition to the use of the theoretical framework directly related to the *hip-hop* movement in relation to its origin and expansion, I will make a cut related to musical improvisation, having as reference the musicality of *jazz* through the authors Hobsbawm (1990) and Adorno (1996). Through scheduled scheduling I will interview the selected Group seeking to identify how the dialogue between the regional *rappers* takes place, their participation in regional activities, the political positioning of the Group "For You Jesus" as well as analyze its consequences, in the light of the theoretical framework listed. The methodology of the interview that I will adopt aggregates the concepts of Yin (2021) that carry an academic rigor of data collection that will be fundamental to the understanding and construction of conclusive subsidies. Another aspect related to the research has to do with the various forms of racism that permeates our society and that, as a rule, directly affects the population of social marginalized, composed mostly of blacks and browns. It was possible, with this, to glimpse some reasons that make the marginalized population, especially the youth have a preference for the musicality brought by *hip-hop* seeking in music a form of social identity.

Keywords: *Hip-hop* movement. Culture. Youth. Political participation. Public policies.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACESITA	Companhia- Aços Especiais de Itabira (Acesita)
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
Aperam	Fábrica de Inox- Aço Inox, Aço Elétrico e Aço Carbono
ANCINE	Agência Nacional do Cinema
APU	Estatísticas Econômicas e financeiras das Administrações Públicas
B' Boy	<i>Break Boy</i> - Dançarino
B' Girl	<i>Break Girl</i> - Dançarina
CEMPRE	Estatísticas do Cadastro Central de Empresas
C F - 88	Constituição Federal de 1988
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CD	<i>Compact Disc</i>
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
DHESCA	Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais
DJ	<i>Disc Jockey</i> masculino
DJéia	<i>Disc Jockey</i> feminino
CDJ	<i>Compact Disc Jockey</i>
DEM	Partido Democratas
EC 95	Emenda Constitucional nº 95
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
INPC	Índice de Preços ao Consumidor
IPCult	Índice de Preços da Cultura
IRPJ	Imposto sobre a Renda das pessoas Jurídicas
JK	Juscelino Kubistchek
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MANO	Referente a alguém do gênero masculino do movimento <i>hip-hop</i>
MANA	Referente a alguém do gênero feminino do movimento <i>hip-hop</i>
MC	Mestre de Cerimônia

MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEI	Microempreendedores Individuais
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAR	Plano de Ações Articuladas
PPA	Plano Plurianual
PME	Planejamento Municipal de Educação
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua
PIB	Produto Interno Bruto
PIDESC	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PNE	Plano Nacional de Educação
PRONAC	Programa Nacional de Apoio à Cultura
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RAP	<i>Rhythm and Poetry</i>
RMVA	Região Metropolitana do Vale do Aço
SALIC	Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura
SalicNet	Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura
SEDETUR	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo
SIIC	Sistema de Informações e Indicadores Culturais
SIMCAD	Sistema de Manutenção Cadastral do Cadastro Central de Empresas
SNIPC	Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIC	Tecnologia da Informação e da Comunicação
USIMINAS	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de Coronel Fabriciano.....	40
Figura 2 – Metropolização do Vale do Aço	49
Figura 3 – Casa de Recuperação Hebron, Vargem Alegre/MG, em 2011	78
Figura 4 – Aniversário de Coronel Fabriciano/MG, em 2012.....	79
Figura 5 – 3º Aniversário Rap Mineiro, Ipatinga/MG, em 2012.....	79
Figura 6 – 3º Aniversário Rap Mineiro, Ipatinga/MG, em 2012.....	79
Figura 7 – Evento Cultural no Coliseu, Timóteo/MG, em 2018	80
Figura 8 – Evento Cultural no Coliseu, Timóteo/MG, em 2018).....	80
Figura 9 – Apresentação no Festival Gospel em Coronel Fabriciano em 2019	80
Figura 10 – Apresentação no Festival Gospel em Coronel Fabriciano em 2019	81

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa de crescimento anual por área selecionada (2000 e 2010)	44
Gráfico 2 – Distribuição das cinco principais atividades dos microempreendedores individuais do município (2012)	45
Gráfico 3 – Participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto do município (2010)	46
Gráfico 4 – Taxa de crescimento do PIB nominal por setor econômico no Município e no Estado (2005 e 2010).....	47
Gráfico 5 – Proporção das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, no setor cultural – Unidade da Federação e Municípios das Capitais (2018)	62
Gráfico 6 – Proporção das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, total e no setor cultural, por sexo (Brasil, 2014/2018)	63
Gráfico 7 – Distribuição de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, total e no setor cultural, por cor ou raça (Brasil, 2014/2018).....	63
Gráfico 8 – Distribuição de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por nível de instrução (Brasil, 2014/2018)	64
Gráfico 9 – Proporção das pessoas que utilizam a internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade segundo o equipamento utilizado (2017)	66

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	15
1	SOBRE RAÇA E RALÉ: ALGUNS ASPECTOS SOCIOCULTURAIS BRASILEIROS	18
1.1	A POLÍTICA NA VIDA DE UM POVO RALÉ.....	20
1.2	COMO ENCARAR OS CONFLITOS SOCIAIS COM ATITUDES RENOVADAS?	23
1.3	SEMÂNTICA DO RACISMO: SEU LADO, SUA COR.....	24
1.4	BRASIL E CUBA: ESTRUTURA SOCIAL X COR DA PELE.....	33
1.4.1	República brasileira, modernidade da nação, invisibilidade de raças não europeias (1889-1919)	35
1.4.2	Um novo Brasil em curso ou mais do mesmo?	36
2	CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL E EM CORONEL FABRICIANO/MG	40
2.1	SISTEMA DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS 2007–2018 (IBGE).....	58
3	AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA E O HIP HOP EM CORONEL FABRICIANO-MG	67
3.1	APROXIMAÇÕES E ANTAGONISMOS ENTRE <i>JAZZ</i> E <i>HIP-HOP</i>	67
3.2	O <i>HIP-HOP</i> INTERNACIONAL E NACIONAL.....	69
3.3	O <i>HIP-HOP</i> EM MINAS GERAIS	73
3.4	O <i>HIP-HOP</i> DO GRUPO “POR TI JESUS”	77
3.5	INCENTIVOS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O <i>HIP-HOP</i> EM CORONEL FABRICIANO	82
3.6	ÉTICA DO GRUPO “POR TI JESUS” FRENTE POLÍTICA SOCIAL.....	87
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
	REFERÊNCIAS	101

APÊNDICE — LINKS DE REPORTAGENS OU MÚSICAS RELATIVAS À PESQUISA.....	105
---	------------

INTRODUÇÃO

Esta Dissertação identificou alguns posicionamentos políticos e sociais de um grupo do Movimento *hip-hop* no município, Coronel Fabriciano, Região Metropolitana do Vale do Aço – MG, a partir de atividades que dialogam com a realidade da periferia através da musicalidade do *hip-hop*. Pretendi, com esta Dissertação, compreender a relação entre *hip-hop* pelo Grupo “Por Ti Jesus” em nosso município e as demandas representativas, no âmbito das políticas públicas que emergem naquele contexto. Nesse sentido, constituiu-se uma necessidade problematizar os desafios apresentados pela ausência de políticas públicas direcionadas à juventude.

A primeira intervenção teórica com o *hip-hop* veio através do trabalho acadêmico apresentado à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça, em 2011, da qual participei, sendo que na ocasião desenvolvi uma pesquisa qualitativa no evento *Rap Mineiro* em Itabira – MG, no intuito de agregar elementos que pudessem demonstrar possíveis posturas militantes desses grupos de produção cultural, frente ao município de Coronel Fabriciano.

Graduado em Matemática lecionei o conteúdo matemático por cerca de vinte anos em escolas públicas municipais e estaduais à Região Metropolitana do Vale do Aço buscando adequar às aulas numa perspectiva crítica e cidadã.

Meu primeiro contato com o *hip-hop* aconteceu junto aos alunos em sala de aula. Foram vários os momentos em que testemunhei o *Freestyle* dos alunos no período do intervalo (recreio escolar).

A prática do *hip-hop* em Coronel Fabriciano se dá pela organização dos *rappers* que constroem suas apresentações temáticas em quadras esportivas, praças, e diferentes áreas públicas. Marcam de “*colar em tal lugar*” (como uso corrente da gíria para reunir) e, pelo celular e redes sociais, definem tudo. Quanto aos eventos oficiais do município, participam quando são convidados. A interlocução entre os *rappers* é uma constância. Para eles, discutir políticas sociais significa expressar ao mundo a desigualdade que existe estruturada pelo preconceito, discriminação racial e social, e outras violências que decorrem a partir do desinteresse do Estado às políticas que deveriam contemplar aquele espaço.

O manifesto de revolta, rebeldia e contraposição ao “*sistema*” veem pelo “*recado*” dos versos e rimas, pelo modo vestir, falar, agir, pela dança e está presente também na linguagem do *grafite*, onde estão representadas as manifestações de indignação e questionamento político. Para fortalecer a diversidade de informação e questionamentos políticos, os grupos de *hip-hop* elaboram *os duelos* temáticos entre os *MC’s*, os quais assumem formas de engajamento político em disputas traduzidas sob a forma de rimas e poesias *Freestyle*,¹ inspirado pelo *calor* e consciência do momento político social.

O *hip-hop* teve seu início no Brasil no final dos anos 1980, na estação São Bento do metrô de São Paulo. Desde seu o início a resistência e o preconceito social marcaram aquela nova maneira de cantar dos “tagarelas periféricos”, que através das letras e improvisos (*Freestyle*, repentes) buscavam pelo tom da denúncia, expor injustiças sociais, e revoltas. Muitas delas relacionadas à falta de oportunidades aos estudos, a trabalho, à moradia, ao estigma social de diversas formas de violência simbólica que os cercam, no sentido das exclusões vividas no cotidiano junto aos centros urbanos, e, não poucas vezes, mal compreendidos pela própria comunidade. A cena *rap* tem ocupado espaço no Brasil com destaque aos estados de São Paulo, Distrito Federal, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Nos 40 anos de existência do *rap* no país, surgiram inúmeros grupos que lograram projeção local, regional e nacional.

O *hip-hop* não se constitui como uma unidade. No contexto nacional, suas subdivisões abrangem estilos diferentes e modos de produção. Há produções que abordam temáticas mais relacionadas à periferia e ao modo de vida, ao sistema, e ao papel da polícia.

Neste contexto da cultura *hip-hop*, o Grupo “Por Ti Jesus” de Coronel Fabriciano, inicia em 2006 sua trajetória no Vale do Aço. Desde sua origem, o grupo tem sido ativo, participativo e envolvido com as demandas sociais locais. E para que isso se fortaleça buscam agregar outras linguagens que estão intimamente ligadas ao *hip-hop*² que são os *MC’s*, a dança, o *grafite* e que se apresentam como parceiros nas manifestações de denúncia, reivindicação e protesto pela poesia, rimas e batidas (ritmos

¹ “O *freestyle* é um estilo do rap cujas letras são construídas na hora, relatando situações do momento. É comum criarem um desafio entre eles, competindo pela palavra, num estilo semelhante ao repente nordestino” (Dayrell, 2001).

² São vários os autores que na identificação da palavra *hip-hop* utilizam-na ora com letra maiúscula, ora minúscula. Além de adotarem às vezes com letra maiúscula e hífen. Adotaremos na pesquisa a palavra *hip-hop* utilizando hífen, minúscula e formato itálico. Quanto a palavra *grafite* alguns autores adotam *graffiti*. Adotaremos a escrita *grafite*.

das músicas) dentre outros elementos da comunicação visual. Assim, cria-se um ambiente de luta, e, concomitantemente, de festividade, lazer e de engajamento pela conscientização política. Ao mesmo tempo em que encontram espaço para propor e debater a política urbana que se encontra via de regra fora das prioridades dos governos.

O meio urbano de Coronel Fabriciano é caracterizado por centros comerciais, industriais e siderúrgicos (muitas vezes). Para esse coletivo o meio ambiente serve basicamente para abrigar os centros de produção profissional, residência, escolas, com pouca atenção ao ambiente de entretenimento e lazer.

Quanto ao número de habitantes, segundo a agência da Região Metropolitana do Vale do Aço – RMVA, a população de Coronel Fabriciano em 2020 está estimada em 110.290 habitantes. Conforme essa agência “A cidade se consolidou como importante pólo comercial e educacional do Leste de Minas”. Além dessa informação utilizei os dados do IBGE referenciados no Censo de 2010 para caracterizar outros aspectos importantes dessa cidade no desenvolvimento econômico regional. A cidade de Coronel Fabriciano localizada às margens do Rio Piracicaba, faz parte da Região Metropolitana do Vale do Aço. Localizada a 13 km de Ipatinga onde está situada a usina siderúrgica USIMINAS, 6 Km de Timóteo onde existe outro importante pólo industrial com a siderúrgica da Aperam. Coronel Fabriciano se limita com os municípios de Mesquita, Joanésia, Antônio Dias, Timóteo e Ipatinga. Está a 198 km de Belo Horizonte, pela BR 381.

1 **SOBRE RAÇA E RALÉ: ALGUNS ASPECTOS SOCIOCULTURAIS BRASILEIROS**

Conforme Souza (2009, p. 403), “Quem reflete a existência insofismável da precariedade da vida de cerca de um terço da população brasileira sempre imagina causas longínquas acerca das quais não há nada a se fazer”. Ainda que a escravidão dificulte enormemente as condições de entrada no mercado capitalista dos ex-escravizados, o verdadeiro problema é a inexistência de políticas ou consenso social no sentido de reverter esse quadro. Assim, não é a escravidão, mas o abandono secular de ex-escravizados e de uma maioria de homens livres, tão sem eira nem beira quanto os próprios escravos e de qualquer cor de pele, a verdadeira causa desse flagelo.

As sociedades que lograram homogeneizar as precondições psicossociais indispensáveis a uma integração bem-sucedida o fizeram como uma tomada de decisão refletida e consciente com intervenção dirigida do Estado, da Igreja e de associações civis. Para Souza, foi à ausência de qualquer preocupação efetiva com a remissão desse exército de párias e desclassificados sociais que consistiu a verdadeira causa de um conflito social tão mal compreendido. “Não temos, até hoje, sequer a ‘consciência analítica’ e intelectual e, conseqüentemente, não podemos ter também a ‘consciência política’ de que produzimos essa classe de despossuídos.” (SOUZA, 2009, p. 403).

Segundo o autor, não é a renda que define o pertencimento a uma classe, como pensa o senso comum. Para ele o que é sempre escondido e nunca percebido nessa questão é o fato de que as classes sociais se produzem e se reproduzem, antes de tudo, “afetivamente” por herança familiar. Considera que esse é o aspecto ao mesmo tempo mais importante e menos visível para o processo de legitimação da dominação social muito especialmente na modernidade periférica. Como a classe média é também a classe da maioria dos intelectuais, jornalistas, políticos, juízes dentre outras -, tende a se tornar comum para todas as outras classes sua própria experiência do mundo, com as mesmas disposições para o comportamento prático.

Assim, as capacidades da disciplina, do autocontrole, do cálculo prospectivo são na realidade as causas sociais da posição dominante das classes média e alta, como características universais de todas as classes sociais. É isso que permite generalizações absurdas das classes marginalizadas como culpadas da própria exclusão e miséria. Se todas as classes sociais possuem os mesmos recursos sociais, então a marginalidade e a

pobreza só podem ser culpa da própria preguiça, burrice e “arcaísmo” dos marginalizados. O que não é percebido pela generalização liberal flexível e racional das classes médias para toda a sociedade é que as pessoas nascem dentro de um contexto familiar e social muito concreto e peculiar.

Avalia que o que a classe média aprende na escola é uma mera extensão das virtudes que já estavam sendo aprendidas desde o berço. O resultado desse processo pode ser percebido com nitidez na diferença de desempenho da classe média e da classe oprimida na escola. Nesse sentido entende que a escola é um dos principais estabelecimentos para a produção dos indivíduos flexíveis e dóceis dos quais tanto o mercado quanto o Estado necessitam para sua reprodução cotidiana. Nos lares de classe média, esse tipo de aprendizado recebe o nome de “amor” e de “cuidado” dos pais.

Todo dia uma série de sinais invisíveis como “não coma desse jeito”, “acabou a hora de brincar”, “não veja tanta TV”, [...] sinaliza à criança de classe média que o processo de disciplinarização da qual ela é objeto é, em si, produto do amor de seus pais e familiares a ela (Souza, 2009, p. 405).

Desse modo, para Souza as noções de disciplina e de autorresponsabilidade podem ser incorporadas de modo invisível, não apenas como uma violência de fora para dentro, mas também como “atos de amor cotidianos”. Essa é a chave para um processo bem-sucedido de “identificação afetiva” com os valores e com a visão de mundo dos pais. A partir desse mecanismo de identificação afetiva, a criança de classe média passa a paulatinamente julgar todas as suas ações pela conformidade ou não conformidade com esse conjunto de valores cada vez mais percebidos como próprios e “naturais”, e não como aprendidos. Pouco a pouco, são internalizados não apenas como “conteúdos intelectuais”, mas como disposições inconscientes sobre as quais não se reflete, nem se escolhe, mas que constituem por assim dizer uma visão de mundo tornada “corpo”, ou seja, esse tipo de concepção de mundo tida como óbvia e universal. Na verdade, rigorosamente, toda a sociedade funciona de acordo com essa “segunda natureza” invisível que guia todas as nossas ações mais importantes sem que sequer nos demos conta disso.

Só podemos ser verdadeiramente “sujeitos”, em alguma pequena medida que seja, na nossa vida privada ou pública, se nos conscientizamos do quanto somos, na realidade, “objetos” guiados por uma “segunda natureza” que não tem nada de consciente ou “livre” (Souza, 2009, p. 406).

Para Souza o que faz uma classe social ser uma classe, não é a renda, mas sua construção fundamentada na afetividade e pré-reflexividade erguida. São esquemas quase sempre irrefletidos e inconscientes, que guiam nossa ação e nosso comportamento efetivo no mundo.

É apenas esse tipo de consenso, como que corporal, pré-reflexivo e naturalizado, que pode permitir, para além da eficácia jurídica, uma espécie de acordo implícito que sugere (Souza, 2009, p. 408).

De acordo com Souza, esse tipo de consenso em benefício das classes dominantes, e aceito como legítimo pelas classes inferiores, concretiza e ao mesmo tempo reafirma que, não na lei, mas na vida, algumas pessoas e classes estejam acima da lei e outras pessoas e classes sociais totalmente abaixo dela. A dimensão é objetiva, subliminar, implícita e intransparente. O que se instaura são acordos e consensos sociais mudos e subliminares, que articulam, como que por meio de fios invisíveis, solidariedades, de um lado, e preconceitos profundos, de outro. Como o valor dos seres humanos é construído, numa sociedade que não homogeneizou o tipo humano considerado digno, vai sempre haver um discurso de aparência, o da igualdade e da lei para todos, e outro real, nunca revelado, mas sempre perceptível no cotidiano de todas as práticas sociais e institucionais: um processo de exclusão velado.

1.1 A POLÍTICA NA VIDA DE UM POVO RALÉ

Conforme Souza (2009) para a classe média brasileira, ainda que esta possua suas próprias tragédias, o mundo é, pelo menos no sentido material, razoavelmente muito bom. Existe uma classe despossuída que trabalha para ela a baixo preço, cuida de seus filhos, de sua casa, de sua comida, e assim por diante. A “segunda natureza”, a subserviência é construída socialmente por herança familiar e afetiva. Ainda que essa “segunda natureza” possa ser modificada no decorrer da trajetória individual, ela estabelece ainda limites e alternativas para essas mudanças possíveis.

A típica família da “ralé”, a classe oprimida, é muito diferente da família de classe média. Em grande medida, apresenta traços marcantes de “desestruturação familiar”, sinalizados pelo domínio de “relações instrumentais” caracterizadas pelo abuso afetivo de todo tipo de poder inserido no termo dominação. Nessa classe social existe apenas um dos indicadores da extrema fragilidade do tipo de “economia

emocional” que é o substrato do tipo de indivíduo produzido pela maioria das famílias da “ralé”.

Grande parte dessas famílias são também encabeçadas pela figura feminina da mãe, na medida em que os homens trocam de parceiras facilmente e abandonam os filhos à própria sorte. Esses homens possuem a experiência da humilhação cotidiana como um fardo percebido como própria culpa —, e muitos deles se afundam no alcoolismo como forma de esquecer um cotidiano brutal e hostil, passando a viver num mundo paralelo abastecido à fantasia e ilusão. Ainda que os homens sejam “ausentes” — sempre em medida comparativa em relação à classe média —, o “machismo” é uma realidade marcante em todas as classes no Brasil, e se apresenta, via de regra, especialmente virulento nas classes baixas e na “ralé”. O simples fato de ser homem pode permitir tanto a exploração do trabalho da mulher quanto o abuso conivente das filhas e filhos dessa mesma mulher, já que, mulher sem homem na favela é “toco pra cachorro mijar.”

O domínio de relações abertamente instrumentais entre os pais e entre os pais e os filhos, reproduzindo um processo histórico que atravessa gerações com pouquíssimas diferenças, com os pais atuais na verdade reproduzindo formas de comportamento das quais foram também vítimas como filhos e filhas no passado, é um dado fundamental para que possamos compreender a reprodução da “ralé” como uma classe de desclassificados sociais (Souza, 2009, p. 411, 412).

Conforme Souza, os autores da vanguarda da teoria social internacional avaliam que os indivíduos são marcados em toda a sua trajetória de adultos por estímulos ou pela ausência de estímulos emotivos e morais recebidos desde tenra idade. Existem condições não só materiais, mas também, emocionais e simbólicas que esclarecem como classes sociais inteiras são construídas e reproduzidas como bem-sucedidas ou como fracassadas desde o berço. Um mundo em relação ao qual ele é estrangeiro, excluído, malvisto, indesejável e em muitas outras formas de baixa autoestima.

Como a herança familiar nunca é tematizada nem sequer percebida, especialmente pelos próprios dominados, a produção de classes sociais inteiras, diferentemente produzidas e reproduzidas pela “fabricação” de indivíduos com recursos morais e afetivos completamente distintos, torna-se invisível para toda a sociedade (Souza, 2009, p. 414).

De acordo com Souza, os filhos de famílias desestruturadas, não tendo recebido dos pais em casa estímulos corporificados em exemplos concretos, permanecem muitas vezes numa baixa autoestima ocasionada por agentes emocionais internos (familiares)

que passam a interferir em algum grau na baixa produtividade do indivíduo, quer seja em ambientes escolares ou fora dele. Não poucas vezes os gráficos estatísticos expressam essa realidade. Para além desses fatores, os jovens da classe oprimida são jogados muito cedo no mercado de trabalho, frequentemente desde os nove ou dez anos, na competição profissional sem qualquer preparo. Num contexto de desemprego estrutural como o brasileiro, a própria colocação em atividades mal pagas e com baixo reconhecimento social é sempre muito difícil.

A teoria superficial e conservadora do “jeitinho brasileiro” não é recurso argumentativo exclusivamente brasileiro, mas de todas as classes precarizadas e desesperadas em qualquer lugar do mundo moderno. Misturar a absoluta dependência dos pobres com a desfaçatez e o privilégio dos ricos e poderosos e chamar os dois pelo mesmo nome de “jeitinho” equivale a não compreender nem um nem outro fenômeno e ainda confundi-los num mesmo nome. “Essa confusão não é inofensiva. É ela que ajuda a manter nosso debate acadêmico e político no seu atual estado falimentar sob a égide de uma interpretação conservadora que obscurece sistematicamente nossos conflitos sociais mais fundamentais” (Souza, 2009, p. 415, 416).

A fusão metodológica interiorizada nos elementos intelectuais e políticos conservadores têm solidificado um modelo fortemente estruturado, invisibilizando caminhos alternativos vindos de outros olhares coletivos. Souza considera que como toda a competição no mercado capitalista com alguma esperança de sucesso pressupõe a reunião de fatores preponderantes:

de capital cultural — ou de capital econômico, sendo frequente alguma forma de combinação dos dois — sob a forma de conhecimento escolar ou técnico, a classe social que estamos chamando aqui provocativamente de “ralé” tem toda sua especificidade como classe precisamente marcada pela ausência da incorporação, em qualquer medida significativa, desses capitais (Souza, 2009, p. 416).

Assim, para Souza, sem que haja adequação perfilada do indivíduo pelo conhecimento escolar ou técnico perpassado e transformado por autodisciplina e conhecimento útil passível, se torna muito difícil a absorção do indivíduo, fora desse perfil, no mercado de trabalho competitivo que se fundamenta em linhas gerais nos quesitos mencionados. Daí o que caracteriza essa classe social como classe defasada do perfil ideal é exatamente sua redução social ao estatuto da qualificação ao mercado de trabalho. Isso não significa que a “ralé” não seja também explorada sistematicamente

em subempregos. Pelo contrário, a sua não incorporação no extrato competitivo do mercado de trabalho, reservado às outras classes, faz da classe oprimida um joguete impotente e passivo de uma lógica social excludente que explora o trabalho não qualificado.

De acordo com Souza, como a prisão das necessidades primárias de sobrevivência impede qualquer cálculo racional de probabilidades reais, toda a vida é vivida comandada por subjetividades poderosas. É isso que explica o extraordinário apelo da religiosidade fortemente mágica das religiões evangélicas que tanto crescem no Brasil, muito especialmente na classe oprimida que busca, no sobrenatural da fé, a superação da baixa qualificação exigida. A vida vivida tende a atribuir toda a potência para seres benéficos e maléficos que comandam toda a dimensão profana e mundana.

Assim, a miséria mais desumana não é condição indispensável para a revolução política. “Ao contrário, apenas aqueles que têm o privilégio de serem explorados de modo permanente e racional podem também ter acesso a uma consciência realista e possível das transformações de uma ordem social injusta” (Souza, 2009, p. 417). A ausência, comum na classe oprimida, de um emprego regular além da inconstância financeira não acarreta apenas a falta da renda segura no fim do mês, mas a desorganização e a desestruturação sistêmica abrangendo todas as dimensões da vida, muitas vezes com maior prejuízo à vida familiar. Como as necessidades essenciais não são do tipo que se possa adiar, todo o dia presente é vivido sem referência ao dia seguinte, ou seja, o futuro via de regra não é projetado.

1.2 COMO ENCARAR OS CONFLITOS SOCIAIS COM ATITUDES RENOVADAS?

De acordo com Souza (2009), a tese central é mostrar que a forma como uma sociedade é compreendida — seja no senso comum, seja na reflexão metódica — tem importância fundamental para o grau de justiça social e de amadurecimento político da sociedade como um todo. Isso não implica admitir, ingenuamente, que apenas a crítica das ideias conservadoras da dominação social seja fator suficiente de mudança social. A dominação social em sociedades modernas funciona bem porque se fundamenta em interesses que se articulam e se estabilizam de modo opaco e invisível.

É a normalização das diferenças entre classes como condição legítima e comum que permite compreender por que algumas sociedades são mais ou menos desiguais e

com mais ou menos gente condenada a uma vida de sofrimento mudo e humilhação cotidiana.

Minha tese é que existe um “consenso inarticulado” que perpassa toda a sociedade brasileira que diz que é normal e natural que a nossa sociedade seja dividida em gente e subgente, e é esse consenso que permite a reprodução da maior desigualdade social do planeta dentre as sociedades complexas (Souza, 2009, p. 422).

Conforme Souza (2009) esses consensos não estão relacionados apenas a questões sociais excludentes, agressivas e desumanas, se ligam também a fenômenos contraditórios, que dizem fazer uma coisa, mas na realidade, fazem exatamente o contrário. Se a escola promete ascensão social pelo estudo para todos, o que ela efetivamente faz é separar as classes nascidas para vencer das classes nascidas para perder. A individualização da culpa, que esconde e nega as desiguais condições sociais de competição, é o maior desempenho da escola como “má-fé institucional”. Seu poder legitimador é exercido contra sua própria vítima.

Sempre que houver “consensos inarticulados” que legitimem esse tipo de prática na vida cotidiana, as instituições vão reproduzir a má-fé dos setores politicamente hegemônicos como a classe média (privilegiada pelo acesso seletivo ao capital cultural em conhecimento útil) e a classe alta (privilegiada pelo acesso seletivo ao capital econômico). Assim, o cotidiano dos hospitais do SUS vai reproduzir não a máxima explícita de preservar a vida a todo custo, mas, em muitas ocasiões, realizar a máxima contrária do “deixar morrer”, por não atendimento, por usar material de segunda classe, por negligência ou descaso puro e simples (Souza, 2009, p. 428).

De acordo com o autor, ao percebermos que todos nós engendramos e aplicamos os “consensos sociais inarticulados” que irão dividir o mundo em vencedores e vencidos, podemos perceber que são esses “consensos” que vão construir a verdade das práticas sociais e institucionais do Brasil real. Ao tornar evidente a existência dos arranjos sociais acordados que mantêm o mundo injusto como ele é, abre-se espaço para que possamos percebê-los e criticá-los. Apesar das ideias conservadoras estarem atreladas a poderosos interesses de todo tipo, existe sempre, também nas classes média e alta, que acumulam todos os privilégios, setores sensíveis a mudanças reais.

1.3 SEMÂNTICA DO RACISMO: SEU LADO, SUA COR

Ao utilizar a obra do autor Silvio Luiz de Almeida (2019), pretendi conhecer a argumentação do autor em relação ao racismo estrutural e aprofundar um posicionamento crítico pessoal em relação ao tema. Conhecer aspectos sociais que remetem a visão de raça cunhada pelo fenômeno da modernidade que se instalou na civilização em meado do século XVI significa se apropriar, dentre outras coisas, do modelo social estruturado pela classificação racial. Conhecer e contrapor esse modelo são responsabilidades daqueles que têm uma visão de mundo fundamentada na igualdade de direitos sociais entre indivíduos, independentemente do gênero, raça e credo. Nesse somatório teórico consideraremos as contribuições da obra de Wlamyra R. de Albuquerque (2009), intitulada *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*.

Acreditei que a reflexão a luz da argumentação de Almeida e Albuquerque concorreria ao sucesso do intento ora proposto. Tenho a convicção de que ao conhecer os pilares estruturantes que delimitam o espaço social entre raças bem como contrapor seus mecanismos significa fortalecer o ideal de luta rumo à igualdade de direitos sociais entre etnias.

Para Almeida (2019), a noção de raça é um fenômeno da modernidade que remonta as categorias dos seres humanos nos meados do século XVI. Ele vê o termo raça não como algo estático, muito pelo contrário, a sua dinâmica está atrelado o conflito, poder e decisão de tal monta que se trata de um conceito *relacional e histórico*. Daí, a história da raça ou raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas que buscam firmar a dominação através da mediação classificatória centralizada no estigma da raça. Com isso posto, o fator racial que deveria ser motivo de orgulho e satisfação ao indivíduo passa a ser nessa configuração classificatória um delimitador da ascensão social entre raças, motivado pela discriminação.

Para Almeida, foram as circunstâncias históricas incrustadas no século XVI que definiram um sentido específico à ideia de raça. O cenário econômico mercantilista em crescimento e a descoberta do novo mundo forjaram a base material e a partir da influência cultural renascentista, construíram a nova maneira de “ver as diferentes raças” no relacionamento social ligada à valorização, poder e dominação. Para o autor, se antes desse período o ser *humano* se relacionava através da comunidade política ou religiosa, a partir do período renascentista passa a convivência do moderno ideário

filosófico que teria o homem europeu como *homem universal*. Foi atribuído a esse *homem* o modelo de perfeição, inteligência, a ser seguido e respeitado, como se fosse uma espécie de “homem superior e único”. E através dessa referência social todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus eram considerados por eles como povos inferiores.

De acordo com a obra de referência, a inferiorização dada pelo homem europeu a outras raças buscava pela dominação em primeiro plano, além de seguir com o procedimento de invisibilização, neutralização da contribuição social de outras etnias. Nesse sentido proporcionalmente a raça que mais sofreu e permanece em agudo prejuízo social é a “raça” negra. Em sentido contrário, o legado deixado pelos outros povos, em especial o povo negro, é uma realidade que tem sido revisitada pelos estudiosos contemporâneos que têm comprovado as contribuições das demais raças ignoradas pela história oficial.

Segundo Almeida (2019), a ideia de raça ganha relevância social pela complexa compreensão de *homem* construída pela filosofia moderna. Nesse princípio, o homem do iluminismo não é somente o sujeito que racionaliza, mas é o sujeito que coloca em evidência o conceito do século XVII onde se celebrou a afirmação cartesiana: *penso, logo existo*. A virtualidade do iluminismo está em apresentar o homem como um ser cognitivo, autossuficiente, detentor do conhecimento em suas múltiplas *facetas e diferenças* percebidas como um ser que: tem vida, trabalha, pensa e se comunica pela fala. Assim, através do ponto de vista intelectual, o iluminismo constitui arsenal de informação que tornam possível a *comparação, classificação*, dos diversos grupos humanos a partir de características físicas e culturais. Dessa maneira constrói a distinção filosófico-antropológica entre *civilizado e selvagem*, visto no século seguinte como o dístico *civilizado e primitivo*.

Para Almeida, é o iluminismo o responsável pela fundamentação filosófica das grandes revoluções liberais que, com a argumentação de instituir a liberdade e livrar o mundo das trevas e do cunho preconceituoso da religião, irá combater as instituições absolutistas e o tradicionalismo da nobreza construindo uma nova reorganização do mundo, inaugurada em decorrência da revolução inglesa, americana e a francesa. O fortalecimento conquistado favorece a transição das sociedades feudais para a sociedade capitalista, estruturando o momento social em que a composição filosófica do homem universal, dos direitos universais e da razão universal apresentou-se fundamental para a

vitória da *civilização*. *Civilização* essa que fez surgir um processo de destruição e morte, de espoliação e aviltamento, construído pela razão e a que se denominou *colonialismo*.

Almeida (2019) classificou o racismo em três eixos. No primeiro eixo, afirma que a concepção individualista é um tipo de racismo concebido sob forma patológica que se apresenta como fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, a grupos isolados. Defende que a ação de combate deva vir através de processo jurídico por meio da aplicação de sanções civis ou penais. Contribui com riqueza de detalhes quando joga luz a perspicácia inserida à concepção individualista subscrita e indireta que pode não admitir a existência de “racismo”, mas numa parte da ação vigora o desrespeito ao indivíduo pelo “preconceito”, ou seja, na intenção de destacar a exclusão do indivíduo através da natureza psicológica do fenômeno em lugar da sua natureza política.

O ângulo argumentativo defendido pelo autor é que *não haveria sociedades racistas, mas indivíduos racistas que agem isoladamente ou em grupo* para defenderem uma ação racista, e, ainda que possa ser realizada de maneira indireta, tem a intenção de assegurar a discriminação direta. Segundo Almeida, por se tratar de um tipo de selo social incrustado pelo comportamento, educação e conscientização, a mudança de paradigma e a *linha* da nova construção social almejada poderão vir do convívio “de outros olhares culturais” através de outras interpretações sociais de mundo.

Para Almeida, o racismo é uma imoralidade, um crime e tem suas consequências punitivas subsequentes. Contudo, devido a *concepção individualista* se tratar de algo frágil e limitado, e ao mesmo tempo ter sua base pouco confrontada pela falta de registro e reflexão sobre seus efeitos e danos concretos se mantém atuante, invisibilizada e pouco questionada. Por esse ângulo, o olhar sobre o racismo fica fadado aos aspectos simples do cotidiano comportamental reforçado pela naturalização do racismo. Além de ser endossado com apoio moral de líderes políticos, religiosos e dos considerados “homens de bem” que têm em seus currículos a hegemonia da liderança, do domínio e do poder à legalização do racismo.

Em relação ao segundo eixo, a concepção institucional pelo olhar de Almeida tem sua base de funcionamento firmada nas instituições, que passam a atuar como referência em uma dinâmica assegurada, mesmo que indiretamente, com desvantagens e privilégios a partir da raça. Nessa formatação a estabilidade do sistema social depende

da capacidade das instituições de absorver os conflitos e os antagonismos que são próprios à vida social. As normas e padrões se estabelecem no sentido de orientar as ações dos indivíduos para que eles se tornem *sujeitos* inseridos em um “combinado social”, erguido pelo conjunto de significados previamente estabelecidos para moldar o comportamento humano de maneira geral, influenciando seu ponto de vista pessoal, decisões e racionalidades, seus sentimentos e preferências.

No entanto assevera o autor, as sociedades não são homogêneas, aliás, o que as move é um constante antagonismo e contradições que de certa forma são absorvidas e toleradas pelas leis constituídas dentro de limites estipulados vistos, por exemplo, no poder judiciário. Assim o que temos na sociedade institucionalizada são forças antagônicas que buscam prevalecer pela constituição elaborada, mas não de toda acabada, cabendo nesse sentido às alterações de disputa quando ora esses níveis almejados são alcançados, ora não. Daí argumentar Almeida que a principal tese de quem afirma a existência de *racismo institucional* é que os conflitos estão incrustados numa característica inerente das instituições, sendo utilizadas por grupos raciais através de mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. Dito de outra maneira, o racismo é *dominação* que se constrói pelos parâmetros discriminatórios baseados na *raça*, que servem para estabilizar a hegemonia do grupo racial dominante no poder.

Além disso, busca efetivar como modelo suas culturas e práticas que passam a ditar o “tom” no horizonte civilizatório. De acordo com Almeida, através dos mecanismos institucionalizados os domínios “naturalizados” de homens brancos em instituições públicas e privados têm se firmado de forma majoritária às esferas de poder, ao mesmo tempo em que dificulta a participação de outras etnias à ocupação dos mesmos espaços. Para lidar com os conflitos o grupo que detém o poder necessita estar em permanente construção e reconstrução de seus arranjos de dominação. Para assegurar o intento, se utilizam dos poderes institucionais – Estado, escola, legislativo, judiciário, etc. – que se apresentam como agentes estabilizadores dos acordos. Nessa formatação, concessões estratégicas precisam ser erguidas a fim de que os grupos subalternos permaneçam inseridos minimamente em escalas sociais de poder. Via de regra, em atribuição de baixa expressividade social.

Almeida (2019) considera que a contribuição de Charles Hamilton e Kwame Ture é fundamental na medida em que demonstra que o racismo é uma das maneiras

pelo qual o Estado e outros modos de organização perpetuam seu poder no interior das instituições. Conforme Almeida, na visão desses dois autores americanos o *racismo institucional* consiste em uma cópia particularizada do *colonialismo* que, segundo eles, evidencia que a questão racial não está no campo da ética e sim fundamentalmente no político.

Ao tratar do terceiro eixo, a concepção estrutural, Almeida (2019) considera que tanto o racismo individual quanto o institucional são conceituações que nos auxiliam na compreensão das diferenças impostas quer seja em âmbito subjetivo, quer seja pelo institucional, respectivamente, embora não em sua totalidade, pois algumas questões ainda persistem e somente estarão esclarecidas no âmbito estrutural relacionados à ordem política, econômica e jurídica. Avalia que da mesma forma que a instituição tem em sua atuação condicionada uma estrutura social previamente existente, com suas características de formação que carregam conflitos inerentes, o racismo que esta instituição venha reproduzir é fruto desta mesma estrutura. Assim, para Almeida as instituições podem ser vistas como a materialização de uma estrutura social que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Daí, concluir ele que, *as instituições são racistas porque a sociedade é racista*.

E acrescenta Almeida, se há instituições cujos padrões de funcionamento refletem privilégios a determinados grupos raciais, é porque o racismo é parte da ordem social de inúmeros conflitos – de classe, raciais, sexuais, etc., o que significa dizer pela argumentação de Almeida, que as instituições também podem atuar de maneira conflituosa para a construção dos valores sociais, trazendo no mínimo duas consequências. A primeira: no meio social onde o racismo está presente, é dever da instituição que deseja erradicar a questão racial o investimento necessário que promova a igualdade e a diversidade em suas relações internas e externas; remova obstáculos para ascensão de minorias nos espaços de poder; reveja as práticas institucionais; minimize com veemência os conflitos raciais e de gênero.

A segunda consequência é vista pela obra considerando que o racismo não se limita à representatividade, ou seja, o problema não estará resolvido se tivermos negros ou minorias em cargos de poder e decisão. E ainda, que a instituição deixará de atuar de forma racista. No entanto, destaca que a ação dos indivíduos é orientada e muitas vezes só se concretiza quando introduzidas nos espaços afins por meio das instituições,

sempre tendo como pano de fundo os princípios estruturais sociais mediados com as questões de ordem política, econômica e jurídica.

Para Almeida (2019), as questões colocadas, que dizem respeito ao processo conflituoso das instituições, incentivam outras duas consequências importantes e polêmicas: a) a *supremacia branca* no controle institucional de um lado e de outro a ausência de pessoas não-brancas em espaços de poder e prestígio social, caracterizando a desigualdade e a existência do racismo. Considera também como fundamental para a luta antirracista que pessoas negras, pardas e outras minorias estejam representadas nos espaços de poder, integrando o interior político, econômico e jurídico. Não apenas para assegurar o direito social do indivíduo, mas também para usufruir da capacidade técnica, intelectual e profissional do(a) cidadão(ã) negro(a) e de outras minorias que devido aos vários impedimentos institucionais deixam de participar efetivamente com suas contribuições. A segunda questão: b) não basta mascarar com uma falsa participação do tipo os negros ou minorias assumindo cargos que não tem poder real, projetos e/ou programas de baixa expressão. Ao contrário, o que se espera de fato é que possam integrar esferas de elevado prestígio social.

De acordo com Almeida a efetiva liberdade do povo negro como algo real tem dentre as muitas dificuldades, uma em especial, referendada pela argumentação científica. O fator argumentativo-teórico acadêmico tem atribuído ao povo negro um estigma social que fortalece o grau de impedimento frente à desigualdade social colocada. Cooperaram para esse fortalecimento “as faculdades de Direito de Recife e São Paulo; as faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro; o Museu de História Natural do Pará – para a disseminação da ideologia do *racismo científico* no contexto da República Velha” (ALMEIDA, 2019, p. 82).

O autor considera importante a meritocracia e a participação de minorias em espaços de poder e prestígio social. E vai além ao questionar “seria, por exemplo, a presença de pessoas negras ou indígenas em posições de poder e destaque suficiente para combater o racismo?” (Almeida, 2019, p. 84). Pondera que para algumas pessoas a existência de representantes de minorias em tais posições seria a comprovação da meritocracia bem como do resultado positivo de combate do racismo pelo esforço individual. No entanto, nos adverte com severidade, ao se utilizar das palavras de Charles Hamilton e Kwame Ture, que afirmaram que o racismo não se resume a um problema de representatividade, mas é uma questão de poder real. Almeida reforça a

relevância da questão quando diz: por mais importante que seja a representatividade de minorias em espaços públicos e privados, em partidos políticos e instituições governamentais, não é de longe o sinal de que o racismo e/ou o sexismo estão sendo ou foram eliminados.

De fato, se as minorias ao assumirem suas atividades de poder e representatividade não adotarem um viés paradigmático contrário ao modelo que está posto, a discriminação estará apenas tomando novas formas em outras mãos, além de não significar que os (as) negros (as) ou as minorias estejam no poder. Argumenta Almeida que a pessoa alçada à posição de destaque pode não ser um representante no sentido de vocalizar as demandas por igualdade do grupo racial ou sexual ao qual pertença. Assim o cargo ou função exercida pelas minorias servirá apenas para camuflar quem realmente estará no poder, à classe dominante que manipula a instituição em benefício próprio. Uma segunda questão levantada pelo autor: mesmo havendo o compromisso político do representante com o grupo racial ou sexual ao qual pertença, isso não significa que terá o poder suficiente para interferir e ao mesmo tempo alterar as estruturas políticas e econômicas vigentes.

Conforme dito por Almeida, embora a resistência contra o racismo tenha raízes em lutas incorporadas em outros períodos históricos, foi no século XX que as organizações civis por meio das pautas específicas e gerais desenvolveram lutas coletivas com os movimentos sociais. Pelo protagonismo social, as demandas em disputa foram cada vez mais incluídas no cenário sindical e político. Seguindo Almeida, os movimentos sociais formaram intelectuais de produção variada e feita sob a influência de diversas matrizes culturais e ideológicas que serviram para inspirar práticas políticas e pedagógicas inovadoras que contestaram os fundamentos do racismo.

Conforme a obra de referência, no campo do direito, em particular, o antirracismo contribuiu no mínimo com duas pautas de luta relevante. A primeira, ao assumir a forma de militância jurídica nos tribunais a fim de garantir a cidadania aos grupos minoritários, e a segunda através da produção intelectual, cujo objetivo central foi forjar teorias que questionassem o racismo inscrito nas doutrinas e na metodologia de ensino do direito. O protagonismo instaurado renovou e fortaleceu os elementos críticos à legislação bem como fez surgir à construção de novos elementos de disputa pela igualdade racial e combate ao racismo.

Segundo a obra de referência, no Brasil tivemos um notório exemplo de luta antissistêmica, com contribuições de intelectuais negros, líderes do movimento abolicionista como Joaquim Nabuco, Carneiro da Rocha, Rui Barbosa e tantos outros. Destacamos um desses, Luiz Gama que “sabia que o direito, mesmo sendo uma ferramenta dos senhores, era preciso saber manejá-la para quando, no momento oportuno, voltá-las contra o próprio senhor” (Almeida, 2019, p. 115). Para Almeida, Luiz Gama tinha clara percepção de que a linha do direito era apenas um dos caminhos possíveis de embate na luta travada. Além de Luiz Gama outras pessoas também recorreram às autoridades ao enveredar pelo caminho da justiça como, por exemplo, a emblemática história de Esperança Garcia, mulher escravizada que no Brasil do século XVIII endereçou carta às autoridades clamando por justiça contra o seu senhor que a impingia.

O processo de luta do passado rompeu as fronteiras do tempo e ainda hoje tem sua eficácia. Na contemporaneidade têm existido movimentos estratégicos de luta antirracista com as mesmas características de luta de outrora. Como a experiência da luta travada pelos advogados e advogadas do Movimento pelos Direitos Civis “que tiveram participação decisiva no desmonte do sistema normativo da segregação racial e nas conquistas de cidadania [...]” (Almeida, 2019, p. 116).

Em se tratando dos historiadores contemporâneos, Albuquerque (2009) traz relevante contribuição quando menciona dentre outras, o resgate histórico, a partir de 1980, dos historiadores na perspectiva investigativa através “de uma série de publicações motivadas pelo centenário da abolição, [que] redirecionaram os estudos sobre o Brasil escravista” (Albuquerque, 2009, p. 97). Apresentando as efetivas contribuições do povo negro mencionadas pelos historiadores contemporâneos que evidenciam outras nuances históricas não mencionadas pelo registro oficial, principalmente relacionado ao modo organizativo e articulado de resistência, reconhecimento de *saberes* e protagonismo do povo negro à construção da nação.

De acordo com Almeida, no Brasil, os movimentos sociais tiveram grande participação na construção dos direitos fundamentais e sociais previstos na Constituição de 1988 e nas leis antirracistas, como a lei 10.639/2003, as leis de cotas raciais nas universidades federais e no serviço público, no Estatuto da Igualdade Racial e ainda nas decisões judiciais.

Através dos governos do Partido dos Trabalhadores – PT, com Lula, no período de 2003 a 2010 foi instituída a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir, com continuidade no governo Dilma, período de 2011 a 2016. Com o golpe de Estado, em 2016 as políticas implementadas pela Seppir, Ministério das Mulheres e diversas outras secretarias foram extintas ou sofreram forte retrocesso a partir do governo de Michel Temer. Com isso posto o processo da seguridade social em construção começa a desmoronar.

Cabe à sociedade civil organizada, sindicatos, poderes públicos constituídos e representantes eleitos pelo voto se organizarem e simultaneamente construir articulação junto ao parlamento, visando à retomada dos direitos mencionados pela Constituição de 1988, também conhecida como “Constituição Cidadã” pela ênfase dada à retomada do processo democrático no País.

1.4 BRASIL E CUBA: ESTRUTURA SOCIAL X COR DA PELE

No livro *O Brasil e Cuba, 1889/1902-1929*. O debate intelectual sobre as relações raciais, Pedro Alexander Cubas Hernández traz em detalhes as relações raciais dos dois países no início de seus respectivos processos republicanos, indo até final dos anos vinte. Tem por objetivo demonstrar a pertinência na comparação entre países geograficamente distantes e de línguas distintas, mas com aproximação em relação à constituição de sistemas escravistas e para essa demonstração utiliza de análise do debate de intelectuais sobre as relações raciais às temáticas centrais que os aproximam e os distinguem na construção do legado cultural africano, a ciência moderna, a reflexão sobre o destino do Brasil e de Cuba.

Estabelecer uma perspectiva comparativa entre o Brasil e Cuba é interessante devido ao fato de ambas terem partilhado de dinâmica histórica similar, pois, foram os últimos lugares de América em revogar por determinação a escravidão: Cuba (1886) e o Brasil (1888). Eram duas sociedades pós-coloniais, nas quais a prática de vida baseada na escravidão deixou uma herança profunda ao nível sociocultural e econômico.

Conforme o autor, a mudança de uma mão de obra escrava para uma assalariada incitou polêmica sobre os tipos de imigração aceitáveis e pertinentes para o desenvolvimento socioeconômico e cultural desses países. Diante desse impasse as elites políticas e intelectuais buscaram estruturar os direitos civis delineados a partir do

modelo jurídico europeu. Através da construção teórica, o diálogo argumentativo entre os intelectuais do Brasil e de Cuba esteve mediado por constante ação de produção e troca de conhecimentos relacionados a raça, nacionalidade, na identidade, ciência, religião e modernidade buscando significar qual o lugar da população negra no Brasil e em Cuba como entidades socioculturais, econômicas e políticas deveriam constar e ali permanecer como agente social. O critério defendido levava em consideração os discursos ideológicos nacionalistas declarados pelas elites econômicas e políticas brancas dominantes durante a experiência republicana e social do cotidiano de cada país.

O estudo comparativo de Hernández (2018) propõe chegar ao conhecimento científico conclusivo possibilitando ainda outras frentes de pesquisas e reflexões. Nossa pesquisa em particular abarca uma delas.

A perspectiva de Hernández (2018) busca acercar-se de noção metodológica explicitada pelos sociólogos através da metodologia histórica comparativa e detalhada visando encontrar variáveis de explicação plausível. Para isso se utilizou dos intelectuais do Brasil e Cuba, período 1889/1902-1929 que busca explicar os principais pontos de vista dos intelectuais brasileiros e cubanos e suas argumentações na construção de uma nação moderna. Visa ainda esclarecer como os intelectuais brasileiros e cubanos aplicaram à produção escrita os fundamentos estruturantes às relações raciais no processo de formação nacional sob a influência europeia.

De fato, comparar duas nações diferentes em processo de formação como o Brasil e Cuba sob o olhar participativo dos intelectuais torna-se interessante e importante, principalmente levado pela motivação investigativa no espaço temporal em destaque. O espaço temporal em questão identificou que ambos os países partilharam um similar espírito de época em contextos republicanos, entrecruzados por saberes da ciência moderna que migraram da Europa Ocidental e os Estados Unidos com complexas realidades sociais, culturais e econômicas que brasileiros e cubanos encaravam para validar suas identidades e defender seus direitos bem como serem reconhecidas e respeitadas no mundo como duas nações civilizadas e modernas.

1.4.1 República brasileira, modernidade da nação, invisibilidade de raças não europeias (1889-1919)

Seguindo Hernández (2018), o Brasil começou sua experiência republicana em 15 de novembro de 1889 sob o comando dos militares. O Marechal Deodoro da Fonseca foi o primeiro presidente. Os civis tomaram posse do poder em 1894 com Prudente Moraes. A nova fase fez surgir olhares espelhados em outras nações. No caso brasileiro, o desafio de promover a modernização para chegar perto, em semelhança, daqueles países reconhecidos como os mais desenvolvidos do mundo. A virada do século XIX para o XX se caracterizou pela defesa de maior valorização à herança europeia e em sentido oposto, na invisibilização do legado africano, indígena e outros que não fossem definidos como branco ocidental, os mestiços e mulatos.

As contribuições oriundas de intelectuais debatidas sobre a interconexão dos tópicos raça, nação, ciência, religião e modernidade buscavam definir o pensamento social e político de nação sugerindo, sobretudo uma ideologia do nacionalismo brasileiro. Assim os debates entre pensadores versavam os aspectos políticos quanto a forma de ideal do governo na condução do país. A implementação do recém-chegado modelo social, exigia uma mudança de mentalidade da elite brasileira para cumprir o primeiro objetivo. O segundo objetivo visava encontrar solução ao problema nacional preservando os órgãos vitais da nacionalidade, ou seja, as fontes principais de riqueza, as indústrias de primeira necessidade, os instrumentos e agentes da vitalidade e circulação econômica. Dessa maneira as medidas defendidas buscavam concomitantemente por alinhamento, ampliação e distribuição de riquezas relacionadas ao modo de produção industrial e comercial, sem monopólios nem privilégios.

De acordo com Hernández (2018) para analisar o Brasil como nação é preciso estar atento as disparidades regionais relacionadas ao desenvolvimento econômico, por exemplo, as diferenças de desenvolvimento econômico entre o Sudeste e o Nordeste considerados durante o século XIX e que foram se acentuando no século XX. A agricultura mercantil para exportação e consumo interno, assim como os níveis de industrialização e urbanização foram bem maiores na região Sudeste do que a Nordeste. Além das questões econômicas tem-se o discurso determinista, relativo às diferenças existentes entre as raças povoadoras do Brasil, que exaltava a superioridade dos brancos por serem descendentes dos europeus. Assim, fazer uma ciência no Brasil, projetada

para a ordem e o progresso, se interligam as posições sobre o racismo, compreendido como inferiorização, estigmatização e invisibilização.

Seguindo o autor, a constituição de 1891 expressava as evidências da ruptura entre o Estado Republicano e a Igreja Católica. Mas, a religião não foi banida do cotidiano dos brasileiros. Os cultos religiosos tinham relação com a liberdade de reunião e de associação dos sujeitos sociais. As normas liberais sobre a religião pareciam fazer sentido somente para as religiões cristãs católicas, pois pela dinâmica social foi diferente para as religiões protestantes e as de matriz africana no Brasil. O aporte africano na cultura brasileira foi debatido por vários intelectuais dos séculos XIX e XX. Quando se analisa e valoriza a contribuição dos africanos à cultura brasileira também é preciso fazer referência às religiões de matriz africana. “Evidentemente, essas atividades rituais sagradas dos negros foram vistas e pensadas como perturbadoras da tranquilidade e da moralidade cidadã baseada nos princípios determinados pela Igreja Católica. Por isso, durante muito tempo sofreram a perseguição total das forças repressivas” (Hernández, 2018, p. 75).

1.4.2 Um novo Brasil em curso ou mais do mesmo?

Conforme Alencastro (2010), no recenseamento nacional de 2010 realizado pelo IBGE, os dados de pesquisas e análises constataam que os cidadãos brasileiros, pretos e pardos, passam a formar a maioria da população nacional. Ao identificarmos o processo da construção brasileira observamos de imediato um tipo de invisibilidade do povo negro (negros e negras) numa ocultação da participação daqueles que tanto trabalharam e continuam a trabalhar pela nação. Como bem diz Lara (1998), grande parte dos autores que tratam da história do trabalho no Brasil tem por hábito iniciar a análise no final do século XIX ou início do século XX.

Dessa forma a análise tem um marco referencial histórico fixado a partir do período em que o trabalho livre, a história social do trabalho no Brasil demonstra no seu cerne um processo de exclusão diretamente relacionado ao trabalhador escravizado. Nesse sentido são desprezados aqueles milhares de trabalhadores negros e trabalhadoras negras, pardos e pardas que durante séculos participaram efetivamente com a produção de valores contribuindo com a geração da riqueza nacional. O silêncio declarado faz com que o legado do povo negro seja ignorado e invisibilizado. Considera que a petição

inicial apresentada pela Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) pelo Partido Democratas (DEM) à Corte fala de forma genérica a questão da escravidão e do racismo, sem levar em conta a especificidade do escravismo em nosso país.

De acordo com o autor, no século XIX o império do Brasil ainda praticava o tráfico negreiro em larga escala e foi devido a insistência da prática brasileira que se instituiu, através da Inglaterra, o tratado internacional proibindo o transporte de negros escravizados. No entanto, essa proibição não foi respeitada. A prática de transporte continuou e o tratado efetivado não impediu que 50.000 africanos oriundos do norte do Equador fossem ilegalmente desembarcados no período entre 1818 e 1831. E mais, não impediu que os 710.000 indivíduos, vindos de todas as partes do continente africano, fossem transportados entre 1831 e 1856, num circuito de tráfico clandestino. Conforme Alencastro, foi a lei Eusébio de Queirós, de 4 de setembro de 1850, no artigo 4º, que acabou definitivamente com o tráfico negreiro.

Segundo Alencastro (2010), após a Independência no Brasil, da mesma forma como ocorreu no sul dos Estados Unidos, o escravismo passou a ser consolidado pelas instituições nacionais. Com isso ocorreu um tipo de modernização do escravismo regulamentado à propriedade privada e às liberdades públicas cercado de inúmeras contradições, ficando claro que a metodologia de elaboração da legislação estabelecida era constituída para beneficiar diretamente os mandatários e por outro lado existia para coibir toda iniciativa de rebelião por parte dos negros, além de buscar intimidar qualquer manifestação pela busca por direitos.

Além das contradições sociais, Lara (1998) identifica um paradoxo com prejuízo direto ao processo organizativo dos negros pela intervenção dos abolicionistas na representação à justiça e a humanidade burguesas, pois de maneira sutil ao mesmo tempo em que os abolicionistas se instituíram em procuradores dos oprimidos, excluem os negros de lutarem suas próprias lutas por liberdade, cerceiam os negros do direito de construir sua própria história de povo. Esse modelo de procuração de emancipação dos oprimidos foi praticado também nesse mesmo viés pelos cientistas sociais, historiadores e militantes de partidos e movimentos do século XX. Assim, o modelo que foi implantado num primeiro momento pelos abolicionistas e posteriormente absorvido pelos cientistas sociais, historiadores e movimentos do século XX investiram mecanismos estruturantes buscando assegurar o patrimonialismo de dominação.

Lara apresenta noções distintas de liberdade e de trabalho livre que estiveram em luta no final do século XIX e início do século XX. Para a autora as ações de escravos e libertos ao longo dos séculos fizeram do conceito de liberdade algo relativo. A liberdade é vista pelo indivíduo cativo como sendo algo fragmentado ou compartimentado e nunca algo absoluto, cristalizado. “Muitas vezes, a liberdade significou a possibilidade de não servir a mais a ninguém [...]” (Lara, 1998, p. 28). Para outros escravos e escravas ter liberdade significava ter posses econômicas, ter suas próprias terras, ter autonomia para dirigir os rumos da vida livremente.

De acordo com Lara, a exaltação do imigrante branco, associada com a afirmação da incapacidade do negro para o trabalho, reapareceu nas teses formuladas por sociólogos e historiadores do século XX sobre a transição da escravidão para o trabalho livre, da mudança do escravo negro pelo imigrante italiano. Diversas dicotomias estiveram presentes durante muito tempo em comparações com campo e cidade, entre arcaico e moderno e, em tempos recentes associadas à oposição entre escravidão e capitalismo. E é no interior dessas postulações que se encontra a ideia de transição dos modelos sociais.

Considera que os anos pós-64 indicam o início de mudança, caracterizada pela publicação de dois trabalhos de Francisco Weffort, inaugurando um novo campo de reflexões relacionadas à ação da classe operária. A década dos anos 70 marca uma inflexão tanto histórica quanto sociológica que permitiu avançar também no sentido de redimensionar a historiografia relacionada às primeiras décadas republicanas, bem como ampliar as possibilidades de investigação. A inflexão cooperou com a soma de estudos relacionados à classe operária brasileira em suas particularidades organizativas permitindo que os diversos temas relacionados à escravidão brasileira fossem tratados em trabalhos monográficos, servissem de teses de mestrado e doutorado, influenciassem o grande número de livros publicados a partir dos anos 80.

Apesar do alargamento temático e cronológico a historiografia insiste em pensar a história tendo como personagem central um ser branco de língua estrangeira e ignorar sistematicamente os negros de linguagens variadas cercadas de diversos dialetos. Pesquisas apoiadas em documentação referente a locais e períodos diversos têm confirmado que o escravo apesar da sua condição de cativo, não deixou de ser um sujeito histórico como outro qualquer em importância de atuação na convivência social. Cada vez mais, a visão da escravidão e da liberdade tem sido objeto de investigação,

questionamento e explicações históricas, explicações essas diferentes daquelas tradicionalmente aceitas.

De acordo com Alencastro (2010), em 1850 o Rio de Janeiro tinha 110.000 escravos entre seus 266.000 habitantes, período em que houve a maior concentração urbana de escravos da época moderna. Nesse quadro social, a questão da segurança pública e da criminalidade assumia uma característica direcionada à intimidação dos escravos em particular e aos pobres em geral. Junto com a privatização da justiça efetuada no campo pelos fazendeiros, estabeleceu-se uma política de segurança pública fundada nos princípios da liberdade individual e dos direitos humanos causando uma deformidade no estatuto da cidadania.

Seguindo Lara (1998), uma produção recente sobre escravidão e abolição revelando novas dimensões da experiência escrava pode ser encontrada no trabalho de Reid Andrews, que ao problematizar as teses de Florestan Fernandes, empreende uma análise dos primeiros dez anos da pós-abolição constatando a presença de trabalhadores negros em diversas ocupações no mercado de trabalho urbano e rural. Tendo como referência os relatos de viajantes e depoimentos coletados na grande imprensa, verifica-se que as exigências que os ex-escravos impunham aos fazendeiros eram maiores que aquelas negociadas pelos imigrantes. Nesse sentido havia uma situação de negociação como no caso de São Paulo.

Dessa maneira fica compreensível a preferência dos fazendeiros pela larga oferta de mão-de-obra vinda de imigrantes, pois, que os libertos tendiam a não aceitar empregos em plantações onde tinham sido escravos, fazendo opções que oportunizasse viver longe de seus patrões. Em sentido contrário os imigrantes pareciam menos exigentes: uma opção favorável aos fazendeiros paulistas, que ainda contavam com os subsídios governamentais. A ótica do olhar de Reid Andrews no interior dos termos postulados por Florestan Fernandes tornasse inovador, justamente por inverter o significado da luta entre ex-escravos e o imigrante, sobretudo, por enfatizar o quanto representou a experiência escrava nas reivindicações dos libertos no período pós-abolição. Assim, a situação marginal dos negros não mais aparece como resultado da escravidão, da incompetência ao mercado de trabalho capitalista ou do racismo, mas sim, em explicar os confrontos entre trabalhadores e seus patrões.

2 CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL E EM CORONEL FABRICIANO/MG

O *hip-hop* local pelo Grupo “Por Ti Jesus” faz parte dos vários grupos regionais que têm agido como interlocutores políticos sociais ao divulgarem, de maneira geral, a desatenção do poder público com as comunidades que vivem longe dos grandes centros urbanos, convivendo com diversas formas de precarização, discriminação e preconceito. O meio urbano de Coronel Fabriciano é caracterizado por centros comerciais, industriais e siderúrgicos (muitas vezes). Para esse coletivo, o meio ambiente serve basicamente para abrigar os centros de produção profissional, residência, escolas, com pouca atenção ao ambiente de entretenimento e lazer.

Quanto ao número de habitantes, segundo a agência da Região Metropolitana do Vale do Aço (RMVA), a população de Coronel Fabriciano em 2020 está estimada em 110.290 habitantes. Conforme essa agência “A cidade se consolidou como importante polo comercial e educacional do Leste de Minas”. A cidade de Coronel Fabriciano, às margens do Rio Piracicaba, faz parte da Região Metropolitana do Vale do Aço. Localizada a 13 km de Ipatinga, onde está situada a usina siderúrgica USIMINAS, 6 Km de Timóteo, onde existe outro importante polo industrial com a siderúrgica da Aperam. Coronel Fabriciano se limita com os municípios de Mesquita, Joanésia, Antônio Dias, Timóteo e Ipatinga. Está a 198 km de Belo Horizonte, pela BR 381.

Figura 1 – Mapa de Coronel Fabriciano



Fonte: MINAS GERAIS, c2023

Somar esforços para buscar conhecer o pensamento crítico do jovem, especialmente, o demandado de maneira geral da população periférica dos grandes centros urbanos, é fundamental quando se tem por meta conhecer os rumos da construção social e representação das comunidades periféricas, a partir da iniciativa dos jovens. Trata-se de uma investida que visa compreender o posicionamento político social das novas gerações. Os novos sujeitos políticos sociais moradores da periferia têm demonstrado engajamento social consciente e propositivo diante das demandas existentes e os desafios colocados. O perfil desse engajamento parece iniciar-se à tenra idade quando passam a perceber e a testemunhar as diferenças sociais instauradas pela discriminação, preconceito e modelos estruturantes que fortalecem a exclusão social nesses ambientes de convivência.

Argumentar junto a esses sujeitos com a possibilidade de identificar e conhecer com mais detalhes e, ao mesmo tempo, envolver com os jovens residentes fora dos grandes centros urbanos, em especial ao público envolvido com o Movimento *hip-hop* que ao longo de sua história cultural tem se manifestado como instrumento de formação social do público jovem da periferia, é fator relevante. Diante do perfil que essa Cultura agrega, formamos expectativa em encontrar na cidade de Coronel Fabriciano as características inerentes à cultura *hip-hop*.

A prática do *rap* em Coronel Fabriciano dá-se pela organização dos *rappers* que constroem suas apresentações temáticas em quadras esportivas, praças, e diferentes áreas públicas. Marcam de “*colar em tal lugar*” (como uso corrente da gíria para reunir) e, pelo celular e redes sociais, definem tudo. Quanto aos eventos oficiais do município, participam quando são convidados. A interlocução entre os *rappers* é uma constância. Para eles, discutir políticas sociais significa expressar ao mundo a desigualdade que existe estruturada pelo preconceito, discriminação racial e social, e outras violências que decorrem a partir do desinteresse do Estado às políticas que deveriam contemplar aquele espaço.

O manifesto de revolta, rebeldia e contraposição ao “sistema” vem pelo “recado” dos versos e rimas, pelo modo de vestir, falar, agir, pela dança e está presente também na linguagem do *grafite*, onde estão representadas as manifestações de indignação e questionamento político. Para fortalecer a diversidade de informação e questionamentos políticos, os grupos de *hip-hop* elaboram os *duelos* temáticos entre os *MCs*, os quais assumem formas de engajamento político em disputas traduzidas sob a

forma de rimas e poesias, inspiradas pelo calor e consciência do momento político social.

Segundo Moreno e Almeida (2009) existe um questionamento relacionado à motivação original que leva alguns jovens a se envolverem com a militância política. Essa questão é discutida por esses autores a partir dos resultados de uma pesquisa sobre um grupo de *rappers* envolvido com o movimento *hip-hop* na cidade de Campinas, estado de São Paulo (Moreno; Almeida, 2009). Para esses autores, a militância é uma consequência que está diretamente relacionada às condições objetivas e subjetivas que se formaram através da socialização, dos encontros e das interações desenvolvidas no interior do espaço social concretizado em instituições, modos de agir e de pensar que orientam pequenas decisões cotidianas, incluindo aquelas associadas à ação política. Nesse sentido, buscamos verificar se essa característica e suas consequências se efetivam no contexto social periférico do município de Coronel Fabriciano, através do engajamento social do Grupo de *hip-hop* “Por Ti Jesus”.

A política é um fenômeno social real que permeia o cenário da convivência entre sujeitos. A intervenção do indivíduo nesse contexto está relacionada às políticas públicas e sociais que dizem respeito aos direitos do cidadão, ao dever do Estado e a correlação de força dos eixos constituídos. Inserido nesse contexto tem-se o público jovem, e neste caso particular, os jovens pertencentes ao Movimento *hip-hop*. De acordo com Dayrell (2001) os jovens do *hip-hop*, além da participação nos grupos musicais, buscam apreender as relações colocadas nas experiências e a vivência às outras instâncias sociais que abrange a família, o trabalho, a escola ou outro convívio social que se estabeleça.

A obra de referência assevera que o mundo da cultura se apresenta como um espaço privilegiado à propulsão de práticas representativas que envolvem formas simbólicas nas quais os jovens buscam demarcar uma identidade juvenil. Nesse âmbito, a música é a atividade que mais os envolve e os mobiliza influenciando-os a agirem como protagonistas. Na periferia, uma das musicalidades que impera vem do estilo do *hip-hop*. A influência adquirida tem feito com que muitos deles deixem de ser simples fruidores da música, passando a serem também produtores. No entanto, existe uma enorme disparidade sociocultural instaurada que faz surgir os diferentes contextos nos quais vem construindo-se o sujeito jovem. “Essa diversidade se acentua no contexto de uma crise pela qual passa a sociedade brasileira” (Dayrell, 2001, p. 6).

Seguindo o autor, uma das expressões dessa crise são as profundas modificações pelas quais vem passando o mundo do trabalho. Essa crise é vivida de forma diferenciada pelos jovens, principalmente daqueles que dependem do trabalho assalariado para sobreviver. A situação econômica dessa parcela de jovens fica mais prejudicada diante do encolhimento do Estado frente às políticas públicas demandadas. A não construção de um caminho alternativo e ainda o pouco empenho dos governos em aplicar as políticas públicas de Estado, que contemplem a juventude, tem feito com que a precarização se torne mais severa a esse público. Com isso posto, surge outro fator agravante: a insuficiência de atenção do governo às políticas públicas numa forma mais abrangente tem feito com que os jovens pobres se vejam, muitas vezes, privados da escola, do emprego, da participação efetiva no mercado de consumo, limitados às formas de lazer e de estímulos futuros de esperança. Essa realidade fica visível se observarmos, por exemplo, as dificuldades que os jovens enfrentam para programarem seus projetos ligados à carreira musical.

A insuficiência do Estado nos espaços periféricos, de maneira geral, tem prejudicado a qualidade de vida desses indivíduos cerceando-os dos direitos constitucionais previstos na CF-88, fazendo com que o *Welfare State* nacional não cumpra seu papel de origem. Os jovens que fazem uso do estilo do Movimento *hip-hop* têm como básico em suas letras, críticas radicais ao sistema público de gestão. Nesse sentido são inúmeras as contribuições de contestações feitas pelo Grupo Racionais, um dos precursores a criticar a administração pública de governo através do *hip-hop*.

Existe uma vasta contribuição dos pesquisadores Oliveira, Segreto e Cabral (2013) que apresentam uma reflexão rica de detalhes sobre o grupo de *rap* Racionais MC's de origem paulistana. Uma delas está relacionada ao destaque interlocutivo entre os dois álbuns de estúdio do grupo: "Sobrevivendo no inferno", 1997, e "Nada como um dia após o outro", 2002. Nas duas obras musicais referendadas está presente um discurso coletivizado que intenciona claramente a identificação da periferia com suas nuances. Os discursos das duas obras apontam também à reflexão subjetiva que serve de cenário filosófico para destacar a problematização do discurso relacionado à experiência social na favela.

O município de Coronel Fabriciano/MG é o mais central da região e do colar metropolitano. Consta nos anais que até 1964, "Coronel Fabriciano compreendia também os territórios dos municípios de Ipatinga e Timóteo, cuja emancipação

aconteceu respectivamente em 28 e 29 de abril.” (Diário Oficial de Coronel Fabriciano, 2015, p. 5) Atualmente o município tem por característica econômica a prestação de serviços nas áreas do comércio, lazer, educação, cultura e turismo.

O gráfico a seguir ilustra a taxa de crescimento anual por área selecionada no período 2000-2010:

Gráfico 1 – Taxa de crescimento anual por área selecionada (2000 e 2010)



Fonte: Diário Oficial de Coronel Fabriciano, 2015

Pelo que foi registrado, a taxa de urbanização no período 2000 (98,77%) e 2010 (98,75%) ocorreu uma leve redução de 0,02 p.p. Somado a isso, a estrutura demográfica apresentou mudanças no município registrando no período um crescimento médio de 4,1% à população idosa. Além disso, conforme a referência utilizada, o segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo de -1,6% ao ano. Entre crianças e jovens perfizeram 28,0% do total da população em 2000, que significou 27.251 habitantes. Já em 2010, a participação desse grupo etário reduziu para 22,4% da população, totalizando 23.258 habitantes.

A população residente no município na faixa etária compreendida entre 15 a 59 ficou registrada com um crescimento médio anual de 1,00%, passando de 62.641 habitantes em 2000 para 69.188 em 2010. Pelos dados pesquisados esse grupo representou 66,7% da população municipal.

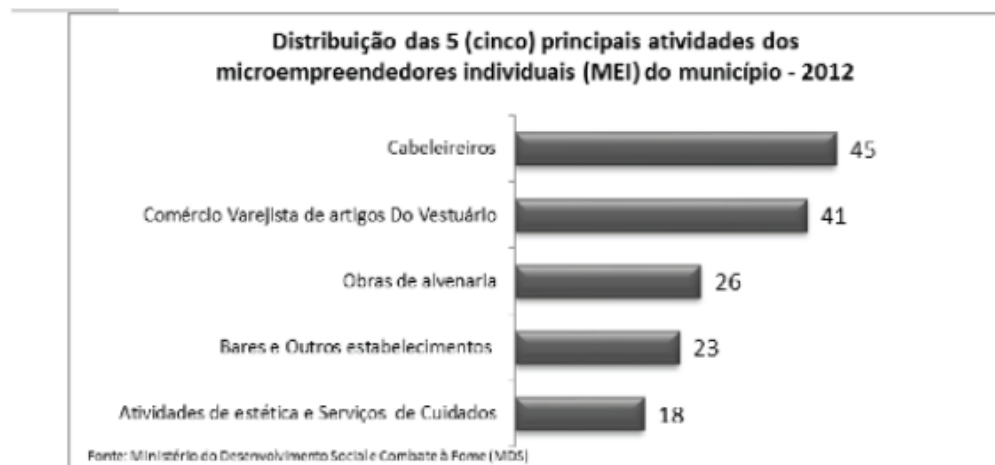
Em relação aos aspectos sociais, conforme o último Censo demográfico no município, ocorrido em agosto de 2010, a população total era de 103.694 residentes, dos quais 3.311 se encontrava em situação social de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Essa informação indica que 3,2% da

população municipal vivia em situação de extrema pobreza. A informação traduz ainda que do total dos que vivem nessa condição, 46 (1,4%) viviam no meio rural e 3.265 (98,6%) no meio social urbano.

A atuação do governo federal veio através de acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que, utilizando das informações do Cadastro Único, subsidiaram informações para auxiliar o Governo na tomada de decisão aos Programas Sociais. Através da coleta de informações que permitiram os registros de março de 2013 do Cadastro Único e ainda com a folha de pagamentos de abril de 2013 do programa Bolsa Família, o município apurou que existiam 13.681 famílias registradas nesse Cadastro e que 5.639 são beneficiárias do Programa Bolsa Família (41,22% do total de cadastrados).

O empenho do governo municipal no atendimento as demandas sociais colocadas exigiram da gestão e setores diretamente relacionados, a utilização sistemática dos informes da rede socioassistencial para o diagnóstico do perfil social do município. Dentre as cinco principais atividades dos microempreendedores individuais (MEI) no município de Coronel Fabriciano não temos, de maneira geral, registro econômico vindo do recorte cultural parecendo indicar insuficiência de apoio dos órgãos responsáveis a integração desse veículo social. O gráfico a seguir ilustra as preferências das atividades.

Gráfico 2 – Distribuição das cinco principais atividades dos microempreendedores individuais do município (2012)



Fonte: Diário Oficial de Coronel Fabriciano, 2015

Segundo o Diário Oficial de Coronel Fabriciano, nº 80, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Coronel Fabriciano em 2010 é de 0,755, fazendo com que o município de Coronel Fabriciano esteja entre os municípios com IDHM alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). Para alcançar essa dimensão o município teve colaboração do aspecto de Longevidade dos munícipes que registrou o índice de 0,865, seguida de Renda, com índice de 0,715, e de Educação, com índice registrado em 0,696. No período compreendido entre os anos 2000 e 2010, o IDHM passou de 0,648 em 2000 para 0,755 em 2010 que acrescentou uma taxa de crescimento que correspondeu a 16,15%. Coronel Fabriciano ocupa a 453ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Conforme a fonte utilizada o maior IDHM é 0,862, em São Caetano do Sul e o menor é 0,418 em Melgaço.

Segundo o IBGE, entre 2005 e 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 55,0%, passando do valor de R\$ 467,0 milhões para R\$ 724,1 milhões. O percentual de crescimento nesse período teve expressão elevada que se tornou a maior verificada pelo Estado que foi de 49,0%. Nesse sentido a participação do PIB do município na composição do PIB estadual, aumentou de 0,24% par 0,25% no período de 2005 a 2010. Maiores detalhes são ilustrados nos setores econômicos no PIB- 2010 a seguir.

Gráfico 3 – Participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto do município (2010)



Fonte: Diário Oficial de Coronel Fabriciano, 2015

Ligada à informação, temos que a estrutura econômica municipal demonstrou no período 2005 a 2010 a participação dos diversos serviços, dentre esses incorporado com

destaque, o industrial. O gráfico a seguir que menciona a taxa de crescimento do PIB nomina por setor econômico relacionado ao município e o estado no período 2005-2010.

Gráfico 4 – Taxa de crescimento do PIB nominal por setor econômico no Município e no Estado (2005 e 2010)



Fonte: Diário Oficial de Coronel Fabriciano, 2015

Pelo informe do Diário Oficial de Coronel Fabriciano, nº 80 a estrutura da administração direta do município de Coronel Fabriciano que está regulamentada pela Lei nº 3.976, de 04 de fevereiro de 2015 e que apresenta os cargos conforme art. 19 da referida Lei, são compreendidas as secretarias e a Procuradoria Geral composta que integra o coletivo técnico de gestão e a participação social da comunidade municipal.

Consta que no ano de 2015, a administração municipal contou com 2.174 funcionários, sendo 1.477 estatutários, acrescido de 173 comissionados e 481 sem vínculo permanente. Além desses, 14 pelo regime CLT e 29 estagiários. Com isso colocado, verifica-se uma diminuição considerável no número de funcionários, em especial, de profissionais contratados. Daí nessa composição não existe uma participação social de profissionais para além dos selecionados pelo concurso público. Dessa maneira, não há uma contribuição direta e efetiva daqueles que não são eleitos pelo concurso público.

Seguindo a fonte de referência, a proporção de receitas próprias, àqueles geradas a partir das atividades econômicas municipais tiveram um recuo de 23,95% em 2005 para 22,86% em 2011. E acrescenta o referencial que quando considerado todos os municípios do estado, à proporção diminuí de 24,48% para 23,71%.

Em relação ao Planejamento Municipal de Educação (PME), em especial ao relacionado a Meta 20 que trata do financiamento, propõe envolver outros instrumentos de planejamento como: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA), Plano de Ações Articuladas (PAR), dentre outros, que contribuam pela articulação direta vinculadas ao PME. Nesse sentido, Coronel Fabriciano está em consonância a todos os critérios técnicos e legais do modelo orçamentário brasileiro definido no Art. 165 da CF de 88 do Brasil, composto pelo regimento das três instruções ditadas que são: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Pelo que está dito na referência, o planejamento público eficiente da administração passa pelas receitas e despesas orçamentárias priorizadas pelo governo diante da realidade que vive a população, norteado pelo Plano Diretor com base na Lei Federal nº 10.257 de 10/07/2001 – Estatuto das Cidades que deverá ser seguido com profundidade pelo Poder Executivo de Coronel Fabriciano.

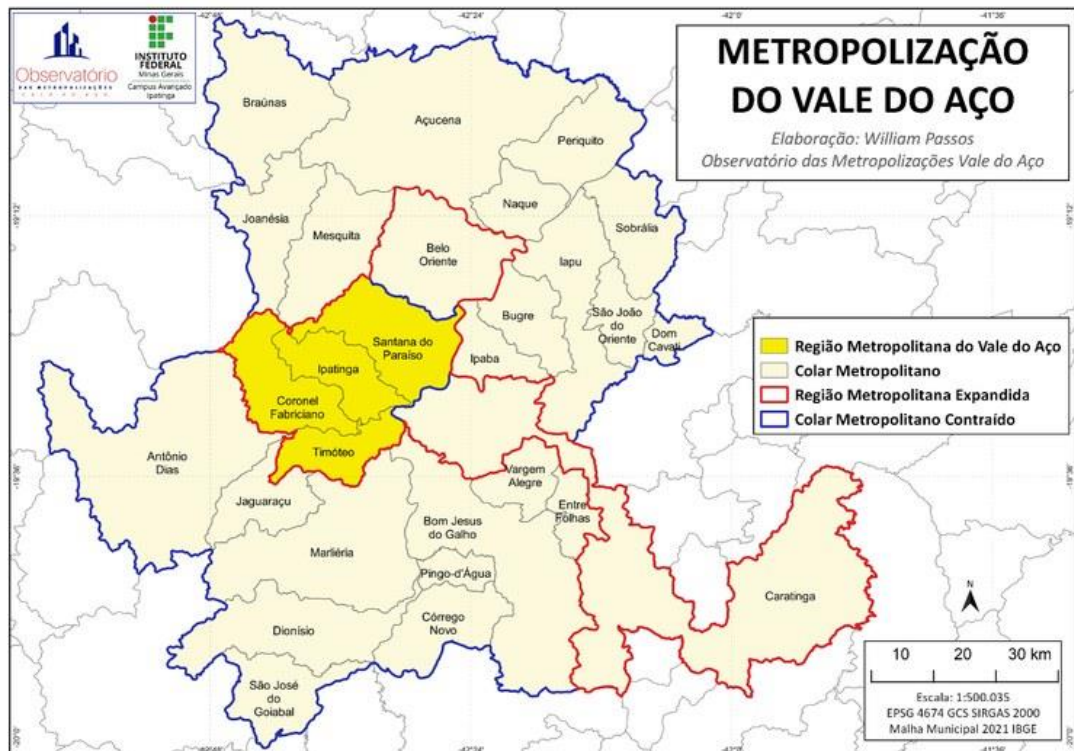
Dentre as perspectivas de expansão econômica, social e cultural do município de Coronel Fabriciano, os setores responsáveis empenham ações visando atender o compromisso firmado que tem haver “com a garantia dos direitos humanos e sociais, sobretudo dos trabalhadores, [...]” (*idem, ibidem*, p. 14). Conforme a referência, “Para incrementar as possibilidades turísticas do município a SEDETUR trabalha no sentido de empreender, incentivar, divulgar e valorizar as diversas atividades realizadas no município,” [...] (*idem, ibidem*, p. 15). Dentre essas, através da Economia solidária se tem o Grupo Art. Minas Fabri que foi criado, tendo por objetivo oferecer cursos de capacitação buscando fortalecer, incrementar e qualificar o grupo para ampliação de vendas.

Em relação à expansão da cultura no município pelo governo municipal, o que se tem de concreto nessa área são aplicações de políticas públicas democráticas que promovam o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural. Iniciativas que podem ser vistas, por exemplo, na criação do Centro de Arte e Educação, espaço público destinado às manifestações diversas, com espetáculos de música, dança, teatro, cinema, exposições de arte e cultura. Espaço que foi usufruído pelo Grupo “Por Ti Jesus”.

Em relação à expansão da cultura no município, existe uma construção mapeada pelo Plano Municipal de Cultura, buscando pela pesquisa identificar as fragilidades e

obstáculos que precisam ser superados. Para, além disso, a pesquisa objetiva mapear as vocações e potencialidades culturais do município, intentando sua conclusão no segundo semestre de 2015. No entanto, com o golpe contra a Presidenta Dilma em 2016 todo o processo em construção perdeu força política e priorização, não permitindo sua conclusão.

Figura 2 – Metropolização do Vale do Aço



Fonte: Cidade-Brasil, c2023

O lançamento do primeiro volume do documento “Austeridade e Retrocesso”, dedicado à análise da política fiscal e das finanças públicas no Brasil, ocorreu em 2016, com um estudo detalhado dos indicadores fiscais no Brasil e suas alternativas apresentam-se como propostas de reforma tributária. O documento explicitou as prováveis consequências da opção brasileira pela austeridade iniciada em 2015. Infelizmente, as análises do documento foram validadas pela realidade econômica. As previsões sobre a deterioração dos indicadores econômicos e sociais, mencionados por cerca de dois anos após a publicação daquele documento, estavam corretas (Dweck; Oliveira; Rossi, 2018).

A abordagem definida para esse segundo volume reforça a necessidade de alinhamento, interação entre a dimensão macroeconômica e a social porque os objetivos da política econômica deveriam primar pela garantia das dimensões produtivas,

alocativas e distributivas da sociedade, a fim de contribuir com a qualidade de vida das pessoas. O documento em questão permanece atuante através da criação de um fórum permanente de discussão: “Observatório da Austeridade Econômica no Brasil”.

De acordo com o documento de 2018, as políticas de austeridade trazem consigo o arrocho fiscal que tem influenciado o desmonte de políticas públicas, incentivando o governo a ceder às agendas decisórias estatais à iniciativa privada. Os argumentos econômicos carregados de informação técnica vêm tentando negar a redemocratização brasileira, consolidada na Constituição de 1988. E para isso apresentam índices relacionados ao PIB, impasses no orçamento e a proposição de caminhos alternativos influenciados por cientistas e intelectuais conservadores cujo objetivo, além do técnico, é servir ao mercado financeiro.

O desenvolvimento das políticas sociais brasileiras está submetido a austeridade econômica, fundamentado em argumentos frágeis e estudos controversos. E ainda, numa estrutura cuja base é convencional e não amparada por evidência teórica, mas que sustentam e regem as diversas políticas. E é nesse cenário normativo que ocorre o debate público nacional organizado pelo discurso das supostas virtudes da austeridade. A austeridade em um país tão desigual como o Brasil tem atuado de forma seletiva e sexista, comprometendo ainda mais o papel redistributivo da política fiscal, ao exigir reformas profundas e cortes drásticos nas despesas públicas. Em harmonia com o que foi idealizado pela estrutura dos gastos propostos pela Constituição de 1988, o Brasil é o país que mais reduz a desigualdade na América Latina ao utilizar as transferências de renda e outros gastos sociais, compensando uma carga perversa, injusta e desleal que contribui para ampliar a desigualdade.

O gasto público é uma ferramenta de pertencimento do Estado Nacional que existe para garantir os direitos humanos básicos. Portanto, o recurso proporcionado pela política fiscal deve zelar pela melhoria gradual das condições básicas de vida da população. “Essa relação entre orçamento público e a agenda de direitos humanos é cada vez mais presente no plano internacional” (Austeridade e retrocesso: impactos sociais da política fiscal no Brasil, 2018, p. 12).

Ao tornar-se signatário do Pacto Internacional Dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc), o Brasil passou a assumir padrões de direitos humanos firmados pelo Pidesc, que prevê obrigatoriedade de satisfazer parâmetros essenciais para uma vida com dignidade. Nesse sentido, pelo acordo firmado os Estados signatários não

podem adotar medidas retrógradas aos direitos. Aliás, ao contrário, devem aplicar o máximo de recursos disponíveis em políticas públicas buscando garantir a universalização dos direitos. E para que isso ocorra os recursos das políticas fiscais precisam atender ao seu propósito de ofício.

Foi através do discurso econômico que se concretizou a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 (teto de gastos), que tem em sua elaboração, além do ajuste fiscal, a desconstrução do pacto social de 1988, cuja maior virtude está na defesa da cidadania social. Precisamos como nação estancar o início de retrocesso do Estado brasileiro diante do aumento da mortalidade infantil, bem como combater a austeridade racial e outras relacionadas aos Direitos Humanos Internacionais.

Para maior contribuição, a sociedade de modo geral precisa intensificar e ao mesmo tempo assumir uma postura protagonista, construindo cada vez mais pautas organizativas pelos sindicatos, associações, ONGs, Movimentos sociais desenvolvendo uma conscientização política, crítica a nível individual e coletivo, exigindo dos órgãos oficiais, agentes públicos, às esferas de poder e Parlamento o cumprimento da Constituição de 1988. Todo empenho possível visa reduzir os impactos da austeridade que tem dificultado a qualidade de vida nacional. A sociedade de modo geral precisa agregar elementos colaborativos de luta buscando à reversão dos cortes de gastos sociais em diversas áreas importantes, por exemplo, no sistema de saúde e da educação.

Tanto no Brasil como em grande parte do mundo, o sistema social é cercado por austeridades que levam a profundas desigualdades. Nesse contexto, a política fiscal é instrumento de Governo que tem por objetivo amenizar as desigualdades de mercado, os efeitos concentradores do sistema produtivo. Os recursos necessários para atendimento dos gastos sociais têm sido adquiridos através da Previdência Social, que produz impactos na ativação da economia local, em particular nas regiões mais pobres do país, reduzindo as desigualdades regionais ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento municipal de redistribuição, pois atuam como mecanismo de renda dos municípios mais ricos aos mais pobres.

No entanto, a arrecadação poderia ser mais efetiva se houvesse uma proposta de revisão da Previdência e de outros benefícios que potencializassem o seu impacto distributivo e ao mesmo tempo os tornassem mais eficientes, em termos de alocação de recursos. De acordo com a pesquisa, os desafios de gastos sociais atuais buscam

fortalecimento através da “Missão Especial de suas Relatorias de Direitos Humanos sobre o Impacto da Política Econômica de Austeridade no país” (*idem, ibidem*, p. 57).

Essa Missão foi elaborada pela Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Plataforma DHESCA) e intenta, desde 2015, investigar os efeitos da política econômica de austeridade, por meio de temas específicos de Campanha nos territórios e que resultaram em um conjunto de recomendações ao Estado Brasileiro de combate e superação às violações de direitos humanos, com destaque “em março de 2018, no Fórum Social Mundial, da Campanha Direitos Valem Mais, não aos Cortes Sociais” (*idem, ibidem*, p. 58). Campanha que significa um esforço coletivo intersetorial promovido por organizações, fóruns, conselhos de direitos, sindicatos, movimentos sociais, redes de sociedade civil unidos em uma causa comum: Revogação da Emenda Constitucional 95/2016.

A existência de uma onda conservadora, associada à retirada de direitos sociais, em particular do indivíduo que vive longe dos grandes centros urbanos, é uma realidade incontestável e perceptível àqueles que mais dependem do serviço público, quer seja para assegurar demandas relacionadas à saúde, educação, trabalho e renda, quer sejam as relacionadas aos direitos básicos de cidadania. Nos quesitos ligados diretamente à economia, como trabalho e renda, precisa haver uma gestão pública dinâmica que priorize essa construção social buscando mecanismos que possam agregar um maior número de indivíduos e suas profissões.

No aspecto da rentabilidade, selecionamos a cultura, a arte, como exemplos, dentre outros de igual importância, que necessitam da atenção redobrada tanto da iniciativa privada quanto a pública, a fim de serem esses indivíduos reconhecidos como profissionais inseridos/as na cadeia produtiva. A cultura circense, teatro amador, os trabalhadores de aplicativo de mobilidade são algumas profissões que servem como modelo do descaso dos setores responsáveis pela regulamentação específica e cidadã desses profissionais.

Conforme Dayrell (2001) o mundo da cultura apresenta-se como um espaço privilegiado de práticas, representações, símbolos e rituais no qual os jovens buscam demarcar uma identidade juvenil, que para muitos se torna desconhecida. Longe dos olhares dos pais, professores ou patrões, círculos sociais que buscam formalizar princípios de valores, os jovens assumem um papel de protagonistas, atuando de alguma forma sobre o seu meio, construindo um determinado olhar sobre si mesmo e sobre o

mundo que os cerca e que não poucas vezes são diferentes do que está colocado no círculo social.

Diante da demanda social que vem sendo construída pelos jovens através dos questionamentos, é preciso “analisar as suas experiências culturais, compreender a forma como constroem esses estilos na cidade e os sentidos que tais práticas culturais adquirem no conjunto dos processos sociais que os constituem como sujeitos sociais” (Dayrell, 2001, p. 1, 2). A juventude exprime reações diferentes frente a problemas semelhantes, observáveis nos diferenciados estilos de vida manifestados. O estilo defendido pelos *rappers* busca por espaço público de participação e reconhecimento social.

A mobilização social a partir de uma posição de classe e, no nosso caso, através do Movimento *hip-hop* através do Grupo “Por Ti Jesus” em Coronel Fabriciano, constitui um fator indicativo da posição política do indivíduo que é vista pela nossa pesquisa como essencial, devido a problematização desafiadora das hipóteses que se constroem acerca dos modos de engajamento e tomadas de posição política.

Em linhas gerais, como nos adverte Dayrell (2001), no Brasil, jovens da periferia de nossas cidades reclamam por espaços de inserção na esfera da vida pública da cidade e do Estado. O desconhecimento do posicionamento político desse público, de maneira geral, tem nos revelado que existe uma face social obscura para grande parte da sociedade, que desconhece de perto os cidadãos participantes do Movimento *hip-hop* local, constituído de indivíduos que se apresentam como um novo sujeito que busca por espaço político na esfera pública do cotidiano da periferia. Como questionadores das poucas políticas sociais desenvolvidas a partir da realidade local das comunidades, estes atores sociais buscam adentrar os espaços públicos e privados. A apropriação do espaço vem através de suas expressões artísticas que denunciam a baixa atuação do poder público às necessidades básicas de cidadania aos moradores da periferia.

O Movimento *hip-hop* tem tido outros parceiros culturais mediados pela dança e pelo grafite, os quais dão volume através da arte visual ao tipo de denúncia que se pretende fazer ao Estado. Através da construção de pautas coletivas, o Movimento *hip-hop* local consegue organizar manifestações que denunciam a insuficiência de estruturas sociais. Daí sua característica de “movimentos sociais”.

A baixa perspectiva social dos jovens periféricos quanto ao futuro tem relação, também, com a pouca atenção dos órgãos públicos. A desatenção com as pautas dos

jovens moradores das favelas tem feito com que esse público se sinta desamparado socialmente, invisibilizados em seus valores e ignorados como cidadãos. É comum nesse espaço social a falta ou a baixa infraestrutura relacionada ao saneamento básico, áreas de lazer, acesso ao transporte coletivo dentre outros. Com isso se efetiva na sociedade diferentes formas de tratamento social em que os grandes centros recebem atenção redobrada, enquanto os ambientes sociais periféricos não recebem o mesmo empenho por parte dos governantes quer seja em âmbito municipal, estadual ou federal. O tratamento social desigual por parte do poder público tem feito com que os indivíduos marginalizados socialmente busquem efetivar sua participação política através de outros interlocutores que dialoguem com suas demandas. A identificação pelo caminho do Movimento do *hip-hop* constituiu uma alternativa real.

No sentido de entender o quadro social local desigual que se estabeleceu às investidas contrárias dos excluídos, é que priorizei como elemento central da pesquisa o Movimento do *hip-hop* local através do Grupo “Por Ti Jesus”, intencionando entender como esse grupo de *rap* enxergou um caminho concreto e alternativo para superação dos problemas identificados nesta conjuntura, a saber: a existência de uma onda conservadora e corrupção, associados à retirada de direitos sociais, em particular do indivíduo que vive longe dos grandes centros urbanos, buscando conhecer o posicionamento político do Grupo “Por Ti Jesus”.

Outro ponto em que essa pesquisa toca, de forma indireta, diz respeito à perspectiva social dos jovens periféricos quanto ao futuro – e isso em um ponto de vista de curto, médio e longo prazo – com a pouca atenção dos órgãos públicos. À distância social estruturada potencializa a invisibilidade do indivíduo, fazendo com que seus sonhos e objetivos sejam reduzidos.

O debate proposto por Tavares (2010) de que a “mobilização social a partir de uma posição de classe constitui um fator indicativo de sua posição geracional” (Tavares, 2010) é visto pela nossa pesquisa como fator essencial à compreensão do posicionamento político da periferia local que busco realizar por meio do Grupo “Por Ti Jesus”. Para além desse aspecto, a percepção de Tavares “Para identificar, interpretar e avaliar aqueles traços que funcionam como estilos de vida, considera-se que os mesmos foram submetidos a diferentes processos de socialização. Isso ocorre de acordo com diversos condicionantes, como classe, gênero e raça/etnia, entre outros” (Tavares, 2010). Fatores que se tornam relevantes, prioritários e necessários à pesquisa em curso.

E ainda conforme Tavares, "Historicamente, o *hip-hop* se refere ao movimento cultural produzido por jovens negros e latinos, surgido em espaços segregados de grandes metrópoles dos Estados Unidos e da Inglaterra no final dos anos 1960" (Tavares, 2010). Em tempos atuais, carregam a mesma influência questionadora dos condicionantes estruturais vigentes motivados pelas diversas formas de preconceito social aos territórios periféricos, à classe, ao gênero e à raça/etnia. Tavares, além de contribuir com o aprofundamento histórico da origem da cultura do *hip-hop*, propõe que ele é um mecanismo produtor de orientações coletivas para uma determinada visão de mundo. Segundo Tavares (2010), de maneira geral foi realizado, proporcionalmente, um acúmulo maior de obras nos grandes centros urbanos e quase nada foi feito nos eixos sociais envolvendo a favela, contrariando a tese de que o *déficit* público atingia a sociedade como um todo e de maneira igual.

Para Siqueira e Marzulo (2020), no intuito de implementar a política urbana presente na Constituição Federal de 1988, governos e sociedade trataram de construir um conjunto de espaços e ações em todos os níveis do Estado. Simultaneamente, os movimentos sociais encontravam espaço para propor e debater a política urbana, setores ligados ao mercado imobiliário e construção civil também participavam do mesmo fórum. Caracterizando um período de constantes disputas e embates entre os distintos atores interessados na pauta da política urbana com diferentes olhares de conjunto.

Faz-se necessário que o Estado construa mecanismos que assegure a cidadania plena do indivíduo. A Constituição de 1988, conhecida como constituição cidadã, busca assegurar esse resgate. A pesquisa de Castro (2012) aprofunda a questão da responsabilidade do Estado quando diz que a ação do Estado em toda sua diversidade e complexidade tem influência e consequências que interagem com a sociedade. Nesse sentido, a ação do Estado e seu desenvolvimento passam a determinar os rumos sociais através das políticas públicas relacionadas às estruturas econômicas, distribuição de renda, produção e provisão de bens e serviços, além de regular alguns setores do mercado e empregar expressiva parcela da força de trabalho do país. Dessa forma, a estabilidade social está baseada na eficiência dos aparelhos reguladores constituídos, ou seja, faz-se necessário um Estado forte, soberano, que agrega políticas públicas justas e igualitárias. Buscando com as iniciativas de Governo a efetivação da seguridade social nos moldes do *Welfare State*.

Considerando a reflexão de Di Giovanni (2009), ao trabalhar os aspectos relacionados às políticas públicas, o autor dispõe no interior de sua análise uma sólida base de informações históricas, técnicas e científicas que asseguram apoio às intervenções governamentais favorecendo os processos de democratização das sociedades contemporâneas, pois para esse autor as políticas públicas têm tido notoriedade progressiva dentro do contexto histórico brasileiro.

Dagnino (2002) considera que a sociedade civil brasileira, que tem como marco social a experiência do regime militar em 1964, experimenta a partir de 70 um ressurgimento organizativo democrático de resistência ao autoritarismo do Estado. A luta unificada contra o autoritarismo estatal se organiza de forma conjunta com os diversos setores sociais e através dos seus pares representativos expressados nos sindicatos de trabalhadores, associações de profissionais, partidos políticos de oposição e outros. A intermediação democrática da sociedade civil organizada contribuiu à compreensão dos diferentes projetos sociais defendidos no interior da sociedade bem como do seu fortalecimento através dos mecanismos democráticos no interior das organizações políticas. A consciência cidadã que a sociedade organizada tem acumulado, vem ajudando na construção de sujeitos cada vez mais críticos e participativos, aguçando maior radicalização e apropriação dos elementos democráticos de deveres, mas também os relacionados aos direitos de cidadania.

Para Dagnino, a redefinição da noção de cidadania, empreendida pelos movimentos sociais e também pelos setores sociais na década de 80, aponta à consciência cidadã que se instaure nos níveis da sociedade de maneira mais igualitária, buscando efetivar parâmetros básicos da convivência em sociedade. Parâmetros esses que trazem no seu interior a promoção da qualidade de vida aos cidadãos e cidadãs.

Conforme a obra de referência, o retorno dos mecanismos democráticos contribuiu para o fortalecimento da visão de luta com a participação da sociedade brasileira, tendo de um lado a sociedade civil e de outro o Estado. Os agentes sociais, através da organização e de seus representantes, têm ampliado a discussão de diversas pautas demandadas. As expectativas projetadas representam o acúmulo radicalizado da noção de democracia pela sociedade civil, ao exigir que o Estado cumpra seu papel original, ou seja, que a ação do Estado esteja cada vez mais direcionada ao interesse da sociedade. A construção, em curso é complexa e ao mesmo tempo dinâmica. O processo multifacetado é resultado da disputa entre distintos projetos políticos que, ao transitar no

interior da sociedade e nos diversos níveis do aparato estatal confrontam distintas concepções à sua efetivação.

Segundo Dagnino, a correlação de forças entre os vários projetos permitiu avanços significativos ao final da década de 80. Os efeitos dos ajustes vistos no início da década de 90 foram percebidos na estrutura das políticas neoliberais, que deixou evidenciado desde a sua origem procedimento carregado de restrições ao ritmo democrático. Os efeitos danosos foram percebidos nos anos seguintes pelo agravamento das desigualdades sociais e econômicas, bem como pelas crises cíclicas com períodos cada vez menores e de maior intensidade agravando o caos social, principalmente aos relacionados a setores populares e classe média.

Para Dagnino (2002), a realização do projeto de pesquisa *Civil Society and Governance*, que foi proposto pela Fundação Ford em 22 países, adotou em caso particular em nosso país como um eixo articulador central para discutir a problemática dos espaços públicos nacionais. De acordo com a obra de referência, os espaços públicos configuram campos privilegiados de análise do eixo condutor geral, pois são nesses espaços que acontecem as relações entre sociedade civil e o governo bem como suas consequências para o campo democrático.

Segundo a pesquisa, é no espaço público que temos a arena social que permite conhecer com melhor percepção as intenções do Governo, suas políticas públicas e publicações, bem como a efetiva participação de setores da sociedade civil desprovidos de outras formas de acesso a espaços de decisão e poder. Nessa composição participativa a sociedade civil organizada passa a ter assento às estâncias de poder como: Fórum Nacional da Reforma Urbana, Conferência Nacional de Saúde, bem como integrar outras agendas que venham a se tornar públicas e façam parte da gestão do Estado.

Nessa composição social entre sociedade e Estado existe uma relação de interesses entre interlocutores defensores de interesses diversos, que se estabelecem nos espaços regulados democraticamente para administração de conflitos, servindo ainda para a construção de consensos e critérios de escolhas públicas na sociedade brasileira.

Para Dagnino (2002), a arena social constituída proporciona um campo que elege a diversidade temática permitindo que os interlocutores sociais acessem os diversos graus de sucesso, dificuldades, limites e complexidades demandadas, vista por olhares sociais diversos. Segundo a autora, a investigação pelo olhar diversificado nos

eixos da sociedade permitiria a possibilidade de avançar no entendimento das características atuais desses atores e de sua atuação, ou seja, a sociedade cada vez mais se apresentando como protagonista e não mais como coadjuvante social.

2.1 SISTEMA DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS 2007–2018 (IBGE)

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) está sempre atualizando o Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC). Já em sua quarta edição, reforça seu empenho consolida estatísticas de diversas pesquisas da Instituição. Desse modo busca desenvolver uma base consistente e contínua de informações e indicadores relacionados ao público do setor cultural visando dar fomento aos estudos acadêmicos, pesquisas e publicações, fornecendo aos órgãos governamentais e privados subsídios informativos que permitam direcionar o planejamento e tomada de decisão em estudos setoriais mais aprofundados.

Através do setor de Estatísticas do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), tem-se um recorte regional das organizações ligadas a atividades culturais bem como atividades de cunho jurídico. Por meio das Estatísticas Econômicas e Financeiras das Administrações Públicas (APU) tem-se conhecimento das despesas com cultura nos três níveis de governo, dados sobre os incentivos fiscais nesse setor e demais informações relevantes e aprofundadas. A Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD) são também setores de importância, pois através delas temos informações que permitem avaliar o acesso potencial da população a equipamentos culturais e meios de comunicação. Para além dessa contribuição, auxilia na exploração à ocupação em atividades culturais, com o módulo sobre Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC da PNAD Contínua). Dessa maneira “O Marco Referencial propõe uma classificação das atividades culturais em setores, a que chama de domínios culturais, [...]” (IBGE, 2019, p. 10)

O Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (SALIC), criado em 1991 pela Lei nº 8.313, de 23-12-1991, Lei Rouanet que rege o mecanismo do incentivo à cultura é um dos pilares do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC). É através dele que empresas e pessoas físicas podem patrocinar espetáculos, exposições, shows, livros, museus, dentre outras e abater o valor total ou parcial do apoio do

Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ). Seguindo a obra em questão, o SALIC, implementado em 1994, tem por objetivo fundamental auxiliar na gestão dos projetos apoiados pela Lei Federal de Incentivo à Cultura, disponibilizando informações dos projetos aprovados na internet por meio do SalicNet, cuja informação de dados segue em divulgação anual.

De acordo com o IBGE, o Índice de Preços da Cultura (IPCult) faz parte de um esforço de construção de uma base consistente e integrada de subsídios informativos relacionados ao setor cultural e tem o propósito de fornecer uma *proxy* para a mensuração do custo de vida no contexto social, envolvendo o consumo de bens e serviços culturais, ao longo do tempo, utilizados para fins culturais. O alicerce de pesquisa do IBGE desde 1999 apresenta dados minuciosos de pesquisa através da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC que disponibiliza informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais. A MUNIC é uma pesquisa censitária que abrange a totalidade dos municípios, ou seja, os 5570 municípios do País.

Pelo recorte sexo e escolaridade, as tabelas do IBGE (2019) nos fornecem informações sobre pessoal ocupado assalariado, salários e outras remunerações e salário médio mensal tendo por referência o quesito sexo e o nível de escolaridade. Daí se observou que em 2017 55,3% do pessoal ocupado assalariado na cultura era formado por homens e 44,7% por mulheres, similar ao total do CEMPRE. Em termos salariais, em 2017, no setor cultural, os homens receberam um salário médio superior ao das mulheres: naquele período os homens receberam R\$ 4 127, enquanto as mulheres auferiram R\$ 2 798, ou dito de outra maneira, 67,8% do salário dos homens.

Pela análise da escolaridade, verificou-se que, em 2017, 32,8% do pessoal ocupado assalariado da cultura tinha nível superior. Com isso, o pessoal ocupado assalariado com nível superior recebeu, nas atividades culturais, em média, R\$ 6 681 enquanto os demais assalariados receberam R\$ 1 994. Nessa configuração relacionada a escolaridade, os salários pagos ao pessoal com nível superior foi cerca de 3,4 vezes o dos demais profissionais.

Com relação aos salários e outras remunerações pagos pelas atividades culturais em 2017, o IBGE nos informa que

a maior concentração foi verificada na faixa de 500 ou mais pessoas para as Regiões Sudeste (32,9%) e Centro-Oeste (25,8%). A Região Norte concentrou 33,8% dos salários pagos na faixa de 100 a 499 pessoas. As

regiões Nordeste e Sul tiveram as maiores concentrações das massas salariais nas faixas de 20 a 99 pessoas, com 30,3% e 26,6%, respectivamente (IBGE, 2019, p. 61).

A fonte em questão acrescenta que “a concentração das pessoas ocupadas assalariadas nas atividades de cultura no Sul (17,7%) e Sudeste (58,5%) do País. Em 2017, São Paulo contava com 38,3%, seguido pelo Rio de Janeiro, 10,6%, e Minas Gerais, 8,3%.” (*idem, ibidem*, p. 61) Nesse contexto São Paulo demonstrou um maior contingente, com cerca de 554,7 mil pessoas, seguido de Rio de Janeiro, 153,0 mil, e de Minas Gerais, 119,6 mil pessoas. Pelo recorte salarial médio mensal das atividades culturais, em 2017, os maiores valores foram pagos pelo Distrito Federal (R\$ 4 613), São Paulo (R\$ 4 414) e Rio de Janeiro (R\$ 4 409). Pela pesquisa no período (2017) os menores salários foram observados no Maranhão (R\$ 1 580), Piauí (R\$ 1 602) e Sergipe (R\$ 1 625).

Conforme o IBGE, a Unidade da Federação que teve maior crescimento com pessoal ocupado nas atividades culturais foi Alagoas (65,9%) com ganho na participação de 0,2 p.p. A Região Sul obteve maior ganho estrutural dentro do mercado de trabalho formal das atividades do setor cultural entre 2007 e 2017 com o registro de crescimento percentual de 0,8 p.p. No Sudeste, houve uma redução percentual de 1,5 p.p. com uma queda mais vertiginosa, de 0,8 p.p., no Rio de Janeiro.

O estudo do IBGE concluiu que ocorreu no período de 2007 e 2017 as Unidades da Federação com maior ganho de participação das pessoas ocupadas assalariadas no total do Brasil foram Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Goiás, todos com 0,4 p.p. a mais nessa participação. O detalhe das atividades que compõem os serviços culturais demonstrou que entre 2007 e 2017 ocorreu uma ampliação no “*Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador* e das atividades relacionadas a *Telecomunicações* no pessoal ocupado” (*idem, ibidem*, p. 70) em especial durante o triênio 2015-2016-2017.

Pelos dados do IBGE (2019) entre as empresas industriais culturais, “aquelas da *Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação* possuíram em média o maior número de ocupados por empresa em 2017, [...] (*idem, ibidem*, p. 72). A *Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação* registrada pela fonte parece ter contribuído em muito, pois possibilitou que pessoas de salários menos ou próximos do mínimo pudessem acessar os veículos de comunicação existentes às redes sociais diversas, possibilitando navegação sem

fronteiras geográficas. No caso particular do *hip-hop*, que agrega em sua grande maioria uma população periférica, possibilitou maior acesso desse público às plataformas virtuais, independentemente da classe social. O processo de integração social pelas mídias poderá atender em melhor grau quando forem disponibilizadas às plataformas de banda larga com isenção de custo. Para que isso aconteça precisa haver por parte do Estado uma priorização dos recursos fiscais com maior atenção as demandas públicas relacionadas às mídias sociais, buscando sua popularização de uso entre os indivíduos.

A disponibilidade dos recursos tecnológicos cada vez mais ao alcance do público não técnico, ou seja, ao público não especializado tem feito com que passemos a testemunhar o surgimento do segmento de atores, produtores independentes que se apresentam como protagonistas, tendo por eixo central a proposta de desenvolvimento e produção de atividades culturais diferentes da produção tradicional instituída. Entre esse novo segmento de produtores independentes estão inseridos os *rappers*. A popularização dos recursos tecnológicos pode ter sido influenciada pela mudança de classificação econômica da atividade principal de algumas empresas industriais culturais, o que refletiu em alguns casos na promoção da comunicação e expansão das atividades ligação a cultura. Para além desses benefícios vem contribuindo com o maior uso de diversos equipamentos como, por exemplo, do celular, notebook, tablet, computador, redes midiáticas e sociais.

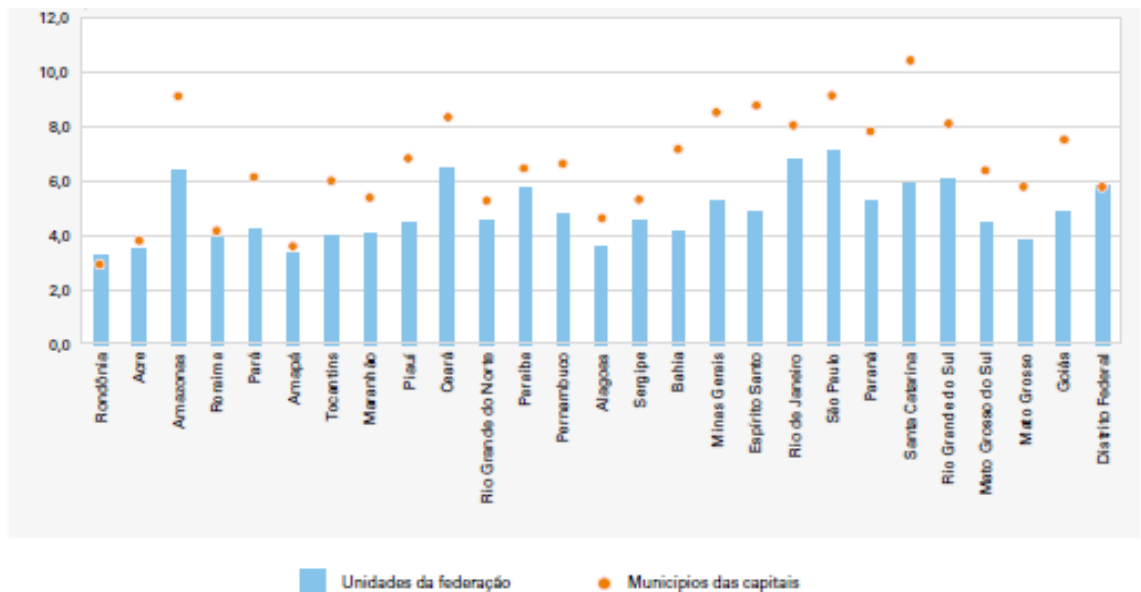
Através da referência bibliográfica do IBGE é possível detalhar as diferenças regionais nos gastos relacionados à Cultura. São Paulo com 38% e Distrito Federal com 115% lideram os gastos em Cultura dentro das Grandes Regiões e Unidades da Federação. No interior da dinâmica envolvendo a despesa geral da Cultura nas Grandes Regiões, tem destaque o Serviço de telefonia, TV por assinatura e internet. Segundo O Instituto, as famílias residentes no Distrito Federal gastaram R\$ 346,15 reais, enquanto as de São Paulo gastaram R\$ 225,84 quando se registraram valores bem superiores ao gasto médio no Brasil, que constava R\$ 169,32.

A atividade de cultura, lazer e festas na Região Sudeste cuja referência é de 52,56, registrou em Minas Gerais o valor de 43,33. Em relação a outro ponto importante para a pesquisa em curso está relacionada aos profissionais ligados à cultura, cujo valor na Região foi de 6,32 e em Minas Gerais ficou registrado o valor de 3,22. A atividade de cultura, lazer e festas na Região Sudeste traz o índice de referência de 206,13 que em Minas Gerais correspondeu a 165,33.

O IBGE entende como setor cultural aquele que consiste na combinação de pessoas que trabalham em atividades econômicas culturais do tipo: biblioteca, museus, telecomunicações, entre outros. Nesse contexto existem pessoas ocupadas no setor cultural, no entanto, a ocupação está fora do âmbito da cultura, por exemplo, um eletricista do museu.

Seguindo o IBGE (2019), a proporcionalidade de pessoas que ocuparam no setor cultural, com idade a partir de 14 anos ou mais nas Unidades da Federação e Municípios das Capitais em 2018, permite conhecer as estimativas para os Municípios das Capitais. Através do acesso aos dados, verifica-se que em quase todos os estados, a ocupação cultural era maior nas capitais em 2018, com destaque para Florianópolis (10,4%), Manaus (9,1%) e São Paulo (9,1%). Maiores informações em relação às outras capitais são apresentadas no gráfico (Gráfico 5) a seguir.

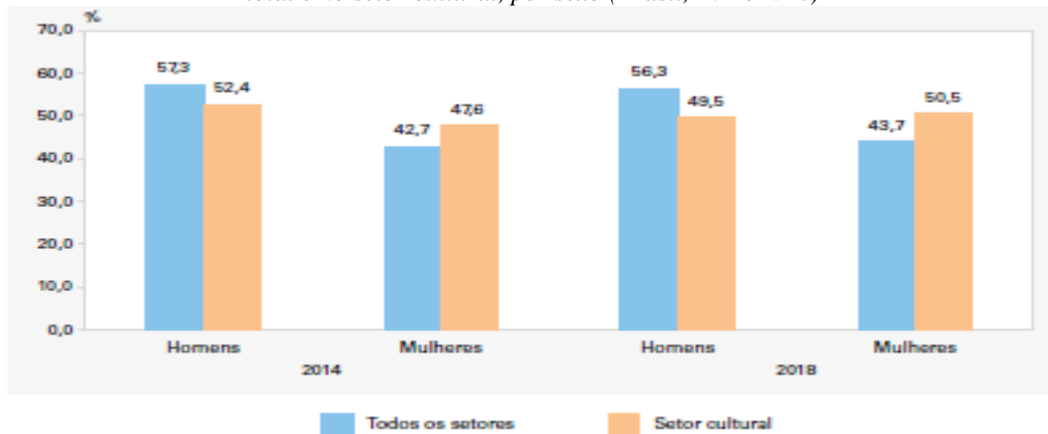
Gráfico 5 – Proporção das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, no setor cultural – Unidade da Federação e Municípios das Capitais (2018)



Fonte: IBGE, 2019

De acordo com o IBGE, em relação ao formato comparativo entre gêneros, em 2014 havia maior participação do sexo masculino no conjunto de pessoas no setor cultural correspondendo 2,7 milhões de homens (52,4%) e 2,5 milhões de mulheres (47,6%). No período entre 2014 a 2018, a participação feminina cresceu 2,9 p.p, registrando 50,5%, superando a participação masculina desde 2017. O Gráfico 6 ilustra o período em questão.

Gráfico 6 – Proporção das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, total e no setor cultural, por sexo (Brasil, 2014/2018)



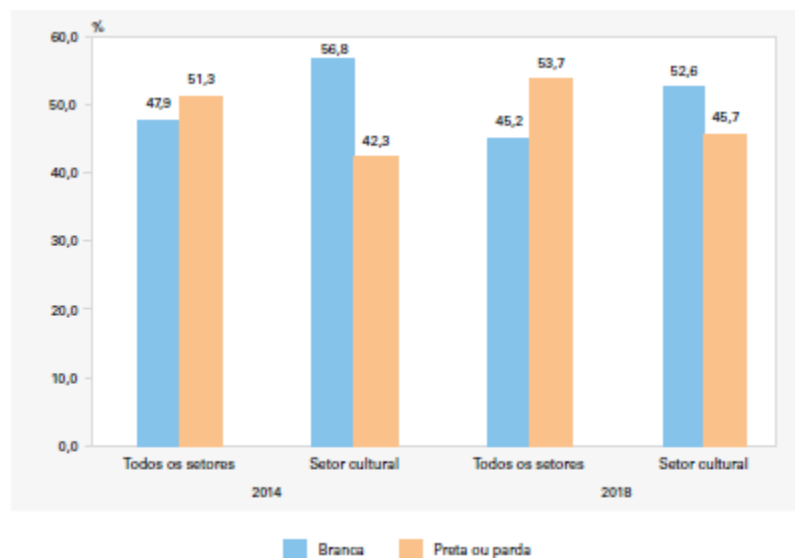
Fonte: IBGE, 2019

Seguindo os dados do IBGE (2019, p. 129) temos que

Durante o período de 2014 a 2018, os trabalhadores de cor ou raça preta ou parda aumentaram a participação frente aos trabalhadores brancos, na população ocupada total, [...] alcançando o percentual de 53,7% em 2018, enquanto os trabalhadores brancos eram 45,2% da população ocupada no mesmo ano

O gráfico abaixo ilustra os detalhes de pessoas de 14 anos ou mais de idade por cor/raça Brasil no período 2014/2018.

Gráfico 7 – Distribuição de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, total e no setor cultural, por cor ou raça (Brasil, 2014/2018)



Fonte: IBGE, 2019

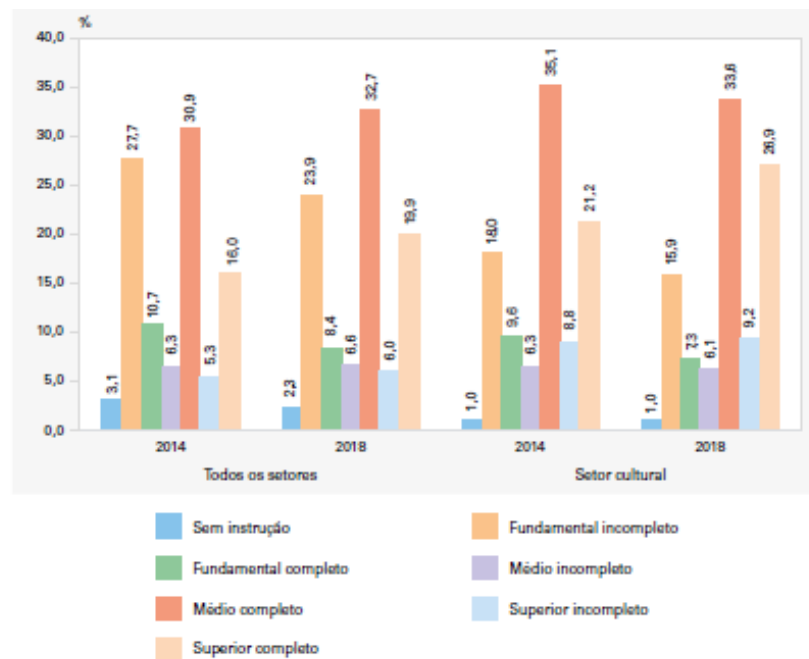
Pelos dados IBGE, enquanto a população preta ou parda ocupada nas atividades culturais teve um crescimento de 183 mil pessoas, a população branca ocupada no setor cultural registrou um recuo de 217 mil. Daí no período de 2014 a 2018 em todas as Grandes Regiões ocorreu um aumento da população preta ou parda, exceto na Região Centro-Oeste (queda de 4,0%).

A análise feita pelo IBGE (2019) realizada por grupo de idades destacou situações pertinentes a nossa pesquisa. Em relação ao público:

- a) A população ocupada na cultura é proporcionalmente mais jovem que a população ocupada nos demais setores da economia;
- b) Em 2014, a população de 14 a 24 anos de idade representava 20,0% do total de ocupados na cultura, enquanto na população que se envolvia em atividades produtivas atingia o valor de 16,6%;
- c) Em 2018 essa diferença reduziu, ou seja, os jovens nessa faixa de idade (15,3% dos ocupados na cultura) e 14,4% dos ocupados em todas as atividades.

Pelo referencial do IBGE, a distribuição de pessoas de 14 anos acima por nível de instrução e escolaridade ficou ilustrado no Gráfico a seguir.

Gráfico 8 – Distribuição de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por nível de instrução (Brasil, 2014/2018)



Fonte: IBGE, 2019

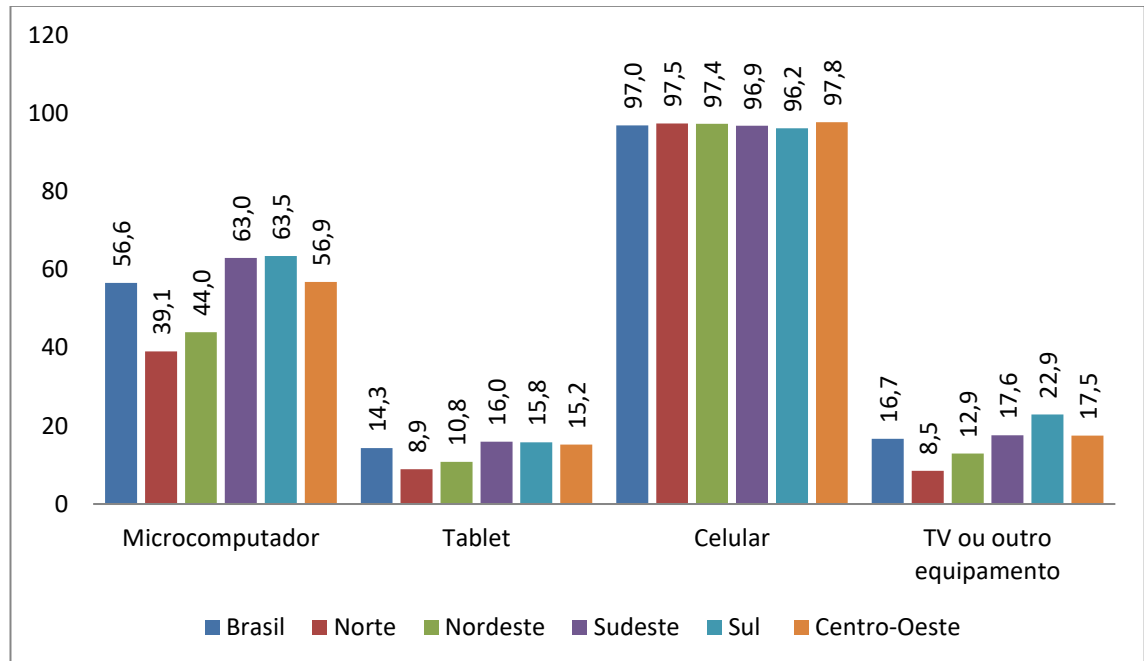
Em relação aos direitos trabalhistas oriundos da carteira profissional assinada temos que: de 2014 para 2018, a participação dos trabalhadores com carteira assinada

no território brasileiro diminuiu, aumentando por outro lado o número dos trabalhadores autônomos que via de regra não contribuem com os encargos previdenciários. Conforme dados do IBGE, o percentual de ocupados que possuíam carteira de trabalho caiu de 39,3% para 35,5%, enquanto que esse percentual comparado com os ocupados na cultura, foi de 45,0% para 34,6% pontuando uma redução de 10,4 p.p. Em sentido contrário, os percentuais relacionados a ocupação econômica, os que trabalharam por conta própria aumentou de 23,2% para 25,4%. No setor cultural, o aumento registrado foi de 32,5% para 44,0%. O valor de 44,0% permaneceu constante desde 2016.

De acordo com o IBGE, a fruição cultural hoje em dia tem sido muito utilizada a partir das novas tecnologias, que estão cada vez mais incorporadas ao cotidiano do indivíduo. Seguindo os dados do IBGE (2019), em 2017, a população de 10 anos chegou a 180,4 milhões de pessoas, sendo que 69,8%, ou dito de outra maneira, os 125,9 milhões de pessoas acessaram a internet pelo menos uma vez nos três meses anteriores à entrevista daquela ocasião (2017).

Na Região Sudeste a utilização de equipamentos eletrônicos de comunicação e interação social se apresentaram assim: Microcomputador com 63,0%; Tablet 16,0%; Celular 96,9%; TV ou outro equipamento 17,6%. As informações nos permitem conhecer os veículos de interação social manuseado pela população de indivíduos a partir dos 10 anos, bem como sua frequência de utilização. A utilização dos equipamentos eletrônicos, em especial o celular, tem feito com que o indivíduo possa interagir com inúmeras plataformas sociais e através dessas participar e desenvolver assuntos de interesse individual e coletivo além de ter à disposição informações diversas.

Gráfico 9 – Proporção das pessoas que utilizam a internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade segundo o equipamento utilizado (2017)



Fonte: IBGE, 2019

Segundo IBGE (2019), a finalidade de acesso à internet é importante tema de investigação, pois está relacionada aos interesses e “hábitos culturais da população, além de refletir capacidades individuais, condições da conexão e equipamentos usados” (IBGE, 2019, p. 142). Conforme gráfico acima o celular é equipamento dominante e tem uso elevado pelo público. Nessa condição o indivíduo interage com o “mundo”, e em particular com as questões relacionadas ao Movimento *hip-hop*. Por meio das redes sociais é possível um contínuo diálogo social envolvendo atividades e interesses relacionados ao *hip-hop* local e regional. Na periferia, em linhas gerais, é comum a utilização de vários equipamentos eletrônicos como computador, celular e tablet sendo o mais popular, o celular. Para o IBGE, o acesso as diversas plataformas das redes sociais e as midiáticas tem relação direta com os novos hábitos culturais da população, de maneira geral, além de refletir capacidades individuais relacionadas a cultura, pesquisa e assuntos diversos e de interesse particular.

3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA E O HIP HOP EM CORONEL FABRICIANO-MG

3.1 APROXIMAÇÕES E ANTAGONISMOS ENTRE JAZZ E HIP-HOP

Como recorte temporal inicial, utilizei os pesquisadores Hobsbawm (1990) e Adorno (1996), que têm pontos de vista antagônicos em relação ao formato musical original do *jazz*. Esses autores tratam especificamente da musicalidade do *jazz* envolvendo seus aspectos históricos e recortes entre a música ligeira e a música clássica, que pensamos ser relevante para esta pesquisa, pois tanto o *jazz* quanto o *hip-hop* têm em sua fundamentação musical original o improviso (*freestyle*, repente). De acordo com Dayrell (2001) o *Freestyle* é um estilo do *rap* cujas letras são construídas através de versos improvisados relatando situações do momento social muitas vezes relacionado ao cotidiano vivido na periferia. É comum criarem um desafio entre eles, competindo pela palavra, num estilo semelhante ao repente nordestino.

Para Veríssimo (1990), que fez o prefácio à edição da obra: “História social do jazz”, escrito por Hobsbawm (1990), o *jazz* carrega uma verdade que tem suas raízes no *blues* rural cuja versão mais primordial está no berço e canto do escravo. A musicalidade do *jazz* passa direta ou indiretamente pelo modelo social dominante cuja característica estrutural tem cerceado direitos fundamentais de grupos específicos. Nesse sentido, o *jazz* passa a ser para os marginalizados uma ferramenta de incentivo organizativo e conscientização coletiva de luta. A contraposição ao “sistema” tem vindo pelo “recado” dos versos, rimas tanto no *jazz* como no *hip-hop* e de maneira geral pela cultura. Os manifestantes encontram na dança, poesia, vestuário, os espaços de poder frente às reivindicações e contrapontos revolucionários. Para Hobsbawm (1990) o *jazz* tornou-se, de forma mais ou menos diluída, a linguagem cultural da dança, música popular da civilização urbana industrial, constituindo-se como elemento mediador de diálogo.

Já Adorno (1996) defende que a inconsistência provocada pela mudança instaurada pelo *jazz*, a música ligeira, ao invés de entreter parece, segundo ele, contribuir com um tipo de alienação social desenvolvendo um tipo de morte da linguagem expressiva que dificulta a comunicação verdadeira, ou seja, aquela que tem

sentido real. Assevera que a música de entretenimento tem como objetivo preencher “os vazios do silêncio que se instalam entre as pessoas deformadas pelo medo, pelo cansaço e pela docilidade de escravos sem exigências” (Adorno, 1996, p. 67). Dito de outra maneira existiria certo tipo de procedimento alienante ou processo anestésico social que se instala entre pessoas rendidas e condicionadas ao que está imposto e assim seguem passivamente.

Para este autor, as queixas usuais acerca da decadência do gosto estão envoltas em um tipo de periodicidade cíclica constituída que retomam considerações rançosas e sentimentais formalizando o ciclo de massificação da música representada na “degeneração”. Todavia, a “degeneração” mencionada pelo ponto de vista de Adorno parece não ter sido determinante para prejudicar com extrema intensidade os diversos tipos de enfrentamento das lutas e processos de resistência, por exemplo, dos povos negros que foram acalentados pelo *blues* e o *jazz*. Daí entendermos que tanto o *blues* quanto o *jazz* agiam como combustíveis e elementos de fortalecimento às bandeiras de luta.

Porém é fato, e não podemos negligenciar a observação defendida por Adorno (1996) quanto à “degeneração”, pois nos alerta que “O mais pertinaz é o do encantamento dos sentidos, que no entender de muitos amolece e torna a pessoa incapaz de qualquer atitude heroica” (Adorno, 1996, p. 67). A argumentação de Adorno parece indicar que existiria uma alienação da consciência das massas que não lhes permite visualizar outra percepção musical para além das músicas de sucesso. Segundo ele, o ouvinte se converteria em simples comprador e consumidor passivo de espírito embotado alheio aos desafios sociais do seu tempo. Considera ainda que a nova etapa da consciência musical das massas tem tido outro ponto de vista para definir a valoração musical. Sua característica inerente está alicerçada em negar e rejeitar diretamente os aspectos de prazer.

O novo aspecto parece nortear um nível de insatisfação e ao mesmo tempo uma mudança de propósito que anuncia à rejeição e negação do que está instituído. Seria essa contestação uma organização social para rediscutir a valoração musical? Destaca o autor: “O fascínio da canção da moda, [...] exerce a sua influência desde o período inicial da burguesia” (Adorno, 1996, p. 71). Evidencia ainda que em outro momento no passado algo semelhante aconteceu com o fascínio da canção quando atacou o privilégio cultural das camadas sociais dominantes. Diante desse novo quadro social a banalidade

pode ser vista como uma ação anárquica do marginalizado à imposição da pauta social desejada.

Segundo Hobsbawm (1990), o *jazz*, grosso modo, pode ser dividido em fases. A primeira de 1900-1917, período em que:

[...] o *jazz* se tornou a linguagem musical da música popular negra em toda a América do Norte, [...] de 1917-1929, quando o *jazz* “escrito” se expandiu muito pouco, mas evoluiu muito rapidamente, e quando uma infusão de *jazz* altamente diluída se tornou a linguagem dominante na música de dança ocidental urbana e nas canções populares; 1929-1941, [...] entrou para a música *pop* de maneira permanente (Hobsbawm, 1990, p. 63).

3.2 O HIP-HOP INTERNACIONAL E NACIONAL

De acordo com Lourenço (2010), o movimento intitulado de *hip-hop* teve sua origem nos guetos de Nova York na década de 1970 e projetou-se a partir daí por todo o mundo. Seu celeiro de permanência identifica-se com as regiões periféricas das grandes cidades.

Conforme a autora, o movimento foi criado pelas equipes de baile norte-americanas que tinham por objetivo fundamental proporcionar o apaziguamento entre conflitos frequentes que ocorriam entre jovens que se enturmavam em gangues. Para Lourenço (2010) existe no interior do *hip-hop* uma variedade de estilos que moldam as expressões de protesto, bem como evidenciam suas ideias contraditórias entre si. Os estilos mais comuns são: o *rap gospel*, que apresenta tema ligado à religião; tem-se ainda o *rap* romântico; o *underground*, cuja característica dá-se pela manifestação de vocabulário agressivo e gestos frenéticos que induzem violência visual. O estilo *gangster rap* é mais radical que o *underground* em que os *rappers* exploram um vocabulário repleto de “palavrões” como marcação dos protestos. É chamado de *rapper* aquele indivíduo que executa, canta o *rap*, ou seja, aquele indivíduo que canta a música *rap*.

De acordo com Lourenço (2010) as diversas formas de apresentação que são retratadas por narrativas, vivências cotidianas e descritivamente mencionadas alicerçam uma caracterização comum: a de carregar uma intenção crítica do social. Para ela, os jovens da periferia de nossas cidades de modo geral reclamam por espaços de inserção na esfera da vida pública. E acrescenta que embora o *hip-hop* tenha berço de origem em solo norte-americano, formalizados à época pelas equipes de baile buscando através dos eventos apaziguar as constantes brigas e conflitos manifestados pelos jovens agrupados

em gangues, o Movimento de *hip-hop* nacional carrega identidade própria ao criticar o cenário social brasileiro.

Segundo Lourenço (2010), a expressão *hip* (quadril) e *hop* (balançar) é uma gíria, conhecida pelos jovens do *hip-hop* que significa balançar o quadril. O termo *hip-hop* inclui os elementos culturais: música (*rap*), pintura (*grafite*) e dança (*break*). O *rap* é uma sigla derivada “*rhythm and poetry*” (ritmo e poesia), é a música do movimento. O termo *Mc* é a sigla para denominar o “Mestre de Cerimônia”. De acordo com a autora, o *Mc* é o indivíduo que canta o *rap* e, na maioria das vezes, também compõe as letras.

Em solo brasileiro o *hip-hop* seguiu caminho próprio abordando de maneira direta e independente nossas questões sociais demandadas. Através dos diversos grupos de *rap* tem-se a tônica comum: incorporar ingredientes nacionais e locais ao Movimento. O *hip-hop* em nosso solo despontou no primeiro momento na periferia de São Paulo, criou raízes desenvolvendo-se ao longo dos anos 1980, tornando-se popular na década de 1990. Para a autora, é na estação São Bento do Metrô, no centro de São Paulo, que se inicia a referência da cultura *hip-hop* no Brasil.

A cena *rap* tem ocupado espaço no Brasil com destaque aos estados de São Paulo, Distrito Federal, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, entre outras capitais. Nos 40 anos de existência do *rap* no país, surgiram inúmeros grupos de *hip-hop* que lograram projeção local, regional e nacional. Desde seu início, a resistência e o preconceito social marcaram aquela nova maneira de cantar dos “tagarelas periféricos”, que através das letras e improvisos (*freestyle*, *repentes*) buscavam pelo tom da denúncia, expor injustiças sociais e revoltas. Muitas delas relacionadas à falta de oportunidades aos estudos, ao trabalho, à moradia. O estigma social, as diversas formas de violência que os cercam, tem fortalecido o modelo excludente vivenciado no cotidiano periférico urbano e não poucas vezes, mal compreendidos pela própria comunidade.

O público do Movimento *hip-hop* é em sua grande maioria composto por jovens (muitos desses do gênero masculino) que expressam o cotidiano de suas vidas através das letras de *rap*. Cotidiano esse marcado pelo descaso e desatenção do poder público com as demandas existentes nas periferias de nossas cidades. O Movimento carrega características que influenciam o jovem ao exercício político cidadão. Para Andrade (1999 *apud* Lourenço, 2010) o “*Hip-Hop* sendo um movimento social, permite aos jovens desenvolverem uma educação política e, conseqüentemente, o exercício do

direito à cidadania”. A autora considera que o *hip-hop* busca apropriar-se do espaço público, e o faz de modo simbólico através da dança, do *rap*, do estilo. Para marcarem ainda mais os territórios deixam evidências registradas, como um tipo de assinatura pelos artistas que *grafitam* muros, túneis, paredes etc.

A pesquisa de Lourenço argumenta que o movimento *hip-hop* como “cultura de rua” engloba ações comunitárias e questões políticas que passam a ser uma possibilidade real de intervenção político-cultural construída na periferia. Aprofunda o debate afirmando que “Quando se estabelecem ligações entre arte e política, não se quer dizer que artistas devam candidatar-se a cargos políticos, ou ainda que devam militar em partidos desta ou daquela facção” (Lourenço, 2010, *passim*), pois o conceito de política adotado pelo trabalho dela considera o termo política do original grego que, interpretado através do latim significa, “tudo o que se refere à cidade”.

A pesquisa de Ferreira (2019), em “Manas: Mulheres negras construindo o Movimento Hip Hop”, traz contribuição dentre outras ao foco da participação feminina no tecido social do *rap*. A autora considera que a influência feminista e ainda a participação feminina no movimento *hip-hop* de Belém do Pará tem servido de ponto de referência à discussão de como se tem dado o relacionamento entre os *manos* e *manas* dentro do Movimento pelo viés do gênero no contexto social do *hip-hop* nacional, ou seja, quanto de democracia e de espaço social efetiva-se no interior do *rap* ao se analisar a questão pelo gênero. O Movimento *mana* discute, reivindica por maior espaço de voz, buscando a paridade como elemento de direito social. Para Ferreira (2019), o Movimento *hip-hop* atravessado pelo Feminismo Negro possibilita a abertura de caminhos reais de questionamento, pois traz à tona a dimensão da discriminação entre gêneros abrigada também no interior do *hip-hop* de Belém do Pará e de modo geral no *rap* nacional.

A pesquisa de Ferreira (2019) joga luz à importância do Movimento *hip-hop* que, através da música, serviu como solução, válvula de escape, principalmente entre a juventude marginalizada envolvida em constante violência causada pela persistência de conflitos e discordâncias diversas. Ao contrário da violência instaurada na comunidade juvenil, principalmente a relacionada aos territórios, a música do estilo *rap* apropriou-se das ruas para ditar um novo cenário de luta mediado pelo som do *pick-up* nos bailes norte-americanos, originalmente, e em outros lugares por onde posteriormente se instalou.

Daí, no novo cenário permanecia o contraditório, agora mediadas pelas rimas e batidas. Nesse sentido a música tratada aqui foi responsável pela promoção social e mediação de conflito entre a juventude periférica. A música vinda do *hip-hop* às ruas periféricas passou a ser vista como alternativa real da amenização dos confrontos físicos. O que se estabeleceu com a chegada do *hip-hop* foi uma disputa acirrada no campo ideológico, político e social. Onde a disputa social passou a ser intermediada pela arte e paz, ao contrário do que até então prevalecia: a violência entre territórios.

De acordo com Ferreira, os elementos diretamente ligados a música do *Movimento hip-hop*, a *Djéia* e o *Dj*, a *Mc* e o *Mc* e a *B'Girl* e o *B'Boy* têm para além da atribuição de produção, a elaboração da dança bem como sua execução. Seguindo a pesquisa de Ferreira (2019), foi nos Estados Unidos, país onde originou o *Movimento hip-hop* que, ao iniciarem às festas nas ruas, principalmente entre os jovens ajuntavam para ouvir a música em espaço aberto e público, ocorriam os constantes atos de violência.

Segundo a autora, o *Dj* que estava no comando da festa, era quem selecionava o repertório musical e liberava o microfone ao *Mc*, que a partir daí direcionava a apresentação dos *rappers*, que contribuíam agregando ao Movimento o *Break Dance*, o *Break Boy (B'Boy)* e a *Break Girl (B'Girl)*, colocando em evidência os outros elementos que integram o *Movimento*.

Conforme a pesquisadora, em Belém, tanto o número de manas envolvidas com o *Movimento hip-hop* quanto a presença de *Djéia*, e a participação das *B'Girls* é também baixo. Algumas tentam se organizar em coletivo, mas ficam pouco tempo, levado pela baixa receptividade do *Movimento* de modo geral. As dificuldades encontradas pelas manas, em alguns momentos acabam por prevalecer impedindo a efetiva permanência delas, ao mesmo tempo em que inibe sua efetiva participação no Movimento. A dificuldade de integrar o movimento aumenta diante das responsabilidades relacionadas ao casamento, maternidade, a necessidade de trabalhar para ganhar o pão de cada dia. Esse aspecto social tem cerceado não só as *B'Girls*, mas também as *Mcs*, as *grafiteiras* atingindo também a *Djéia* do mundo do *hip-hop*.

Ferreira (2019) considera que mesmo diante das inúmeras dificuldades encontradas, o feminismo negro tem atuado minimamente no interior do *Movimento hip-hop* contribuindo com a construção de novos paradigmas pautados em recortes feministas, buscando ainda efetivar maior paridade entre manos e manas visando

fortalecer as perspectivas sociais do *hip-hop* para envolvimento social cada vez mais abrangente. Em se tratando de preconceito incrustado, Ferreira (2019) resgata como eram os fatos nos anos 1950 e diz: durante aquele período aos negros era proibida a participação nos bailes, somente os brancos podiam frequentar aquelas festas.

A imposição daquele momento não foi suficiente para impedir o surgimento do primeiro *Dj* negro, o Sr. Osvaldo Pereira, que mais tarde se tornou o dono da Orquestra Invisível *Let's Dance*, em São Paulo. O caminho contrário à invisibilidade colocada parece ter inspirado o Sr. Osvaldo ao título da Orquestra, que convidava os negros a serem visíveis, participativos, atuantes, nos ritmos dançantes, nos figurinos de apresentação e aos ligados à improvisação poética. O aprofundamento da pesquisa em questão permite acessar aspectos relevantes como a importância do Sr. Osvaldo, considerado uma memória da música *Black* e dos *Djs* no Brasil e que conta a discriminação vivida pelas pessoas negras e pobres impedidas da participação nos bailes e festas.

Conforme Ferreira (2019) os *Djs* só começaram a ganhar notoriedade e valorização nas apresentações a partir da década de 1990, ocasião em que viraram suas cabines de frente, tornando-se conhecidos do público. Foram também os *Djs* dos anos 1980 os responsáveis por trazerem os primeiros videoclipes de *break* para o Brasil, para os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Pessoas como Sr. Osvaldo, que negavam a invisibilidade social colocada e se utilizavam da música como forma de lazer e também de protesto. Formavam resistências que fortaleciam as lutas de outrora e permanecem fortalecendo as causas do *hip-hop* em dias atuais.

3.3 O HIP-HOP EM MINAS GERAIS

De acordo com Silva (2018), existem em Minas Gerais aspectos significativos relacionados ao *hip-hop*. O documentário “O som que vem das ruas”, lançado em 2011, constituiu um dos destaques, pois conta a história dos *MC's* da cultura em Belo Horizonte. A pesquisa reuniu pessoas que fizeram parte da primeira geração de integrantes do movimento e, através da metodologia de entrevista, tomou conhecimento dos fatos.

Conforme Silva (2018), as primeiras ações do *hip-hop* em Belo Horizonte aconteceram na década de 1980 tendo como marco o ano de 1983. Segundo ele eram

precárias as informações sobre o movimento, devido às várias interferências sendo um desses a baixa interlocução com os locais cujo movimento estivesse mais consolidado. Em linhas gerais as informações eram obtidas principalmente pelas revistas e filmes. Foi através dos filmes que os jovens passaram a compreender que a dança fazia parte da expressão cultural como um dos elementos de linguagem tendo ainda outros três elementos: o *DJ*, o *MC* e o *grafite*. A ampliação da divulgação veio de pessoas como Joseph que trabalhava em uma rádio importante da época, a rádio Liberdade FM, ao incluir a musicalidade do *hip-hop* nas programações da emissora. Joseph também era produtor musical e daí interessou em gravar vários *raps* à cidade.

Buscando resgatar parte da história do movimento *hip-hop* mineiro, Silva (2018) utilizou dos anais teóricos e das experiências de seis *rappers* (Farley, Douglas, Rafael, Beto, Simone e Cláudio). Através de entrevistas identificou os sentidos atribuídos ao movimento no cenário mineiro. A faixa de idade dos entrevistados variou entre 39 a 46 anos. Os entrevistados são indivíduos moradores de bairros afastados do centro. Muito das experiências deles foram vividas na Quadra do Vilarinho em Venda Nova, local onde existia um ambiente ideal de convivência, pois era amplo e coberto. Havia uma infraestrutura com vestiários, bar e salas que eram utilizadas como escritório.

Lembraram os entrevistados que havia pouca atenção do poder público quanto ao entretenimento, pois segundo eles as “atividades de lazer e cultura eram bem restritas, com poucos espaços disponíveis voltados para o esporte ou a arte” (Silva, 2018, p.57-58). Tendo os jovens muitas vezes como único lugar de lazer e entretenimento o espaço escolar.

Os espaços públicos conquistados foram resultados de apropriações simbólicas da cidade. Alguns desses locais: Feira Hippie, Praça da Liberdade, próximo ao Colégio Palomar, no centro da capital, onde existia uma passagem de ligação ao viaduto Santa Tereza, “e era nesse lugar que as pessoas se reuniam”, o Edifício JK. Silva (2018, p. 63) considera que “Em alguma medida, esses entrevistados, junto com tantas outras pessoas, foram as desbravadoras do que se tornou o *hip-hop* em Belo Horizonte e no Estado.”

A avaliação do autor é que o *hip-hop* surge como uma alternativa real viável constituindo aos marginalizados à construção da política social através do modo de vestir, das letras dos *raps*, da demarcação dos territórios feita pelos *grafiteiros* numa comunicação que se fortalecia tanto em questões concretas quanto as subjetivas de

convivência. Existem aspectos políticos à participação do indivíduo nesse movimento, ainda que não se manifestem diretamente através da filiação ou pelas bandeiras partidárias, mas demonstram um acúmulo político social cidadão. O aprendizado daqueles indivíduos era basicamente resultado da observação e troca de experiências compartilhadas pelas letras dos *raps*, *grafiteiros* e das leituras feitas do *break*. Não existiam oficinas ou cursos disponíveis e era praticamente inexistente qualquer tipo de iniciativa formal que objetivasse uma difusão de ensino aos adeptos do movimento. Os resultados da conscientização eram consequências das relações cotidianas que moldavam paulatinamente a visão de mundo pelo olhar do *hip-hop*. “Pelo que percebemos, a possibilidade de experimentar outras linguagens ainda no universo do *hip-hop* pode ter sido uma característica dessa época inicial do movimento na capital mineira, talvez por ser um campo ainda em construção, os sujeitos se permitiram mais tais experiências” (Silva, 2018, p. 67).

Segundo Silva, as dificuldades de comunicação eram enormes, pois não existia uma informação específica do *hip-hop* em veículos de comunicação, salvo pequenas janelas em determinadas revistas e matérias, veiculadas vez ou outra em alguns jornais. Daí, se as matérias eram acessadas nessa baixa frequência nos grandes centros imagine na periferia! No entanto, ao mesmo tempo existia o desejo nos sujeitos do movimento em conhecer ainda mais sobre aquele movimento cultural.

O processo de busca do conhecimento contribuiu para o surgimento do que ficou conhecido como “quinto elemento” do *hip-hop*, ou seja, além do *break*, do *rap*, do *Dj* e do *grafite*, o “conhecimento” também foi considerado como pilar estruturante do movimento. As contribuições dos entrevistados deram destaque a dois importantes recortes sociais: “[...] na fala de Rafael. O primeiro diz respeito à possibilidade de encontrar...uma oportunidade de experimentar leituras e discussões sobre o negro e o racismo. [...] O outro aspecto que chama a atenção é a articulação feita por Rafael com a igreja Católica, um espaço que acabou se mostrando um importante lugar para trocas de informações atualizadas sobre o *hip-hop*” (Silva, 2018, p. 71). Conforme Silva, “a igreja acolhia seus missionários religiosos que viviam circulando por diversos países em missões religiosas/humanitárias.” Assim: “Os missionários católicos traziam desde filmes e revistas para os meninos que treinavam no espaço da igreja” (*idem, ibidem*, p. 71), possibilitando um maior acesso à informação e ao conhecimento. Conforme relatou

Rafael para Silva, duas outras fontes contribuíram na construção e fortalecimento das informações do movimento *hip-hop*: os fanzines e as rádios comunitárias.

As rádios comunitárias de Belo Horizonte encarregavam de incluir em suas programações muito do *rap* da capital. Além das rádios comunitárias foram sendo criadas alternativas de difusão simultânea tanto do movimento quanto da produção em si. Várias programações envolvendo o *hip-hop* eram comandadas por integrantes de grupos de *hip-hop* que se apresentavam como agentes diretos de cooperação para expansão da música em BH. No circuito das rádios comunitárias uma se destacou: a Rádio Favela, que continuamente veicula programas de *rap*, cuja condução da programação ficava a cargo de *DJs*.

O *hip-hop* mineiro crescia e, conforme Silva (2018), no final dos anos 90, em alguns bairros aconteceu diversos encontros do movimento com a participação de vários grupos. Os encontros aconteceram principalmente nos bairros: Alto Vera Cruz, Boa Vista, Serra, Cabana do Pai Tomás, São Geraldo, região do Barreiro e de Venda Nova. Os “sons de rua” que eram eventos com formato de calendário fortaleciam a concentração dos adeptos aos eventos bem como serviam como instrumentos à divulgação da programação do movimento *hip-hop* às rádios comunitárias. Para, além disso, conforme Silva, os entrevistados consideraram que os locais públicos significaram importantes espaços de fruição do movimento, pois contribuíram com a troca de experiência e o fortalecimento da convivência entre os sujeitos do movimento.

De acordo com a pesquisa, além da rua se tornar um lugar central na constituição do movimento e dos seus integrantes, contribuiu ainda como espaço cultural, de lazer cooperando para a construção cidadã do indivíduo. Além dos espaços públicos serem ocupados, ocorreu também a utilização de espaços privados, como as casas noturnas Chiodi, as Quadras do Vilarinho, Requite, o Dupsom, com destaque para as Quadras do Vilarinho e o Chiodi.

Com a explosão de crescimento na década de 1990, aconteceu nos espaços públicos um dos maiores encontros da arte negra organizada no centro da cidade: o “BH Canta e Dança”, que concentrou os/as jovens espalhados/as pela cidade. “Foi um evento de grandes proporções, que tinha uma boa estrutura de palco, som, luz e divulgação, e sua grade de programação era composta por grupos do universo do *hip-hop*, entre outros estilos.” (SILVA, 2018, p. 78). Aquele formato de evento, segundo os entrevistados, permaneceu por 12 anos na capital compreendendo o período final das décadas de 1980

a 1990. Ocasão em que ocorreu na capital mineira uma grande efervescência das culturas de rua com atividades que enriqueceram outras possibilidades de visualização às produções feitas na cidade. Para, além disso, possibilitou uma maior integração entre os artistas, as pessoas e os fãs.

De acordo com Silva (2018), no final dos anos 90 a tecnologia ficou relativamente mais acessível aos jovens pobres da cidade abrindo espaço para as produções independentes. De acordo com o autor, em 2003, no primeiro mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o compositor Gilberto Gil, então Ministro da Cultura, ampliou a política cultural. As políticas influenciaram ações públicas nos planos estaduais e municipais relacionadas à arte e à cultura. Diversos programas e projetos foram constituídos abrindo espaços às cidades. No caso mineiro, na cidade de Belo Horizonte aconteceu o projeto Guernica. Esse projeto constituiu um espaço de estudo e pesquisa. Em seu bojo buscava regulamentar uma proposta de política pública relacionada à implementação de pichação e do *grafite* nos espaços na cidade. Política pública que teve seu início com o prefeito Célio de Castro em 1999.

Somar esforços para buscar conhecer o pensamento crítico do jovem, especialmente, o demandado de maneira geral da população periférica dos grandes centros urbanos, é fundamental quando se tem por meta principal conhecer os rumos da construção social e representação das comunidades periféricas, a partir da iniciativa dos próprios jovens. Trata-se de uma investida que visa compreender o posicionamento político social das novas gerações. Os novos sujeitos políticos sociais moradores da periferia têm demonstrado engajamento social consciente e propositivo diante das demandas existentes e os desafios colocados. O perfil desse engajamento parece iniciar-se à tenra idade quando passam a perceber e a testemunhar as diferenças sociais instauradas pela discriminação, preconceito e modelos estruturantes que fortalecem a exclusão social nesses ambientes de convivência.

3.4 O HIP-HOP DO GRUPO “POR TI JESUS”

São inúmeros os grupos de *hip-hop* local e regional que não têm por objetivo registrarem a identidade do Grupo em plataformas virtuais. Desse modo não temos acesso as informações da maioria deles. Muitos fazem o *Freestyle* e pronto. Deixam o

recado e vão. Através do site www.rapmineiro.com acessamos alguns grupos do *rap* de Minas Gerais.

O Grupo “Por Ti Jesus” teve seu início no ano de 2006 na cidade de Coronel Fabriciano objetivando integrar-se a outros grupos do município e da região buscando fortalecer, através do *hip-hop*, a denúncia e contraposição às injustiças sociais no contexto local, principalmente às comunidades periféricas e, em especial, aos jovens periféricos. Naquele início atuei num tipo de gerenciamento e propulsão do grupo no cenário público-social, em Coronel Fabriciano e Região Metropolitana do Vale do Aço – MG. Atividade que deixei de exercer em 2019 buscando um distanciamento a fim de desenvolver o trabalho acadêmico ora proposto.

O Grupo “Por Ti Jesus”, em sua caminhada, participou em atividades sociais de atendimento e apoio aos dependentes de álcool e drogas ilícitas, nos centros de recuperação Missão Resgate em Ipatinga, Casa de recuperação Hebron em Vargem Alegre e em atividade de aconselhamento envolvendo a Cracolândia existente no centro de Ipatinga. Em casa de detenção em Ipatinga e Ipaba. Nos duelos de *MC's* em praças públicas e espaços externos no Shopping de Ipatinga. Por algumas vezes participou de eventos em outras cidades mineiras como Itabira, Santana do Paraíso bem como em atividades oficiais de emancipação das cidades de Coronel Fabriciano, Ipatinga e Timóteo. Agregada a essas atividades ocorreram várias palestras buscando apresentar a cultura do *rap* em ambientes culturais, escolares e ecumênicos.

Figura 3 – Casa de Recuperação Hebron, Vargem Alegre/MG, em 2011



Fonte: Arquivos do autor

Figura 4 – Aniversário de Coronel Fabriciano/MG, em 2012



Fonte: Arquivos do autor

Figura 5 – 3º Aniversário Rap Mineiro, Ipatinga/MG, em 2012



Fonte: Arquivos do autor

Figura 6 – 3º Aniversário Rap Mineiro, Ipatinga/MG, em 2012



Fonte: Arquivos do autor

Figura 7 – Evento Cultural no Coliseu, Timóteo/MG, em 2018



Fonte: Arquivos do autor

Figura 8 – Evento Cultural no Coliseu, Timóteo/MG, em 2018



Fonte: Arquivos do autor

Figura 9 – Apresentação no Festival Gospel em Coronel Fabriciano em 2019



Fonte: Arquivos do autor

Figura 10 – Apresentação no Festival Gospel em Coronel Fabriciano em 2019



Fonte: Arquivos do autor

A formação do Grupo “Por ti Jesus” teve vários integrantes. A formação inicial ocorreu, segundo Rafael Vieira Soares (Primo), numa roda de improviso (*freestyle*) em 2006 com (Primo), Renan (Primo preto) e Secão (Primo Seco) quando surgiu a ideia de compor rap. Num segundo momento, foi formado por Primo, Sérgio (Sérgio) e Keiler. Na terceira formação esteve composto por Primo, Hilton Reis da Silva (Hiltin) e William Barbosa Rabelo (Mano William). Em um quarto momento, a formação ficou composta com Primo, Junio Silva Almeida (Feijão), Baiano e Mano William. O Grupo “Por Ti Jesus” em várias ocasiões se apresentou numa versão de banda. Naqueles momentos as apresentações ganhavam outras variações musicais improvisadas que proporcionavam enriquecimento ao *hip-hop*.

Na atualidade, o Grupo está composto por Rafael Vieira Soares (Primo), músico-vocalista, compositor; Warley Ferreira da Silva (Baiano), músico-vocalista, compositor; Letícia Cristina Faria Oliveira Soares (Letícia), músico-vocalista, compositora. O Grupo tem dois álbuns gravados. O primeiro lançado em 2010 com o tema: É SÓ POR-TI JESUS e o segundo em 2018 com o tema: VALORES INVERTIDOS. Ambos com quinze faixas inéditas e autorais. Diante do contexto social motivado pela pandemia do Covid 19, o grupo optou em dedicar o momento para composição musical do terceiro álbum que já se encontra em curso.

Rafael é conhecido no *hip-hop* por Primo. É *rapper* e compositor. Tem 35 anos e um único irmão. Tem pais sempre presentes e participativos. Cristão, mora em Ipatinga

–MG. Tem um casal de filhos, sua esposa Letícia também é integrante do Grupo. Rafael e Letícia têm uma loja de equipamentos eletrônicos, venda e manutenção de celulares. Tem bacharelado em Teologia e Rafael tem também a formação Técnica em Segurança do Trabalho. Nasceu e cresceu em Coronel Fabriciano – MG, mesmo local onde teve início o Grupo “Por Ti Jesus”. Seu primeiro contato com o *hip-hop* aconteceu na adolescência, ouvindo Os Racionais. Curte andar de skate.

Warley é conhecido no *hip-hop* por Baiano. É *rapper* e compositor. Tem 29 anos, quatro irmãs. Perdeu o pai ainda criança. Tem apoio da mãe e das irmãs para seguir no *rap*. Casado com Stela. Tem um filho, Cristão, frequenta a igreja Betânia do bairro Caladinho de Baixo em Coronel Fabriciano. Warley é eletricista de alta tensão. Tem o ensino médio completo. É Capelão. Gosta de dar rolê de moto.

Letícia é *rapper* e compositora, cristã, tem bacharelado em Teologia. Nasceu e cresceu em Ipatinga –MG. Tem 28 anos e uma irmã.

3.5 INCENTIVOS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O HIP-HOP EM CORONEL FABRICIANO

Nesta última seção, agreguei o conteúdo de entrevistas realizadas com alguns integrantes do Grupo “Por Ti Jesus”. Ocasão em que constatei um pouco da trajetória desses *rappers*, bem como suas reflexões sobre o surgimento do grupo e o impacto dele em suas trajetórias de vida. Rafael (Primo) lembra como surgiu o “Por Ti Jesus”:

Salve, Salve! Muita paz a todos aí! O “Por Ti” nasceu...Baiano pode me corrigir, você também William, nasceu meados aí de 2006, a 2005 para 2006, né? Ele nasceu dentro de uma roda de improviso com três parceiros: eu, Rafael (Primo), Renan (Primo Preto) e o Secão (Primo Seco) falavam que parecia muito na época... a gente resolveu fazer um som junto. A gente fazia *freestyle*, andava de skate e dali saiu uma ideia de compor, escrever letra né? Temas da nossa realidade social que a gente já tinha passado tinha vivido, vivia com intuito de trazer uma esperança né? As pessoas que nos ouviam também em Coronel Fabriciano. E dentro disso, pouco tempo os dois primos saíram, o primo Preto saiu do grupo, fizeram outra caminhada. E por sinal caminhada tá errado é: um ficou preso, o outro graças a Deus, trabalhador para caramba meu amigo até hoje, mas a vida seguiu rumo diferentes e acabou que eu fiquei sozinho no “Por Ti”.E nesse meio tempo eu tava, eu estava no processo como eu posso falar... processo de mente espiritual, sentimental né? Bem em choque. Foi quando eu conheci pessoas de uma comunidade cristã e apresentei para eles algumas músicas, eles abraçaram e daí graças a Deus saiu composição, saiu harmonia, saiu mais músicas. Estamos até hoje na caminhada (Rafael, Entrevista em 05/11/2022).

Ainda de acordo com Rafael, o “Por Ti Jesus” foi um dos primeiros grupos mineiros a relacionar o *rap* com a religião cristã, buscando uma linguagem de aproximação com parte da sociedade, principalmente a juventude.

Na verdade, é assim: a cultura é o *hip-hop*, o *rap* é um dos pilares da cultura do *hip-hop* né? Que é o *break*, a dança, o grafite, a pintura, o DJ e o *rapper*: o *Mc*. Então *rap* está dentro desse pilar e da cultura do *hip-hop*. Como o “Por Ti” foi um dos primeiros grupos do meio cristão [mineiro], eu acho que é uma certa referência né? Até hoje eles falam aquele grupo ali, eles traz a mensagem de esperança, a mensagem de paz. Com o “Por Ti” já com algumas músicas já caminhando chegou, passaram vários integrantes né?... Lembra daquela vez que apresentei a música “O Sistema é todo mal” pro William lá na beirada do Ribeirão, que ele falou: “Cara, a gente tem que botar esse trem pra rodar, isso aí tem *feeling*, isso aí tem mensagem” e diversos integrantes passaram né Mano William?E aí chegou o Baiano, graças a Deus firmou estaca aí (Rafael, Entrevista em 05/11/2022).

Além disso, o grupo foi um dos primeiros a ingressar no mundo digital, divulgando suas produções na internet:

Nó! Eu tava assistindo o vídeo aquele dia lá em casa, do aniversário de Ipatinga. Que louco! E hoje, assim, eu acho que a gente tem uma... que teve um amigo meu lá em casa esses dias, falô: “Nó, cara vocês foram... primeiro grupo de rap que tiveram site!” É algo simples, mas lembra... que tem um site do “Por Ti” né? Internet está acabando de chegar para todo mundo ele (o Por Ti Jesus).já tinha um site graças a Deus por isso! (Rafael, Entrevista em 05/11/2022).

Rafael destaca que o quanto as letras dos *raps* produzidas pelo grupo podem ter marcado as pessoas que tiveram contato com elas, principalmente no sentido de levar uma mensagem de esperança para as pessoas:

Foi uma novidade uma novidade, é batendo de frente contra o sistema mesmo. E acho que mexeu com muita gente, né? Principalmente o menos favorecido dentro da casa de recuperação. Até hoje eu passo na rua e os cara fala e aquela música lá veio “Suicídio Lento”,e aquela música lá “Água Suja”... Então eu acho que esse foi... isso graças a Deus deixou esse legado aí no meio da cultura *hip-hop* sabe o William?“Sabe aquele grupo ali?Traz uma mensagem de esperança”. Eu fico feliz por isso né? Talvez a gente não ganhou grana com isso, mas a gente deixou uma mensagem de esperança de vida né? e eu acho que até faltando isso né Baiano? no *rap* hoje, na cultura do *hip-hop* hoje (Rafael, Entrevista em 05/11/2022).

Na concepção de Rafael, o potencial de transformação da vida das pessoas é uma das principais características do *hip-hop*, inclusive quando se trata da própria transformação que essa cultura causou na vida dele:

Primeiro ponto sobre o papel do *hip-hop*. Eu acredito em transformação né? *Hip-hop* ele, a cultura do *hip-hop* ele tem esse poder de transformação. Desde da década de 80 e 90 né? Quando surgiu em prol de transformar vidas em que

viviam naquela criminalidade e eles foram transformados ali largando a criminalidade para dançar, para cantar ou para pintar ou para tocar um disco, então eu acredito muito que o *hip-hop* tem esse poder de transformação. Eu acredito também que eu também sou fruto disso, eu acho que se eu sou uma pessoa um pouco melhor hoje, sei chegar, trocar uma ideia, conversar, eu acho que o *hip-hop* ajudou muito nisso, na cultura que sempre prezou pela humildade, pela paz... pela esperança. Eu creio que o *hip-hop* me fez uma pessoa melhor (Rafael, Entrevista em 05/11/2022).

Uma das formas de expressar essas mensagens está também no uso de roupas que fazem parte de certa cultura do *hip-hop*, como uma forma de marcar identidade:

A roupa é só um detalhe né? (riso) A gente brinca muito que a roupa é só um detalhe, o caráter é fundamental. Mas a roupa é sim hoje... antigamente a gente vivia mais largado, esparrado né Baiano?... Hoje realmente com trabalho, com família mudou muita coisa, mas ainda assim a gente usa para trabalho hoje... o que você sente bem. É isso mesmo... Acho que é mais um estilo de liberdade, de você se sentir bem ... É isso mesmo, acho que é mais pela liberdade de ser você né? E tem a influência também né? Conhecer norte-americano dos *raps*, dos *rappers* norte-americano né? Que curtem, curtiam muito os pano largo. Têm os outros que ainda gosta, mas realmente as calças, as roupas do *rapper* elas foram afinando e de 2000 para 2020 afinou sim. Hoje você não vê muita roupa larga não, mas ainda a gente curte, a gente usa. Em algumas ocasiões né, mas não é como antigamente que era 100% do tempo (Rafael, Entrevista em 05/11/2022).

Entretanto, como vimos no capítulo anterior, não é fácil viver produzindo arte, ou trabalhar com produção de cultura, menos ainda dentro do contexto do *hip-hop*. Isso faz com que os integrantes do grupo tenham que tirar o sustento para suas famílias de outros empregos, além de manter as atividades do “Por Ti Jesus”.

Hoje, como se diz, hoje a gente devido aos trabalhos né? Trabalho, família a gente não tem mais aquele pique de ter um ponto específico. Não. Hoje a gente fica em prol de convites né? Que... a gente teve convite sábado... Domingo passado a gente teve lá no Caladinho [é um bairro de Coronel Fabriciano] fazendo um som com a comunidade lá, mas falá que tem um ponto específico, uma data específica de evento infelizmente nós não temos. Quem sabe né? Se tivesse um centro cultural né voltado para... de cultura de portas abertas para bandas regionais né? Eu vejo muito pessoal de Timóteo que move movimento, muito sarau legais, são eventos legais, bacana né... mas assim algo que envolve o poder público seria interessante. Então a gente não tem uma Casa de Cultura igual eu tive lá em Caratinga, também foi uns três meses atrás na Casa lá, tem um centro de cultura em Caratinga lá até o Black... o Black Jack... é um *rapper* de lá meu amigo. Tem trabalhado muito na cultura através desse Centro Comunitário que faz os eventos legais lá (Rafael, Entrevista em 05/11/2022).

Por isso, uma das maiores dificuldades da cultura *hip-hop*, principalmente do grupo “Por Ti Jesus”, é “permanecer”, devido à falta de retorno financeiro com a atuação artística. “Viver” do *hip-hop* ainda não é uma realidade para os integrantes do grupo.

A música *rap*, cultura *hip-hop*, o pano largo, ele sempre sofreu discriminação. Daí já parte uma dificuldade e a parte de dificuldade agora falando de mim. De dificuldade nossa aqui, é permanecer, a gente pode não citar aqui agora, mas nas coisas, falar que de 200 pessoas que falaram que ia ser *rap* o resto da vida e hoje não tem nada mais *rap*. Por que permanecer? Porque aonde o dinheiro não gira, se não ganha grana para viver daquilo que você continua querendo aquilo, vivendo aquilo, é porque você ama, é porque você ama. Eu penso assim, não permaneceu hoje sem grana né? A gente não faz um show e dá um cachê para os caras mais novos. Hoje faz cachê, ganha um show de 100.000, 120.000, cara aí então, assim, aí é fácil você viveu ué ó... a Primo dinheiro né? Tudo não é não, mas ajuda em bastante coisa (Rafael, Entrevista em 05/11/2022).

Para outro integrante do “Por Ti Jesus”, o Baiano, a questão do retorno financeiro em relação às atividades do grupo ainda é uma questão difícil. No seu caso, por exemplo, que tem família, às vezes é preciso tirar do próprio salário para manter o grupo atuando:

Nisso também, no dinheiro, já entra outro aspecto de dificuldade né? Por exemplo, a gente tem a nossa família, aí a gente tira do dinheiro nosso para tá investindo numa coisa que você ama fazer e faz como uma forma de lazer também né? Eles em um retorno. E o outro ponto também é de dificuldade, é questão até do apoio de pessoas né? Tipo assim: “Ah, o cara é da minha região, eu não vou escutar o som dele”né? Acho que a partir do momento, se a gente escutasse o som nosso, nós que eu falo é no geral né? Regional e compartilhasse também, eu acho que seria um ponto positivo né? (Baiano, Entrevista em 05/11/2022).

Apesar disso, o Grupo “Por Ti Jesus” não está ligado a nenhum movimento político partidário, e procura defender valores que consideram necessários, com referência ao ideário cristão:

A nossa proposta política é o amor né? O amor venceu a guerra, o amor é que nos move. Então nosso partido político é esse, é a nossa maior motivação é ... em relação a isso é Jesus Cristo, é fazer o bem sem olhar a quem e o respeito ele é fundamental, acima de tudo. É, eu vejo hoje que a política veio para dividir pai e filho marido, mulher, amigos e no meu ponto de vista é a maior besteira né? Do ser humano, sendo que eu posso conviver com um que é de um determinado partido respeitando a opinião dele e da mesma forma ele respeitando a minha opinião e a gente viver em sociedade né? Cada um com sua livre escolha e o mundo seria muito mais interessante se tivesse o respeito e o amor junto né? (Baiano, Entrevista em 05/11/2022).

Rafael complementa a forma de atuar do grupo: “Fora essa bandeira aí, nós não temos nenhuma bandeira, a gente não cola adesivo, e partido político humano também nós não temos, não levantamos bandeira. Mas a gente tá dentro daquilo que traz esperança, então dentro daquilo que traz esperança”. A isso ligam-se valores sociais de

solidariedade com o próximo, como uma forma de agir socialmente, de intervir na sociedade a partir do *hip-hop*:

Então, aqui a questão de defender causa social específica é pensar no próximo. A gente tá vivendo hoje numa era, no meu ponto de vista, da gente pensar no caso egocentrismo né? Pensar na gente, esquecer o próximo, sendo que talvez o nosso vizinho tá passando por dificuldade. Nem falo da questão financeira, mas questão emocional, psicológica que talvez perguntar né? Que se o fulano está bem, olhar na bolota do olho, é um aperto de mão. Eu acho que que está faltando muito isso, não é? E as pessoas quer mostrar aquilo que talvez não é a realidade. É, por exemplo, cê pega aí o Instagram, ah vou postar é meus momentos, não é tudo, é questão de momento. O momento agora que eu estou vivendo é isso, mas se for olhar o momento que ela está vivendo, é totalmente diferente do que aquilo que ela está postando. É. Talvez ela queria estar vivendo, mas não é a realidade. Então eu acho que a causa é a pessoas, não é? É a questão do amar como amar a si próprio né?... estender a mão e falar: “Tâmo junto” e saber ouvir, né? Acho que as pessoas estão precisando de ser ouvido né véio? (Baiano, Entrevista em 05/11/2022).

Quando se trata do incentivo a partir de políticas públicas voltadas para a cultura, especificamente para o *hip-hop*, a falta de patrocínio ou de outras formas de incentivo, são uma constante: “É isso! Eu acredito que é isso, né? Não tem (quem patrocine a cultura). Só aquele evento. Ah, o evento meio de prefeitura, que nós tocamos, que teriam uma gravação depois. Já se passaram mais de seis, sete anos aí, nunca foi gravado nada. Então cê vê que a cultura ela é sempre terceiro, quarto, quinto plano” (Rafael, Entrevista em 05/11/2022). Baiano complementa: “É. Sim, eu te apoio, mas o que que eu vou ter de benefício com isso, sabe? Então acho que a questão da cultura envolve muito nisso, né? Na questão da troca, né? Eh, eu te dou uma mão, mas a outra tem que voltar, né?”.

Com o tempo de atuação que o grupo tem, eles foram percebendo as diferenças de tratamento e, conseqüentemente, quanto às políticas públicas para cultura/*hip-hop*/juventude nas diversas gestões locais e/ou nacionais:

A cultura, eu acredito que a cultura ela está em quarto, quinto plano... se você investir na cultura talvez você não vai ter o retorno, né? Então como que eu vou investir naquilo que não tem, não me dá um retorno? Aí entra o que o Baiano falou. E a gente já recebeu muito tapa nas costas de políticos, né? Candidato A, B, C e D, mas nenhum apoio. Nunca tivemos apoio. Só fechando. Por isso que eu acredito que a cultura em si ela tem quarto, quinto plano e pra lá. Porque não dá um retorno, talvez tu não dê um retorno ou eles não enxergam retorno, né? Investir grana nisso pra quê? Não tem retorno (Rafael, Entrevista em 05/11/2022).

Nesse jogo, às vezes os próprios “parceiros” que também atuam na área cultural, acabam não contribuindo para o desenvolvimento de estilos como o *hip-hop*, quando têm oportunidade:

É. Não valoriza. Mas aplaude o cantor do sertanejo lá do fim do mundo e paga caro pra ele vim tocar na cidade. Teve um evento... agora falando do meio gospel...é pouco tempo aí tive conversando com organizador: “Cara, coloca o ‘Por Ti’ tal”, ele: “Nó, Primo gostaria muito, mas a banda não aceita”... Entendeu? Então hoje... hoje o negócio é estreito. Quem tá lá em cima, top, mas ...você eu não quero ver você aqui em cima não, é isso que dá a entender, né Baiano? Isso é que dá a entender, isso e são bandas assim, né? Que levam uma mensagem bonita, né? Bacana! E você percebe quem está lá em cima não quer ver, parece que não quer ver. Quando eles estavam aqui embaixo, eu tenho certeza que eles estavam doido pra abrir o show de alguém, pra eles aparecerem né? Também (Rafael, Entrevista em 05/11/2022).

Para Baiano, isso faz com que o *hip-hop*, em específico o “Por Ti Jesus”, continue atuando como uma forma de resistência, mesmo sem apoio ou incentivo financeiro:

Você pegando aí essa questão política, é por exemplo, eu falo da minha cidade. Coronel Fabriciano. Toda vez que que começou ter algum movimento com potencial de crescimento, você vê que tinha um vereador por traz de tudo, tá ligado? “Ah, o tô apoiando o Churupita, do Supershock”. Aqui sempre tinha um ali atrás, mas a partir do momento que ele não teve aquele retorno,é aquela expectativa dele e o movimento nos seguiu. A princípio você via... que não! Agora vai! Agora vai acontecer! Mas ali já, já ia por água abaixo, né? O sistema, o sistema é todo mal, como diz a música, né? E tamo aí pra resistir, né? Pois é, com apoio, sem apoio, vamos rompendo aí (Baiano, Entrevista em 05/11/2022).

3.6 ÉTICA DO GRUPO “POR TI JESUS” FRENTE POLÍTICA SOCIAL

O contexto da convivência social integra indivíduos em seus pares através de interesses comuns ou ao contrário disso distancia a convivência devido aos conflitos de interesses. Para além das duas formas extremas e radicais, o que se pratica na sociedade brasileira para dirimir os impasses são negociações democráticas que proporcionam termos de aceitação e tolerância social mediadas por acordos, como a Constituição Federal de 1988. No entanto, mesmo diante dos direitos constitucionais assegurados a sociedade necessita, dia após dia, exigir do governo nas três esferas de poder a implementação dos direitos legitimados pela Constituição.

Em linhas gerais o contexto cristão é tradicionalmente convencional, ou seja, carregado de liturgia pouco questionada pelos partícipes. O pouco questionamento dos fieis faz com que aqueles que ousam questionar sejam vistos como rebeldes como, por vezes, os estudantes ou pessoas ligadas ao cenário artístico cultural.

As convicções sociais defendidas pelo *hip-hop gospel* no contexto cristão tradicional vão de encontro ao estereótipo convencional quer seja pelo linguajar, quer seja pelo vestuário. Para, além disso, um posicionamento questionador ao governo, modelo de gestão ou algum tipo de liderança nem sempre é visto como fator importante e libertador. Tanto o *hip-hop gospel* quanto os *rappers* não são aceitos com naturalidade no contexto cristão tradicional. As formas de preconceito, resistência dos *fieis* são perceptíveis pela não aceitação declarada, rechaçada com olhares, boicote aos eventos envolvendo o *hip-hop* local ou regional.

A coerência social ética do *rapper gospel* para além dos muros da igreja tem sido indicador social consequente das verdades e ensinamentos absorvidos e colocados em prática em outros ambientes sociais.

Um novo paradigma de convivência envolvendo o *hip-hop gospel* regional parece estar surgindo no meio da sociedade cristã tradicional. Mesmo diante da resistência incrustada o Grupo “Por Ti Jesus” já participou de vários eventos ecumênicos, bem como de agendas oficiais regionais em ambiente escolar, fora dele. Em ambientes públicos e privados.

No *hip-hop* existem quatro estilos bem definidos: O *gangster*, o *romântico*, o *underground* e o *gospel*. A opção feita pelo Grupo “Por Ti Jesus” para declarar a “verdade” vem pelo estilo *gospel*. A opção feita pelo “Por Ti Jesus” propõe uma discussão social alicerçada em valores da CF 88. Utilizam do estilo para questionar, criticar e somar esforços para uma sociedade menos desigual.

O Grupo tem dois álbuns gravados com quinze musicais autorais (inéditas) em cada álbum. O Álbum 1 com o tema: É SÓ POR-TI JESUS, lançado em 2010. O Álbum 2 com o tema: VALORES INVERTIDOS, lançado em 2018. Além dos álbuns têm nos *sites* vários *clipes*.

Destaquei alguns trechos relacionado a música Água Suja do Álbum 1, no qual podemos ver a explicitação de problemas sociais como o uso de drogas causado por questões que envolvem a trajetória do indivíduo atravessada na sociedade:

Uma infância deprimida com coração amargurado,
 Não se lembra dos seus pais apenas do orfanato,
 Sendo muito judiado resolveu fugir de lá, a rua foi sua nova morada.
 Cresceu aprendendo a roubar e a fugir, a polícia até prendia,
 Mas logo estava ali, naquela velha praça, crack, thinner e cola, Trocou pelo
 caderno pelo lápis e a escola,
 Seu playground era loucura até umas horas,
 Nunca matou ninguém, mas roubava toda hora,
 Agora vichi, quando deitava era o horror,
 Dor de cabeça e sem paz interior!
 Chorava muitas vezes sozinho, com falta de amor,
 De um abraço e carinho, espinho, é o que ele esta sentindo,
 Num poço de água suja é muito sofrido,
 depressão e suicídio na sua mente que entrar,
 Água suja não, desespero já não dá,
 Ele precisa de água limpa pra se regenerar,
 Água suja não, pra ele não mais dá.

Eu vivia desesperado querendo me satisfazer,
 Até que um dia achei água limpa pra beber,
 Quando era criança me deram água suja cresci sem família e sem ajuda,
 Mas tá firmão o que passou, passou, eu penso no futuro e no presente aqui
 estou, Demorou eu aceitei a Cristo o meu Rei e me recuperando assim
 prossegurei,
 Dentro de uma clínica um ex noiado aqui to aprendendo e recuperando do
 meu passado, Passado sofrido, futuro de glória, tipo daquele jeito ri depois e
 chora agora,
 Tipo fico pensando constantemente, coisas que aconteceram comigo
 antigamente
 Com sete de idade eu já era aviãozinho, precisava sobreviver mesmo sendo
 pivetinho, Chocolate e o danoninho eram sonhados, só tinha quando eu
 roubava do mercado, Maldade na cabeça, então cresci com isso, 15 de idade
 eu já era um bandido,
 Até que certo dia um homem me parou e falou que Jesus Cristo é único
 salvador
 Minha perna tremia e eu me ajoelhei, naquele momento a Cristo eu aceitei,
 Água suja eu vomitei, água limpa eu bebi, hoje firme estou com Cristo
 vivendo em mim.

(CD 1 É SÓ POR-TI JESUS, 2010).

A música “Água Suja” descreve a rotina e a realidade de vida de alguns dos filhos /as nas famílias periféricas, mas que não são questões exclusivas desse contexto social. O cenário de convivência social periférico é muitas vezes desumanizado e violento. A realidade social envolvendo drogas, crimes, portes de armas, faz crescer a violência naqueles ambientes marginalizados e precarizados.

Os noticiários dos grandes centros e capitais não esgotam a matéria da violência, baixa infraestrutura social, descaso das autoridades e responsáveis legais nos ambientes periféricos. A aquisição de bens básicos como alimentação, moradia, vestuário têm muitas vezes em sua origem, atos criminosos ou alguma ilicitude, prostituição e morte..Na periferia a disputa pela vida pode ser violenta e cruel.

Como afirma Souza (2009), os filhos de famílias desestruturadas, não tendo recebido dos pais em casa estímulos corporificados em exemplos concretos, permanecem muitas vezes numa baixa autoestima que passam a interferir em grau variado na baixa produtividade do indivíduo. Para além desses fatores, os jovens da classe oprimida são jogados cedo no mercado de trabalho numa disputa profissional sem qualquer preparo, quer seja ligado diretamente ao profissional ou ainda pela baixa escolaridade. Sendo esses alguns dos fatores que repercutem diretamente na qualidade de vida do indivíduo.

A letra “No mundo”, do Álbum 1, expressa essa realidade tantas vezes noticiada:

“Deus não fica feliz por mais um corpo boiando no rio, E nem pela pivetada com fome dormindo no frio, Alguns malucos do crime acham que é louco sair pra roubar, Pois a bíblia fala que é melhor sair pra tramar. Infelizmente na quebrada, ta cheio de homem de farda, E se noia vacila (plá, plá), já era!”
 “O engravatado em cima do palco fala que ajuda e que vai melhorar, Mas quando você precisa eu te pergunto: onde é que ele ta? Ta andando de carro ou dando um passeio de avião, E seu filho falando que acabou o arroz com feijão. Ai você se revolta a ver a fome do seu pivete, E pensa em meter um salto artigo famoso 157.”
 “Na agência bancaria, Você foi pra vala e tudo acabou, Polícia chegou, na cara mirou e atirou (plou, plou).” (CD 1 É SÓ POR-TI JESUS, 2010).

A letra da música tece também uma crítica aos “engravatados”, destacando a desigualdade social gerada e gerida por certos grupos no poder. Enquanto uns podem dar “um passeio de avião”, outros não têm arroz com feijão. Para além do recorte social clássico onde se tem de um lado o engravatado numa representação de poder político e de mentor que conduzirá a transformação social desejada e na outra ponta uma insegurança instalada resultado da deformação social constituída. Nesse modelo constituído vigora a “*teia social*” elaborada. Enquanto o “engravatado” discursa nos palanques e espaços públicos com falas que na maioria das vezes via de regra não se concretizam, pois são falas eleitoreiras. Os discursos elaborados cumprem no mínimo dois propósitos específicos: o primeiro de acalentar propostas de mudanças àqueles que mais dependem do poder público e das políticas públicas para ascensão dos espaços sociais e de poder. O segundo não menos perverso: diluir e ao mesmo tempo enfraquece o ânimo de luta do indivíduo.

O despreparo social do indivíduo marginalizado pela insuficiência técnica/profissional e ainda o baixo nível escolar tem feito com que os horizontes sociais sejam menos elevados ou se apresentem num tipo de letargia social. A falta de

oportunidade tem feito com que alguns busquem como forma de sobrevivência o mundo do crime, do delito, da droga.

A música do CD 2, VALORES INVERTIDOS, O Porquê da Poesia Urbana expressa a rotina social das pessoas nos grandes centros, do *rapper* e a maneira que o *hip-hop* tem agido para conquistar novos espaços públicos e como são vistos pela sociedade de maneira geral.

A realidade do dia a dia que pra muitos são a mesma, Dificuldades, facilidades, alegrias e tristezas. De Fabri a Itabira vi que a treta é a mesma, Por-Ti & Romanos 8 só poetas firmeza! Que numa selva de concreto tentam buscar o mais certo, De rolê nas cidades vejo favelas e prédios. Pichações nos muros, degradando os patrimônios, Um salve pros Grafiteiros verdadeiros e antagônicos. Nas ruas eu vejo botecos e igrejas, a cada quarteirão tem um, pode ter certeza. Correria todo dia pra lá e pra cá, o organismo pede a droga e não consegue alivia. No street ou na pista ta lá nós os Skatista, e alguns polícias desconfiado, Já chegam pra revista. Bicho solto é mato, ta ligado tem de mais, Lamento pelos irmãos que se encontram no jaz. Pra você que ta de pé no 1.12 te falo, tem dinheiro, mulher, muita droga e carro. Aê parceiro, tudo isso é passageiro, renuncie o crime e conquiste o seu dinheiro. E também amigo te deixo uma pergunta: Você é feliz de segunda a segunda? Felicidade verdadeira nessa selva é só com Cristo (CD 1 É SÓ POR-TI JESUS, 2010).

Segundo Souza (2009), existe um “consenso inarticulado” que perpassa toda a sociedade brasileira, que diz que é normal e natural que a nossa sociedade seja dividida em gente e subgente. “No street ou na pista ta lá nós os Skatista, e alguns polícias desconfiado, Já chegam pra revista”.

É desafiador e necessário termos no contexto social indivíduos, grupos organizados que discordam da “normalidade social” que afirma ser natural a existência de uma sociedade dividida em gente e subgente. A busca por mais espaço social e coletivo se manifesta nos movimentos que defendem, por exemplo, ciclovias nos grandes centros, maior convivência social através de praças e jardins, dentre outras buscando a qualidade de vida em ambientes diversos.

A sociedade tem tido nos artistas de modo geral verdadeiros aliados na nova maneira de utilização dos espaços públicos. Hoje temos em vários prédios nos centros urbanos, e ainda em diversos espaços públicos, a arte de grafiteiros. Além de espaços envolvendo a música sendo praticada cada vez mais em espaços públicos diversos.

O Sistema é todo Mal:

Batendo de frente com todo esse mal, O mal que eu falo é o sistema a desgraça por isso ai Dr. Não fique ai achando graça, Graça do moleque favelado que dorme no frio que desde pequeno já sonha com seu Fuzil, eu quero ver você na sua casa achando graça quando ele estiver com sua esposa Seqüestrada, aí eu quero ver o motivo da risada quando você encontrá-la toda Ensangüentada, aí você pensa um pouco e lembra de antigamente, quando estava rindo De toda nossa gente, rindo do moleque sem dinheiro pra comer que hoje entra na sua Casa e rouba seu DVD, esse é o moleque que você alimento criou seu próprio monstro Pra te colocar terror (CD 1 É SÓ POR-TI JESUS, 2010).

A força de ação e de reação entre os corpos que constituem a sociedade quando vistos pela desigualdade manifestam suas reações sociais: algumas são reações pacíficas pela busca de direitos, mas outras não: são violentas.

A contribuição de Souza (2009) remete a reflexão: como a prisão das necessidades primárias de sobrevivência impede qualquer cálculo racional de probabilidades reais e ainda: toda vida é vivida comandada por subjetividades poderosas. Nesse sentido, a luta pela sobrevivência torna-se tão determinante que faz com o indivíduo assuma “por lei” modos de sobrevivência não convencionais socialmente. Daí a existência de grupos organizados que defendam a violência como algo legítimo tendo por “pano de fundo” a sobrevivência.

A letra da música, O Sistema é todo Mal, do grupo “Por Ti Jesus”, joga luz a algumas reações comportamentais dos indivíduos socialmente desprezados.

A desigualdade social tem feito com que alguns grupos de excluídos busquem soluções através de metodologias de sobrevivência não socialmente aceitas. Daí aquele “moleque” que sobrevive nas ruas se espelha em grupos sociais semelhantes ao dele: dos excluídos sociais, que utiliza à violência como forma de vida. Na crença de sobrevivência “o moleque favelado que dorme no frio que desde pequeno já sonha com seu fuzil” se transforma em monstro social que tem na violência o alicerce da sobrevivência.

A busca pela reversão do antagonismo social relacionado a classe social, a questão do racismo em suas diversas formas tem tido atuação cada vez mais crescente dos movimentos sociais organizados, principalmente pelo Movimento Negro Organizado e sindicatos. A guinada para uma sociedade menos desigual teve grande avanço a partir dos direitos fundamentais e sociais previstos na Constituição de 1988 e

nas leis antirracistas, como a lei 10.639/2003, as leis de cotas raciais nas universidades federais e no serviço público, no Estatuto da Igualdade Racial.

A periferia tem em sua grande maioria a presença de negros/negras que via de regra sobrevivem em subempregos, têm baixa escolaridade, vivendo em aglomerados ou em favelas. A reflexão a luz de Almeida (2019) permitiu conhecer e ainda a identificar formas de racismo estrutural cunhada pelo fenômeno da modernidade, que se instalou na civilização em meado do século XVI e ainda em tempos atuais tem moldado espaços de poder baseados pela cor da pele. A contraposição ao modelo social colocado é responsabilidade daqueles que têm uma visão de mundo fundamentada na igualdade de direitos sociais entre indivíduos, independentemente do gênero, raça e credo.

Suicídio Lento:

ai maluco saia fora dessa trilha, não vai pra trilha de dor e sofrimento, não caia na armadilha que é o suicídio lento. Saído de role em Fabriciano, os botecos lotados vários tios se embriagando, se acabando na cachaça, trazendo à desgraça, jogado as traças e dormindo nas praças, sua família se envergonha e não quer te conhecer, um bêbado sujo que vive preste a morrer, anda sempre fedendo e os molequinhos zoando, não esta nem ai, pois fica só viajando (CD 1 É SÓ POR-TI JESUS, 2010).

Humildade:

Muitos falam sobre ela, mas poucos ela tem. Alguns vivem com ela outros pra mostrar a alguém. Alguns têm ela no peito e é bonito de se ver Classe média classe baixa lá encontro você. Na classe alta é mais raro te encontrar Tinha quando precisavam e gostavam de te usar Agora que subiram o nível financeiro Te deixaram de canto. Vivem pensando em dinheiro. Alguns com falta dela até se distanciaram Vivem se procurando e ainda não se encontraram Se escondem atrás de ganância e ambição. Mas juntamente vem de brinde a tristeza e depressão. Pra ser aceito até fingem tê-la Na frente dos outros admite até vivê-la Não adianta fingir vamos ver é na atitude Com o tempo se vê que ter ela é uma virtude (CD 2 VALORES INVERTIDOS, 2018).

A consciência cidadã do militante da cultura *hip-hop* tem sua representação na linguagem praticada no Movimento. Ao tratar da questão da humildade o grupo “Por Ti Jesus” critica a postura daqueles que ao adquirirem algum status quo abandonam atitudes pautadas na humildade. Aponta para a reflexão de a virtude da humildade não criou raízes no indivíduo que a abandonou logo que se acendeu em nível social mais elevado. Nessa perspectiva a humildade servia apenas como capa de disfarce que ocultava quem era o indivíduo de fato. A crítica proposta pelo grupo evidencia que a humildade não tem relação com o status quo do indivíduo e sim com seu caráter.

De certa maneira no meio cristão local e à Região Metropolitana do Vale do Aço o *hip-hop* é visto como um tipo de “mal necessário”, pois, são os vários grupos de *rappers gospel* que têm acesso direto com o público envolvendo o *hip-hop* fazendo a interlocução entre os dois públicos. De maneira geral o que se tem de concreto nessa relação social entre públicos é muita resistência, conflitos de interesses e pouco espaço de convivência social. Para além da incompreensão do público externo ao *Movimento*, no interior do *hip-hop* os estilos não têm relação fluída e muitas vezes não existe harmonia na condução da linha condutora das atividades.

Mas o *hip-hop* é não hegemônico em seus valores. A forma de comunicação do estilo *gangster* ou *underground*, por exemplo, utilizam “*palavrões*” e gestos obscenos na comunicação e por essas atitudes não são bem vistos pela comunidade social eclesial de modo geral e nem pela sociedade comum tradicional.

A “verdade” soa como combustível que alicerça e motiva o indivíduo a seguir em frente. No entanto, a apresentação da verdade, que são as convicções, podendo ser questionadas tanto no meio social tradicional quanto no secundário.

O modelo social nacional é farto em contradição. A “*ralé marginal*” convive com inúmeras delas. Qual verdade se efetiva no contexto tradicional? Um deles: “*os pequenos obedecem aos grandes...*”. Diante da Constituição Federal de 1988 o modo tradicional carrega muito da “*velha república*” e daí criam-se os mecanismos de defesa, manutenção de poder e interesses restritos. Os diversos mecanismos de defesa estão infiltrados no poder judiciário, legislativo e executivo.

Antagonismo e formas de preconceito com o *hip-hop gospel* ocorrem tanto no interior da convivência ecumênica quanto fora dele, ou seja, olhando diretamente: existe uma franca resistência nesses ambientes. De um lado por não ser aceito no ambiente ecumênico e de outro por serem rechaçados pela convicção de fé. E é nessa linha tênue que o *hip-hop gospel* se equilibra e sobrevive. “*Matando um leão a cada dia lá e cá*”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca pela identificação do posicionamento político social do Grupo “Por Ti Jesus” de Coronel Fabriciano – MG, Região Metropolitana do Vale do Aço apresentou várias características e aspectos sociais que foram relacionados com a bibliografia de referência. Daí se tem o acúmulo conclusivo dos três capítulos da pesquisa.

O CAPÍTULO 1 trata das características do modelo social original e suas consequências aos dias atuais. Souza (2009) considera que ainda que a escravidão dificulte enormemente as condições de entrada no mercado capitalista dos ex-excravos, o verdadeiro problema é a inexistência de qualquer política ou consenso social no sentido de reverter esse quadro. Para Souza a dominação social em sociedades modernas funciona bem porque se fundamenta em interesses que se articulam e se estabilizam de modo opaco e invisível dificultando a implantação de outro modelo vindo da coletividade social.

A reflexão feita à luz da argumentação de Almeida e Albuquerque diz respeito aos pilares estruturantes que delimitam o espaço social entre raças. Para Almeida a inferiorização dada pelo homem europeu a outras raças pela classificação instituída da modernidade em meados do século XVI fez surgir o racismo individual, institucional e o estrutural.

Para Almeida, embora a resistência contra o racismo tenha raízes de lutas incorporadas em outros períodos históricos, foi no século XX, que as organizações civis por meio das pautas específicas e gerais desenvolveram lutas coletivas com os movimentos sociais. Na contemporaneidade têm existido movimentos estratégicos de luta antirracista com as mesmas características de luta de outrora. Como a experiência da luta travada pelos advogados e advogadas do Movimento pelos Direitos Civis “que tiveram participação decisiva no desmonte do sistema normativo da segregação racial e nas conquistas de cidadania, [...]” (Almeida, 2019, p. 116).

Em se tratando dos historiadores contemporâneos Albuquerque (2009) traz relevante contribuição quando menciona dentre outras, o resgate histórico a partir de 1980, dos historiadores na perspectiva investigativa através “de uma série de publicações motivadas pelo centenário da abolição, redirecionaram os estudos sobre o Brasil escravista” (Albuquerque, 2009, p. 97). Apresentando as efetivas contribuições do povo negro mencionadas pelos historiadores contemporâneos que evidenciam outras

nuances históricas não mencionadas pelo registro oficial, principalmente relacionado ao modo organizativo e articulado de resistência, reconhecimento de *saberes* e protagonismo do povo negro à construção da nação.

A contribuição teórica de Almeida e Albuquerque demonstrou as formas de racismo social que se encontra incrustado no cenário nacional se apresentando ora individualmente, pela instituição e através da estruturação vigente.

Para além desses as ponderações de Alencastro por meio da obra: *Austeridade e Retrocesso* muito contribuíram na identificação e compreensão dos processos de austeridade e retrocessos nos espaços de convivência bem como no entendimento de suas consequências a curto, médio e longo prazo.

O recorte histórico entre Brasil e Cuba feito por Hernández ao tratar do momento histórico republicano revelou pontos ambíguos e de similaridade que nos permitiu identificar modelos de construção social ora semelhantes, ora antagônicos entre os dois povos no processo organizativo de nação.

O CAPÍTULO 2 da pesquisa está relacionado às informações e indicadores culturais, IBGE, 2007–2018. O texto de referência demonstrou que temos através do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (SALIC) que foi criado em 1991 pela Lei nº 8.313, e ainda a Lei Rouanet que rege o mecanismo do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC). Essas são iniciativas consolidadas que garantem que empresas e pessoas físicas possam patrocinar espetáculos, exposições, shows, livros, museus, dentre outras e abater o valor total ou parcial do apoio do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ). No entanto às iniciativas não chegam aos pequenos empreendedores marginais quer por desconhecimento ou pela não apresentação da documentação exigida deixam de usufruir dos benéficos às Leis.

A participação do Grupo “Por Ti Jesus” ao longo de diversas atividades no entorno regional não significou fazer parte de alguma composição social ligada a Cultura regional que gerasse algum tipo de remuneração quer seja pela iniciativa pública ou privada. Em contrapartida se verificou pelo relato do Grupo “Por Ti Jesus” a prática de cachês a outros grupos de fora nas ocasiões envolvendo momentos culturais regionais. O baixo interesse do poder público e iniciativa privada em promover e apoiar a cultura local é uma realidade que se mantém inalterada.

Por outro lado, conforme o IBGE, a *Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação* registrada pela fonte parece ter contribuído em

muito, pois possibilitou que pessoas de salários menos ou próximos do mínimo pudessem acessar os veículos de comunicação existentes às redes sociais diversas, possibilitando navegação sem fronteiras geográficas. No caso particular da população do *hip-hop*, que em sua grande maioria é periférica possibilitou maior acesso às plataformas independentemente da classe social. Acesso que deverá crescer quando forem disponibilizadas às plataformas de banda larga com isenção de custo.

A disponibilidade dos recursos tecnológicos cada vez mais ao alcance do público não técnico, ou seja, ao público não especializado tem possibilitado uma alternativa real fazendo com que passemos a testemunhar produções culturais diferentes da produção tradicional instituída dentre essas as produções independentes dos *rappers*.

Segundo fonte: IBGE (2019) a Região Sudeste apresenta percentuais relacionados à utilização de equipamentos eletrônicos de comunicação e interação social que se apresentaram assim: Microcomputador com 63,0%; Tablet 16,0%; Celular 96,9%; TV ou outro equipamento 17,6%. Essas informações nos permitem conhecer os veículos de interação social manuseado pela população de indivíduos a partir dos 10 anos bem como sua frequência de utilização e que demonstram um volume considerável de acesso as redes sociais que permite ao usuário apropriação da informação, acompanhamento e interação entre indivíduos e assuntos afins. A utilização dos equipamentos eletrônicos em especial o celular, tem feito com que o indivíduo possa interagir com inúmeras plataformas sociais e através dessas participar e desenvolver assuntos de interesse individual e coletivo além de ter à disposição informações diversas.

No CAPÍTULO 3, o recorte temporal utilizando os pesquisadores Hobsbawm e Adorno demonstrou que embora os autores tenham pontos de vista antagônicos em relação ao formato musical do *jazz* auxiliaram a pesquisa pelo fator comum inerente entre o *jazz* e o *hip-hop*: o improviso, ou como é chamado no *hip-hop*, Freestyle.

Enquanto para Hobsbawm o *jazz* tornou-se, de forma mais ou menos diluída, a linguagem cultural da dança e música popular servindo como agente de diálogo no contexto social, Adorno defende que a mudança instaurada pelo *jazz* ao invés de entreter para um foco central contribui com um tipo de alienação social distorcido da realidade que dificulta a comunicação verdadeira. Todavia, a “degeneração” mencionada pelo ponto de vista de Adorno parece não ter sido determinante para prejudicar o enfrentamento das lutas e processos de resistência, por exemplo, do povo

negro que foi acalentado pelo *blues* e o *jazz*. Daí entendermos que tanto o *blues* quanto o *jazz* agiam como combustíveis e elementos de fortalecimento às bandeiras de luta, embora a argumentação de Adorno indique um nível de alienação da consciência das massas que defende a valorização musical por motivos diferenciados do original. Semelhantemente, a população marginalizada e de maioria negra/os pardas/os de outrora que eram acalentadas pelo *blues* e o *jazz* naquele contexto, hoje é vista à população periférica dos grandes centros constituídas de maioria negra/os pardas/os mediada popularmente pela musicalidade do *hip-hop*. Independentemente dos períodos serem distintos às bandeiras de luta são semelhantes, espelhadas, hoje, pelo movimento *hip-hop*.

Para Lourenço (2010) os jovens da periferia de nossas cidades de modo geral reclamam por espaços de inserção na esfera da vida pública. Desde seu início, a resistência e o preconceito social marcaram aquela nova maneira de cantar dos “tagarelas periféricos”, que através das letras e improvisos (*freestyle*, *repentes*) buscavam pelo tom da denúncia, expor injustiças sociais e revoltas. Muitas delas relacionadas à falta de oportunidades aos estudos, ao trabalho, à moradia.

Ainda hoje no Brasil, mais de 40 anos do seu surgimento as rimas e versos do *hip-hop* versam desigualdades sociais semelhantes aos anos 80. Lourenço argumenta que o movimento *hip-hop* como “cultura de rua” engloba ações comunitárias e questões políticas que passam a ser uma possibilidade real de intervenção político-cultural construída na periferia. Aprofunda o debate afirmando que “Quando se estabelecem ligações entre arte e política, não se quer dizer que artistas devam candidatar-se a cargos políticos, ou ainda que devam militar em partidos desta ou daquela facção” (Lourenço, 2010), pois o conceito de política adotado pelo trabalho dela considera o termo política do original grego que, interpretado através do latim significa, “tudo o que se refere à cidade”.

Assim conforme a autora um militante do *hip-hop* para agir como tal não necessita estar filiado a algum seguimento partidário. Expandindo o mesmo princípio: A defesa do princípio de verdade não necessita estar dogmatizado por algum eixo de fé religiosa.

Daí entender que a opção social de filiação quer seja partidária ou oriunda à profissão de fé não ser uma equação *sine qua non*, ou seja, elemento essencial de concretização.

Assim, dito de outra maneira: Não existir uma ligação causal partidária ou religiosa que leve à culminância ou efetivação uma com a outra quer seja pelo viés político ou religioso, pois tanto a partidária como a da fé não é necessariamente pública, mas pessoal e privada.

Somar esforços para buscar conhecer o pensamento crítico do jovem, especialmente, o demandado de maneira geral da população periférica dos grandes centros urbanos, foi fundamental quando se tem por meta principal conhecer os rumos da construção social e representação das comunidades periféricas, a partir da iniciativa dos próprios jovens. A investida permitiu compreender parte do posicionamento político social das novas gerações, em especial o ambiente de convivência periférico. Os novos sujeitos políticos sociais moradores da periferia têm demonstrado engajamento social consciente e propositivo diante das demandas existentes e os desafios colocados. O perfil desse engajamento pareceu ter seu início à tenra idade quando passam a perceber e a testemunhar as diferenças sociais instauradas pela discriminação, preconceito e modelos estruturantes que fortalecem a exclusão social nesses ambientes de convivência.

A interlocução com o Grupo “Por Ti Jesus” foi feita através de entrevista previamente agendada. Foram elencadas quinze perguntas afins buscando conhecer o perfil social do Grupo. As perguntas versaram sobre origem, atividades, objetivos do grupo dentro do contexto do *hip-hop* local e regional, curiosidade em relação ao vestuário, suas experiências com outros grupos, participações oficiais regionais nos espaços públicos e privados. Por fim as experiências do Grupo com movimentos sociais e políticos partidários.

Por mais que se esforçassem ficou impossível para o Grupo seguir na dependência artística do *hip-hop*. Hoje, Rafael – Primo e sua esposa Letícia que também integra o Grupo “Por Ti Jesus” têm ambos Bacharelado em Teologia. Segue num empreendimento comercial ligado a aparelhos eletrônicos. Reside em Ipatinga. Warley – Baiano é Capelão. Trabalha como eletricista de alta tensão numa empresa do ramo. Continua morando em Coronel Fabriciano. O Grupo continua compondo e em atividade apresentando nos espaços públicos e privados quando são convidados.

O diálogo entre os autores do referencial teórico permitiu elencar elementos à conclusão da pesquisa. Temos clareza que a pesquisa atual não se encerra aqui, pois existem fatores e aspectos envolvendo políticas públicas e sociais que não fizeram parte

do eixo discursivo da pesquisa em curso como, por exemplo, eixos relacionados a insuficiência de infraestrutura nos territórios periféricos dos grandes centros como escolas, saneamento básico, lazer, mobilidade, emprego e renda. Esperamos em outro momento acadêmico, debruçarmos em outra investida desafiadora envolvendo o *hip-hop* e as políticas públicas e sociais.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. **Os Pensadores**, São Paulo: Círculo do Livro Ltda, 1996.
- ALBUQUERQUE, W. R. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2009.
- ALMEIDA, S. L. Raça e Racismo. *In*: ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2019.
- ALENCASTRO, L. F. Cotas: Parecer de Luis Felipe Alencastro. **Fundação Perseu Abramo Partido dos Trabalhadores**. [S. l.], mar. 2010. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2010/03/24/cotas-parecer-de-luis-felipe-de-alencastro/>. Acesso em: 25 out. 2023.
- CASTRO, J. A. Política social e desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 4, p. 1011–1042, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/NySV56>. Acesso em: 11 abr. 2021.
- CIDADE-BRASIL. **Cidades do Brasil**. [S. l.], c 2023. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/>. Acesso em: 26 out. 2023.
- CORONEL FABRICIANO, Município de. **Diário Oficial de Coronel Fabriciano**, n. 80, 24 jun. 2-15. Disponível em: <https://www.fabriciano.mg.gov.br/storage/diarioItem/%7BCD2EBD76-D78C-E08C-DB6D-2E5EEAE3DEEB%7D.pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.
- DAGNINO, E. (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DAYRELL, J. **A música entra em cena: o Rap e o Funk na socialização da juventude em Belo Horizonte**. 2001. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível: <https://repositorio.usp.br/item/001209777>. Acesso em: 31 jul. 2021.
- DI GIOVANNI, G. As estruturas elementares das políticas públicas. **Caderno de Pesquisa**, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas/NEEP, Campinas, n. 82, 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=105472>. Acesso em: 11 abr. 2021.
- DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L.; ROSSI, P. **Austeridade e retrocesso: impactos sociais da política fiscal no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Brasil Debate e Fundação Friedrich Ebert. Disponível em: <https://goo.gl/AqAfR7>. Acesso em: 13 jun. 2021.
- FERREIRA, L. C. L. **Manas: Mulheres negras construindo o Movimento Hip Hop em Belém do Pará**. 2019. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1UxPZBpJM6WvfFsTtiCtcfidfOm-lEnfJQ/view>. Acesso em: 25 out. 2023.

HERNÁNDEZ, P. A. C. **O Brasil e Cuba, 1889/1902-1929. O debate intelectual sobre as relações raciais**. 1 ed. Buenos Aires: CLACSO, 2018. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20180320011827/Brasil_Cuba.pdf. Acesso em: 25 out. 2023.

HOBSBAWM, E. J. **História social do jazz**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1990.

IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2007–2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101687.pdf>. Acesso em: 01 set. 2021.

LARA, S. H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Cultura e Trabalho**, São Paulo, v. 16, jan./jun. 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11185>. Acesso em: 25 out. 2023.

LOURENÇO, M. L. Arte, cultura e política: o Movimento Hip Hop e a constituição dos narradores urbanos. **Psicologia para América Latina**, Cidade do México, n. 19, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2010000100014. Acesso em: 28 jun. 2021.

MINAS GERAIS, Prefeitura de. Conheça os municípios. **Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço**, Minas Gerais, c2023. Disponível em: <https://www.agenciarmva.mg.gov.br/conheca-os-municipios/>. Acesso em: 09 out. 2021.

MORENO, R. C.; ALMEIDA, A. M. F. O engajamento político dos jovens no movimento hip-hop. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], v. 14, n. 40, maio 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/tJ6F9MRzsCGkTZ9Y5jcSBgd/?lang=pt>. Acesso em 19 out. 2021.

OLIVEIRA, L. S.; SEGRETO, M.; CABRAL, N. L. S. C. Vozes periféricas: expansão, imersão e diálogo na obra dos Racionais MC's. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [s. l.], n. 56, p. 101–126, jun. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i56p101-126>. Acesso em: 06 out. 2021.

SILVA, R. P. **Memórias de juventudes: experiências educativas no/do hip-hop**. 2018. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-BAGQ5N/1/disserta_o_mem_rias_de_juventudes_experi_ncias_educativas_no_do_hi_p_hop_1_.pdf. Acesso em: 13 mar. 2023.

SIQUEIRA, L. F.; MARZULO, E. P. Da democracia participativa à desdemocratização na cidade: a experiência do Orçamento Participativo em Porto Alegre. **Cadernos Metrópole**, [s. l.], v. 23, n. 50, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/kwSGSgGLdWLVBh6yHLKqSYq/>. Acesso em: 28 ago. 2021.

SOUZA, J. **A rale brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

TAVARES, B. Geração hip-hop e a construção do imaginário na periferia do Distrito Federal. **Sociedade e Estado**, [s. l.], v. 25, n.2, ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/qG68B3RRbQvmX5wXT3cwfWz/?lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2021.

APÊNDICE — LINKS DE REPORTAGENS OU MÚSICAS RELATIVAS À PESQUISA

1. Reportagem da TV Cultura sobre Hip-Hop anos 90:

<https://www.youtube.com/watch?v=txS8jRR2M8E>

2. Globo Reporter Hip-Hop (Parte 1):

<https://www.youtube.com/watch?v=tgoR3aZBsCs>

3. A História do Rap:

https://www.youtube.com/watch?v=f_EwYKHC_A

4. Documentário MTV Anos 90 Mano Brown, Thaide, Kl Jay, Xis, Rappin Hood, Gog, Rzo, MRN

<https://www.youtube.com/watch?v=lnJ5GETdsgQ>

5. Roda Viva com Mano Brown:

<https://www.youtube.com/watch?v=IaQWmNkqkSg>

6. Mano Brown Podpah:

<https://www.youtube.com/watch?v=aahyLNH4PrE>

7. Mano a mano com delegado da Cunha:

<https://www.youtube.com/watch?v=vLf8GbrVb4>

8. DELEGADO DA CUNHA (Podpah #41):

<https://www.youtube.com/watch?v=tcEd033pz7Q>

9. MC KEVIN (Podpah #76):

<https://www.youtube.com/watch?v=iu34ZfpTKv4>